



A ESCOLA NA PROMOÇÃO DE VALORES DE CIDADANIA: O PAPEL DAS ASSISTENTES OPERACIONAIS

CARLA SOFIA PEREIRA ALVES FERREIRA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Trabalho realizado sob orientação
da Professora Doutora Antónia Belchior Ferreira Barreto

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS DE LEIRIA

LEIRIA, ABRIL DE 2020

**A ESCOLA NA PROMOÇÃO DE VALORES DE CIDADANIA:
O PAPEL DAS ASSISTENTES OPERACIONAIS**

CARLA SOFIA PEREIRA ALVES FERREIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Trabalho realizado sob orientação
da Professora Doutora Antónia Belchior Ferreira Barreto

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS DE LEIRIA

LEIRIA, ABRIL DE 2020

Comecei esta etapa da minha vida 10 anos depois de concluir a Licenciatura, alguém me disse que era demasiado tarde. Sabem? Nunca é demasiado tarde!

Aprendi isso na escola!

“Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho coincidiu com um momento particular, na história do país e do mundo. A Covid 19 representou para todos uma fase de adaptações a rotinas totalmente diferentes, de gestão de recursos e de emoções. Ironicamente, este momento proporcionou, pelo mundo, uma obrigatória reflexão sobre os valores da Cidadania Global.

Fui (fomos) afastada da escola, como profissional e como aluna, numa altura que precisava particularmente desse elo para a conclusão deste trabalho, é neste sentido que reforço os meus agradecimentos a todos os que, neste momento em particular e ao longo deste Mestrado, me ajudaram a superar obstáculos e transpor barreiras:

À professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, orientadora da presente dissertação, pelo acompanhamento, motivação e grande dedicação, ao longo destes dois anos;

A todos os professores que inspiraram o meu percurso escolar e desenvolveram em mim uma paixão pela escola;

A todos os professores que cruzaram o meu percurso profissional, partilhando a sua experiência, de forma generosa e humilde;

Às colegas, mestrandas do mesmo curso, pela persistência e companheirismo;

A todas as voluntárias que aceitaram realizar a entrevista para este trabalho;

Ao João, pelo tempo e pelas escolhas que tivemos de subtrair da operação que é a nossa vida, pela sua compreensão e apoio;

Ao André pelo contributo;

À minha família, que acreditou, acredita e acreditará sempre...

RESUMO

Sociedades, governos, instituições e agentes educativos têm desenvolvido práticas pedagógicas e encetado diferentes iniciativas no âmbito da temática da Cidadania Global. Esta visa a transformação social e assenta os seus alicerces mais profundos na educação, com o objetivo de promover o respeito, a tolerância, a igualdade de género e o espírito crítico; combatendo a exclusão e segregação, a iliteracia e a pobreza.

No presente trabalho, começámos pela análise de literatura, sobre o conceito de desenvolvimento, na tentativa de o enquadrar no tempo e no espaço, compreendendo a sua evolução e afirmação no contexto educativo, e relacionando-o com a Educação Global. Desenvolvemos um trabalho de pesquisa e consulta de documentos de referência para definição e implementação de Educação para a Cidadania – tanto de carácter nacional como internacional - bem como de outros documentos estruturantes de carácter legal.

Para o desenvolvimento, elaborámos a seguinte pergunta de partida: Como é que os assistentes operacionais (AO) com funções educativas compreendem e implementam os valores de cidadania nas escolas do 1º ciclo do ensino básico?

Interessou-nos compreender como acontecem, à luz da Educação para a Cidadania, as interações em meio escolar entre a criança-assistente operacional e vice-versa.

Desta forma, fizemos um estudo exploratório e descritivo, assente no paradigma qualitativo e com recurso à entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados, tratados pela técnica de análise conteúdo.

Os resultados obtidos permitem concluir que os profissionais entrevistados revelam um nível de formação académica muito baixo; não estão familiarizados com o conceito de cidadania; não o promovem junto das crianças e não valorizam o papel da escola como espaço fundamental de educação para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE – ASSISTENTE OPERACIONAL, CIDADANIA, EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, VALORES, EDUCAÇÃO

ABSTRACT

Societies, administrations, institutions, and educational agents have developed pedagogical practices and launched many initiatives across the world on behalf of the Global Citizenship. Social transformation lies on education's deepest pillars, so it can promote respect, tolerance, gender equality, critical thinking, fighting exclusion and segregation, illiteracy, and poverty.

We begin with literature analysis about the Development concept, trying to frame it in time and space, understanding its evolution and assurance on the educational context, relating it with Global Education. We developed a research process and benchmark papers analysis to define and implement of Education to Citizenship, both national and international nature, as other legal and structure documents.

Entendendo a temática da Cidadania Global, como tema discutido universalmente e de grande interesse para a sociedade educativa, na promoção de um futuro sustentável em valores.

We elaborate the following starting question: How do operational assistants (AO) with educational functions understand and implement the citizenship values at primary schools?

It interested us to understand the school environment children- operational assistants interaction and vice-versa.

In a exploratory and descriptive study, we used the qualitative method and the semi-structured interview as data gathering technique, examined by the content analysis technique, with the main goal of understanding how AO interpret and work the citizenship values with their students.

The results obtained allowed to conclude that these professionals have a very low training level and are not familiarized with the concept of citizenship and its values, in conformity with the current challenges of a multi-cultural and sustainable developing world.

KEYWORDS – OPERATIONAL ASSISTENT, CITIZENSHIP, EDUCATION TO DEVELOPMENT, VALUES, EDUCATION

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO	11
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	14
CAPÍTULO 1	15
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	15
1.1. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	15
1.2. O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. EDUCAÇÃO GLOBAL E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.	17
1.3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA NA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ED	27
DOCUMENTOS DE CARÁCTER INTERNACIONAL E NACIONAL.....	27
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED) - 2010-2015	34
OBJETIVOS DA ENED	35
PARECER SOBRE ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (2010 -2015) - PARECER N.º 4/2009	37
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED)- 2018-2022	38
CAPÍTULO 2.	40
A ESCOLA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	40
2.1- EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA	40
2.2. DOCUMENTOS ENQUADRADORES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA	45
A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE) - (LEI 46/86, 14 OUTUBRO) ...	46
DECRETO LEI 286/89 - REFORMA CURRICULAR.....	46
DECRETO DE LEI N.º 6/2001- REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO	47
DESPACHO N.º 6478/2017, 26 DE JULHO 2017-PERFIL DOS ALUNOS A SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA.....	49
DECRETO DE LEI n.º 55/2018 DE 6 DE JULHO	50
REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	52
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA-ENEC	54
2.3. QUADRO EUROPEU- EURYDICE CITIZENSHIP EDUCATION AT SCHOOL IN EUROPE – 2017.	57

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NAS ESCOLAS DA EUROPA-2017	57
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	60
3 - METODOLOGIA	61
3.1 - PROBLEMÁTICA	61
3.2 - PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS	62
3.3 - DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	63
3.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	64
3.5 - TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS	65
3.6 - POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA.....	65
3.7 - CONTEXTO DO ESTUDO	68
CAPÍTULO 4.	69
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	69
1 - PERCEÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA	69
2 - VALORES DE CIDADANIA NA ESCOLA	72
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA	72
PREVENÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E RACISMO	75
DEFESA DO AMBIENTE E COMBATE AO DESPERDÍCIO	78
RESPEITO PELOS MAIS VELHOS E PELOS MAIS NOVOS	83
PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO	86
USO DE LINGUAGEM APROPRIADA.....	89
3-INTERVENÇÃO DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA	91
4 - A FUNÇÃO DE AO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E CONTRIBUTO PESSOAL PARA A INTERVENÇÃO EM CIDADANIA	94
5 - FORMAÇÃO EM CIDADANIA	96
CONCLUSÃO	99
BIBLIOGRAFIA.....	104
ANEXOS.....	110
ANEXO I – GUIÃO DA ENTREVISTA	111
ANEXO II – ANÁLISE DE CONTEÚDO	113
1 - PERCEÇÃO DE CIDADANIA.....	113
2 - VALORES DE CIDADANIA NA ESCOLA	114
3. CATEGORIA: PROFISSÃO QUE PROBLEMÁTICA	125
4 - INTERVENÇÃO DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA	129
5 - FORMAÇÃO.....	131
ANEXO III – ENTREVISTAS	133
ENTREVISTA 1	133

ENTREVISTA 2	135
ENTREVISTA 3	137
ENTREVISTA 4	139
ENTREVISTA 5	141
ENTREVISTA 6	143
ENTREVISTA 7	145
ENTREVISTA 8	147
ENTREVISTA 9	149
ENTREVISTA 10	151

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural

AO- Assistente Operacional

APA-Agência Portuguesa do Ambiente

CAD-Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CEI – Contratação Emprego-Inserção

CPADA- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CIDAC- Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

CNE-Conselho Nacional de Educação

ED – Educação para o Desenvolvimento

EG- Educação Global

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

ENED- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

EC- Educação para a Cidadania

IPAD-Instituto de Apoio ao Desenvolvimento

GENE- Rede Europeia de Educação Global

ONGD – Organizações Não – Governamentais para o Desenvolvimento

ONU- Organização das Nações Unidas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável APEDI- Associação de Professores para a Educação Internacional

Unesco- Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro n.º 1 – Processo de Construção da ENED, grupo 1

Quadro n.º 2 - Processo de Construção da ENED, grupo 2

Quadro n.º 3 – Visão Tripartida do Ensino da Cidadania (Kerr, 1999 & Santos, 2005)

Quadro n.º 4- Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n 6478/2017)

Quadro n.º 5 – Domínios de Educação para a Cidadania organizada por níveis e ciclos de escolaridade

Gráfico n.º 1 – Habilitações Literárias das Entrevistadas

Gráfico n.º 2– Idade das Entrevistadas

INTRODUÇÃO

A Educação para o Desenvolvimento, concentrando o conceito da Cidadania e encerrando nela um conjunto de valores universais apresentou-se, para nós, como um tema de particular relevância no âmbito do Mestrado de Ciências da Educação e Especialização em Desenvolvimento Comunitário. Educar as gerações futuras para o desenvolvimento social, político, económico e cultural é um projeto cada vez mais premente. Ao longo dos últimos anos tem sido consensual a importância do ensino da Cidadania para a construção de sociedades mais justas, menos díspares, mais participativas e mais críticas. Sociedades tolerantes, contruídas por cidadãos atentos e exigentes, agentes da mudança e da transformação social. É consensual que só a educação tem o poder de transformar o mundo. A escola é o lugar privilegiado para a transmissão de valores e é o espaço fundamental para a aquisição de conhecimentos compatíveis com um mundo mais tolerante e solidário. A escola deve ser um espaço, por excelência, do direito à diferença, mais do que o respeito pela diferença. Para que tal aconteça é preciso apostar na Educação para a Cidadania, tornando a escola num espaço fundamental de construção de valores. Falámos de um contexto de referência para crianças e jovens, um espaço de conquista, de aspirações, de dimensão criativa e de desenvolvimento intelectual. É no meio escolar (jardim de infância) que a criança conhece o primeiro espaço social, no sentido em que é a primeira vez que estabelece relações com outros sujeitos, para lá das relações familiares. É neste espaço, que pela primeira vez, e longe do olhar e proteção familiar, a criança se depara com as primeiras situações de conflito, entre pares, e com as desigualdades.

No âmbito da educação para a cidadania têm sido vários os avanços, com a elaboração de diferentes documentos, com a implementação das diferentes práticas educativas, inclusive com a alteração dos currículos escolares, para que a educação seja o caminho da transmissão/aquisição de valores da Cidadania Global, como por exemplo a justiça, a tolerância, a igualdade, o espírito crítico, a paz e do desenvolvimento moral.

Ao longo dos anos têm sido diversificadas os estudos sobre o papel da escola na educação para a cidadania incidindo sobre os docentes, alunos, pais e encarregados de educação e outros elementos da comunidade. A nós interessou-nos incidir o estudo sobre os assistentes operacionais com funções educativas, que acompanham as crianças em atividades diversificadas. Fazem a vigilância das crianças nos tempos não letivos, o acompanhamento

nas cantinas, nas excursões e visitas de estudo, bem como noutras saídas em atividades escolares. São profissionais que apoiam as crianças na hora do lanche, nas idas à casa de banho, quando necessário. O seu papel permite-lhes uma grande proximidade com os alunos.

No contexto desta investigação, definimos a seguinte pergunta de partida: Como é que os assistentes operacionais (AO) com funções educativas, compreendem e implementam os valores de cidadania nas escolas do 1º ciclo? Traçámos o objetivo geral deste trabalho de investigação: compreender como é que as AO implementam os valores de cidadania na escola no exercício das suas atividades. A partir deste pressuposto, elaborámos os seguintes objetivos específicos da investigação: identificar comportamentos e atitudes das Assistentes Operacionais promotores e não promotores da cidadania, em contexto escolar; descrever a perceção que as Assistentes Operacionais têm do conceito de cidadania; Identificar comportamentos e atitudes promotores e não promotores da cidadania em contexto escolar e analisar em que medida a escola é um espaço global de construção de valores de cidadania.

Fizemos um estudo exploratório e descritivo e recorreremos à entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados, no sentido de responder aos objetivos estabelecidos. Esta técnica apresentou-se como a mais adequada na nossa investigação por permitir um conjunto de informações mais completas relativamente a atitudes e experiências do interlocutor. Deste modo, construímos um guião de entrevista de acordo com os objetivos da investigação, já anteriormente apresentados. Usámos a análise conteúdo para o tratamento de dados.

O trabalho encontra-se dividido em 2 partes: parte teórica e parte empírica. A parte teórica é composta por 2 capítulos. No primeiro capítulo analisámos a temática da Educação para o Desenvolvimento, contando a evolução do conceito de Desenvolvimento e contextualizando as suas definições entre ONGD (Organizações Não – Governamentais para o Desenvolvimento) e orientações políticas. Terminámos o primeiro capítulo com a análise dos documentos nacionais e internacionais de referência na definição e implementação da Educação para o Desenvolvimento.

No segundo capítulo olhamos a escola como espaço privilegiado de Educação para a Cidadania, consolidadora de valores, como espaço multicultural e lugar de encontro e trocas. Apresentamos o quadro legal da Educação para a cidadania e os respetivos documentos que orientam a sua aplicação. Finalizamos este capítulo com uma breve análise da Educação para a Cidadania nas escolas da Europa.

A segunda parte do trabalho, corresponde ao estudo empírico. Corresponde à metodologia de investigação (capítulo 3) e apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa realizada (capítulo 4).

Na conclusão fazemos uma síntese do enquadramento teórico, da metodologia e da análise dos resultados obtidos, damos resposta à pergunta de partida, sugerimos temas pertinentes para investigações futuras e enunciamos limitações e constrangimentos deste estudo.

Finalmente apresentamos a bibliografia e os anexos.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1.1. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de Desenvolvimento tem vindo, ao longo dos anos, a ser alvo de particular interesse por parte das Ciências Sociais. De abordagem interdisciplinar, apresenta diferentes desafios na sua análise e aplicação. Os últimos 30 anos têm sido de peculiar relevância para a discussão do conceito, reconhecendo-se nele potencialidade para a compreensão das transformações sociais.

O conceito afirma-se numa conjuntura de Pós II Guerra Mundial. Rogério Roque Amaro (2017) justifica este interesse e validação científica não só pela necessidade de reconstrução europeia, mas também pelo fato de ser encarado como “palavra de ordem” para uma nova fase de paz e progresso e ainda como justificação das crescentes políticas de intervenção do Estado na economia e sociedade. O conceito de Desenvolvimento é então considerado o caminho para as sociedades se reerguerem num período de particular fragilidade económica, política e social. O carácter economicista e produtivista é referido por Amaro (2017) como as características mais marcantes do conceito à época, com consequências muito negativas a nível social, agravando situações de pobreza e de exclusão social, valores já enunciados na *Carta das Nações*, em junho de 1945.

O desenvolvimento é ao mesmo tempo que ao crescimento económico, associado a outros conceitos como o consumismo, o produtivismo, o industrialismo, o *tecnologismo* e *urbanicismo* (Amaro, 2004).

Os chamados anos dourados da economia, décadas de 40 a 70 do século XX, representaram uma época de grandes progressos, relativamente a aumento do consumo, da produção, das melhorias significativas nos níveis de escolarização, das condições de saúde e avanços científicos. Este progresso resultou num forte impacto social, com efeitos negativos, em particular nos países de Terceiro Mundo: pobreza extrema, exclusão social, conflitos sociais, aumento das disparidades socioeconómicas e agravamento do desemprego, relacionado com a modernização tecnológica. Como resultado do processo de industrialização e do fenómeno de globalização, as desigualdades estruturais tornaram-se

cada vez mais evidentes. O crescimento económico à escala planetária refletia-se localmente, de forma muito dramática, colocando populações em situações de grande fragilidade.

Desde 1945, têm sido múltiplos os esforços encetados pela ONU, na busca pelo desenvolvimento, conforme Carta das Nações Unidas (1945, pág. 39) : *“Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento económico e social”*(retirado de <http://nacoesunidas.org/>).

A grande viragem na conceção do conceito de desenvolvimento ocorre entre as décadas de 60 e 70 período em que se distinguem os conceitos de desenvolvimento e de crescimento. Marcos Santos (2013) e Amaro (2003) identificam as novas conceções de desenvolvimento que surgem nas décadas de 80/90: Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Integrado, Desenvolvimento Participativo E Desenvolvimento Social. Estas diferentes conceções de desenvolvimento e segundo Amaro (2003) são conceitos multidimensionais, concentram-se na realização das capacidades das pessoas, estão intimamente relacionados com os processos de cidadania, têm uma relação de interdependência com a Natureza, são simultaneamente globais e locais, não se referem apenas ao Estado ou empresas, mas têm em si muitos protagonistas (cidadãos e os diferentes modelos organizativos) e apresentam-se com uma grande variedade de caminhos e práticas, promovendo a nossa criatividade, enquanto humanidade. Amaro (2003), apresentando-nos a palavra “desenvolvimento” em diferentes línguas, levando-nos a uma análise profunda e extremamente interessante do conceito: *Desenvolvimento; Dé- (en)veloppement; De- (en) velopmentou; Des- arrollo; S - (in)viluppo; Ent – wicklung. “... a libertação dos «invólucros», «envolvimentos», «envelopes», «rolos», «embrulhos», que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades «embrulhadas» nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades?”* (Amaro; 2003; pág.66).

Em anos mais recentes, diferentes autores têm defendido o «fim da era do desenvolvimento» e o abandono desse conceito, entrando-se numa nova era «pós-desenvolvimento». Segundo Rahnema (1997):

«O fim do desenvolvimento não deve ser visto como o fim da procura de novas possibilidades de mudança, com vista a um Mundo relacional e de amizade, ou para fazer nascer novas formas de solidariedade. Significará simplesmente que chegou

ao fim a abordagem da mudança mecanicista, reducionista, desumana, binária e, afinal, auto-destruidora. Representará o apelo à «gente boa» de todos os lados para pensar e trabalhar em conjunto» (citado por Amaro, 2003, pág. 65)

Esta análise remete-nos para o sentido mais profundo do conceito, compreendendo as transformações que o mesmo sofreu ao longo dos anos e entendo-o como um conceito multidimensional. A metáfora de Amaro (2003) de semente lançada à terra e por ela “envolvida”, realizando assim o processo de desenvolvimento, lutando contra os obstáculos da sua germinação (pedras, terra endurecida), processo que pode ser facilitado pelo agricultor, de enxada na mão, envolvendo a terra, demonstra-nos a necessidade de renovação, na interpretação e aplicação do conceito, de um trabalho de edificação coletiva, realizado por diferentes protagonistas.

1.2. O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. EDUCAÇÃO GLOBAL E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Não sendo nosso objetivo definir Educação para o Desenvolvimento, apresentamos algumas definições de referência:

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD (ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO)

A Plataforma Portuguesa das ONGD (Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento) agrupa mais de 160 Organizações Não-Governamentais para Desenvolvimento. Foi constituída a 23 março de 1985 como organização sem fins lucrativos. Atua em três áreas: Cooperação para o Desenvolvimento, combatendo as desigualdades sociais e económicas em parceria com países desenvolvidos e em desenvolvimento; Educação para a Cidadania Global, visando compreender as causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais, através de ações de sensibilização, formação e influência política e por último, implementa a ação humanitária e de emergência, pretendendo aliviar, os efeitos das catástrofes naturais e humanas e a prevenção das mesmas (<https://www.plataformaongd.pt/>).

A atuação da Plataforma baseia-se nos princípios dos direitos humanos, da justiça social, da solidariedade, da parceria, da dignidade, da participação, da sustentabilidade e transparência.

As ONGD começaram por intervir na ED com campanhas de sensibilização em educação formal e não formal. E o âmbito da ED passou por 2 grandes etapas: A primeira de carácter assistencialista ou corretiva e a segunda orientada para a participação e transformação social.

A etapa de carácter assistencialista, aconteceu na década de 50/60, do século XX e a “ajuda” ao Desenvolvimento foi prestada no sentido assistencialista e corretiva sem serem questionadas as causas das situações de pobreza e desigualdade. A segunda etapa do processo de afirmação da ED, a partir da década de 70, assenta numa alteração crucial na forma como é encarada a educação: esta é um fator de transformação social e um elemento fundamental no combate às desigualdades. Reconhece-se que não interessa apenas corrigir as desigualdades, mas educar para que elas não persistam. Podemos sistematizar a intervenção em três dimensões:

Sensibilização - é uma forma de intervenção junto da população em geral ou grupos específicos, constituindo-se como o primeiro passo para a consciencialização das populações. Pretende alertar para as diferentes problemáticas no âmbito da ED, com o objetivo de influenciar a opinião pública para se alcançar situações mais justas e solidárias;

Intervenção pedagógica - pretende a promoção da aprendizagem, do espírito crítico, da reflexão sobre causas e consequências das desigualdades locais e globais, junto da população em geral ou de grupos específicos. Tem como objetivo alterar comportamentos, promover a reflexão no sentido de serem encontradas as respostas para as inúmeras situações de injustiça, pelo envolvimento ativo dos indivíduos;

Influência política - pretende influenciar a opinião política para a adoção de medidas importantes em matéria de ED e apresenta argumentos importantes para a alteração das políticas vigentes e para que sejam assumidos compromissos já estabelecidos. Dirige-se ao poder local e global, interfere junto de pessoas e instituições influentes.

A Plataforma das ONGD apresenta a seguinte definição para Educação para o Desenvolvimento:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável. A Educação para o Desenvolvimento não pode nunca se confundir com campanhas de angariação de fundos, com objetivos de visibilidade e marketing de organizações ou ações, nem com iniciativas de informação oficial sobre Ajuda ao Desenvolvimento. A singularidade da Educação para o Desenvolvimento é a sua vinculação ao Sul e, por isso, o que a distingue de outras "Educações para..." é o ter sempre em conta os discursos e as propostas que são feitos sobre e pelo Sul.” (ENED 2010-2015, pág.17, extraído de <https://www.instituto-camoes.pt/>)

A plataforma define a ED como um processo complexo, baseado em princípios democráticos, assente na compreensão de causas para a resolução das desigualdades, sendo um instrumento para a formação plena dos indivíduos enquanto elementos transformadores das suas realidades e do mundo. Alerta para a necessidade da distinção entre ED e outras práticas com objetivos de promoção de organizações e coleta de fundos.

VISÃO ESTRATÉGICA PARA A COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2005)

Em 1999, o XIII Governo aprova, em Conselho de Ministros, um documento de orientação estratégica, “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, que consistiu na compilação de políticas de cooperação Portuguesa.

Em 2005, o Governo define as prioridades para a ajuda de Portugal, num documento intitulado “Uma Visão Estratégia para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento”, no sentido de dar continuidade às orientações assumidas em 1999.

A cooperação Portuguesa assume como grandes objetivos o Desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza dos Países parceiros, respeitando os Direitos Humanos e os valores democráticos, de acordo com os princípios que fundamentaram a definição dos ODM (Objetivos do Milénio), “8 jeitos de mudar o Mundo”, aprovados em setembro de 2000, pelos países membros da ONU, através da Declaração do Milénio, a fazer cumprir até 2015.

Na “*Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa -2005*”, a Educação para o Desenvolvimento é assim apresentada:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) constitui um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo ativo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial, e também da portuguesa, para as questões da cooperação para o desenvolvimento. Embora a ED não se restrinja à educação formal, é importante que esta seja incorporada progressivamente nos currículos escolares, à semelhança do que acontece com outros países europeus, para que a

educação formal reflita e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais. A coordenação com o Ministério da Educação nesta matéria é fundamental. Por outro lado, as temáticas de ED não se confinam só a matérias de carácter internacional, antes potenciam soluções e respostas para questões transversais da nossa sociedade, como sejam a do respeito pela multiculturalidade; as questões da imigração e da inclusão social; a luta contra a pobreza; as campanhas de educação para a saúde e as de sensibilização ambiental; a questão da responsabilidade social empresarial, do consumo sustentável e do comércio justo; e a responsabilidade social dos media.»

(Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa, 2006, pág. 45, extraído de <https://www.instituto-camoes.pt/>)

A Visão Estratégica encara a ED como um processo educativo a realizar ao longo da vida, não limitado à educação formal, mas de particular importância para esta. Sublinha a necessidade de se incorporar nos currículos escolares as temáticas de ED, situação que se tem vindo a verificar, com as diferentes alterações à lei para a sua inclusão nos currículos escolares. A Visão Estratégica aponta um caminho de desenvolvimento humano sustentável por via da educação, através da sensibilização e mobilização da sociedade. As questões de desenvolvimento são transversais às problemáticas das sociedades, respondendo às necessidades internacionais e nacionais, entre Norte e Sul. Este percurso, conforme defende a Visão Estratégica, deve promover os valores de Cidadania Global, tendo em si latente um conjunto de princípios democráticos. Esta definição aponta também para a importância da participação e responsabilidade empresarial e dos média na promoção de temáticas de ED. A ED é apresentada como instrumento para a sensibilização das sociedades na transformação social e a educação será uma importante ferramenta para que este instrumento (ED) chegue a todos.

NOVO CONSENSO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO-2007

Em novembro de 2007, é apresentado em Lisboa, a propósito dos Dias Europeus do Desenvolvimento, o *Consenso Europeu para o Desenvolvimento: o Contributo da Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização*, reforçando a importância crescente da ED.

O Consenso Europeu é assim, uma resposta de todas as instituições europeias e Estados-membros aos desafios globais. Apresenta a seguinte definição de ED:

“A educação e a sensibilização para o desenvolvimento contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e atividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e perceções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em ações democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afetam a pobreza e o desenvolvimento sustentável (...) têm por objetivo permitir que todos os cidadãos da Europa disponham em permanência de oportunidades de sensibilização e de compreensão dos problemas relacionados com o desenvolvimento global, bem como da sua pertinência local e pessoal, e possam exercer os seus direitos e assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos de um mundo interdependente e em mutação, influenciando a evolução para um mundo justo e sustentável.” (ENED 2010-2015, pág. 17, extraído de <https://www.instituto-camoes.pt/>)

O Consenso entende ED como um instrumento de combate às desigualdades sociais e de promoção dos valores democráticos, enumerando um conjunto de valores essenciais à construção de sociedades democráticas. Assim, considera que a promoção destes valores, da participação, da igualdade de género, dos direitos humanos e do sentido de pertença a um mundo, junto da opinião pública, tem que ser concretizada através de práticas educativas. O grande objetivo deve ser proporcionar a todos os cidadãos (europeus) a compreensão dos aspetos de desenvolvimento global, bem como a importância individual nas questões locais, como cidadãos participativos e empenhados na luta contra a pobreza a favor do desenvolvimento sustentável.

EDUCAÇÃO GLOBAL E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A terminologia Educação para o Desenvolvimento em anos recentes tem vindo a ser associada e por vezes substituída por Educação Global e por Educação para a Cidadania.

A expressão “Educação Global” surgiu nos anos 60, nos EUA, e na Europa nos anos 70, como aprendizagem focada nas questões do mundo:

«como aquela aprendizagem que potencia a capacidade do indivíduo para que ele ou ela compreendam a sua condição na comunidade e no mundo, e melhora a capacidade de fazer juízos eficazes. Contém o estudo de nações, culturas e civilizações, incluindo a nossa própria sociedade pluralista e as sociedades de outras pessoas, com um foco na compreensão de como estas sociedades estão interconectadas e como mudam, e na responsabilidade do indivíduo neste processo. Fornece ao indivíduo uma perspetiva realista acerca das questões, problemas e panoramas do mundo, e a consciência das relações entre o interesse próprio do indivíduo esclarecido e as preocupações das pessoas no resto do mundo” (Hanvey, 2004, pág.1).

Hoje a educação global compreende uma aprendizagem transformadora a nível global, baseada em princípios de solidariedade, justiça e igualdade, com a ambição de facultar a todos e todas ferramentas para uma vida ativa e participativa na comunidade e no mundo, combatendo as desigualdades no acesso a bens e serviços e as de género, incentivando educadores e profissionais da área a promover um tipo de educação interdisciplinar e transdisciplinar. É uma educação que acontece no local, que tem influência a nível global que pretende responsabilizar indivíduos pela tomada de decisões que não podem ser deixadas simplesmente à vontade de governantes. Como aprendizagem de carácter transformador, apresenta-se como um trilha para a melhoria de condições de vida das comunidades, um caminho feito por indivíduos autónomos, na persecução dos seus objetivos pessoais, para as suas vidas e para as comunidades. Capacita as pessoas, responsabiliza-as, para que haja um futuro sustentável. Tem como objetivo final a defesa e implementação dos direitos do homem e especificamente das crianças e jovens.

Em 2002, o *Maastricht Global Education Congress* (Congresso de Educação Global de Maastricht), organizado pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e parceiros, reforçou a notabilidade da Educação Global, com a Declaração de Maastricht. Esta veio reconhecer grandes desigualdades globais; a necessidade de educar no sentido de construir comunidades informadas e empoderadas, a necessidade de alterações de padrões de consumo. Em 2010 foi publicado o *“Guia Prático de Educação Global” de 2010*, com contributos de entidades públicas e privadas concentrando um conjunto de experiências, práticas, recursos e conhecimentos, no sentido de fortalecer a prática da Educação Global. Nele se defende a ideia de que a Educação Global é *“capaz de abrir os olhos e as mentes das pessoas para as realidades do mundo, despertando-as para contribuírem para um mundo com mais justiça, equidade e direitos humanos para todos.”* (Declaração de Maastricht sobre Educação Global, 2002, pág. 10, consultado em <https://www.cidac.pt/>). Assenta particularmente nas conclusões das conferências organizadas pelo Centro Norte Sul em Atenas (1996), Budapeste (1999) e Maastricht (2002). Concentra ainda a ideia que *“a educação global abrange a Educação para o Desenvolvimento, a Educação para os Direitos Humanos, a Educação para a Sustentabilidade, a Educação para a Paz e Prevenção de Conflitos e a Educação Intercultural, dimensões globais da Educação para a Cidadania”*, (Declaração de Maastricht, 2002, pág. 10, consulta em <https://www.cidac.pt/>).

Quanto ao conceito de educação para a cidadania, este decorre da evolução do conceito de cidadania, conceito que evoluiu ao longo da história como resultado das alterações sociais, políticas e culturais. Na sua origem esteve associado a um compromisso de base jurídica e política entre cidadãos e Estado. Para os romanos, o conceito de cidadania esteve sempre ligado a cidade e Estado, a direitos políticos, à participação e à proteção legal, um conceito mais amplo em relação ao compreendido pelos Gregos, para os quais cidadania consistia num estatuto hereditário. O conceito expande-se à medida que as nações alargam os seus direitos sociais e políticos e hoje assume cada vez maior complexidade e menos consenso na sua definição. Segundo Funari (2003, pág. 49) *“no sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da revolução Francesa (1789) para designar um conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. A noção de cidadania, indissociável de cidadão, de direitos e de deveres, sofre transformações na medida em que, cada vez mais, se enriquece a sua definição, alargando à noção de valores, de ética, de justiça, de participação ativa e de solidariedade.”* A globalização alarga o conceito para outros espaços, a outros compromissos que não apenas os políticos. Já com Marshall (1967), citado por Cabral (2008), poderiam ser consideradas 3 dimensões da cidadania: a civil, a política e a social. A primeira compreendia a liberdade à expressão, o direito a um julgamento justo e igualdade de acesso a um sistema legal. A segunda compreendia os direitos eleitorais e a possibilidade de interferir nas instituições políticas, caso dos partidos. A terceira compreendia a expansão dos direitos sociais, o sistema de segurança social instituída pelo Estado de Providência.

Hoje o conceito de Cidadania é um conceito polissémico, com variações de significados no tempo e espaço. É o *“conjunto de deveres e direitos acordados entre todos os cidadãos para o bem coletivo e pessoal. Se o exercício consciente da cidadania consiste na prática das virtudes cívicas, a educação para a cidadania visará corrigir os comportamentos dos cidadãos, do conjunto de virtudes destacaram-se as seguintes: os cidadãos deverão ser ativos, críticos da injustiça, respeitadores e responsáveis pelos direitos dos outros.”* (Magalhães, 2003, pág. 297)

As sociedades atuais enfrentam uma série de conflitos sociais, disparidades económicas, questões ambientais, questões da exclusão social, da pobreza extrema, do impacto dos avanços tecnológicos e aumento da produção e a Educação como um elemento chave na capacitação de indivíduos e sociedades para fazer face a esses desafios. É nestes âmbitos que se situa a educação para a cidadania.

O Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI (Delors et al., 2003) elaborado pela UNESCO enunciou os quatro pilares da Educação:

“Para poder dar respostas ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes” (Delors et al., 2003, pág. 77, <https://unesdoc.unesco.org/>)

A Educação para a Cidadania envolve a formação humanística dos alunos, assente em valores democráticos. Pretende-se sensibilizar os alunos para um conjunto de problemáticas atuais, para que estes possam atuar responsabilmente, melhorando as condições de vida das suas comunidades, lutando e respeitando um conjunto de valores, direitos e deveres. O conhecimento empodera os alunos, transformando-os em adultos capazes e participativos nas dinâmicas globais, a nível da justiça social, da igualdade de género, dos direitos humanos, dos desafios ambientais. Segundo a UNESCO, *“Além de empoderar os alunos para que sejam cidadãos globais responsáveis, a ECG (Educação para a Cidadania Global) oferece as competências e as oportunidades de concretizar seus direitos e suas obrigações, com vistas a promover um mundo e um futuro melhores para todos.”*(UNESCO; consultado em <https://unesdoc.unesco.org/>)

Para a UNESCO as aplicações da Educação para a Cidadania Global são variadas, consoante os contextos. No caso do sistema de ensino, deve explorar e desenvolver nos alunos um identidade coletiva, um conhecimento de valores globais, como a igualdade, a justiça e o respeito, deve ainda desenvolver um pensamento crítico, desenvolver capacidades de comunicação e interação social, fomentando a empatia e resolução de conflitos, assim como fomentar a responsabilidade para a resolução de problemas globais. (*Educação para a Cidadania Global – UNESCO*).

1.3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA NA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ED

DOCUMENTOS DE CARÁCTER INTERNACIONAL E NACIONAL

Destacamos o contributo das Nações Unidas com o documento produzido pela UNESCO, a 19 de novembro de 1974, *Recomendação sobre a Educação para Entendimento, a Cooperação e a Paz Internacionais e a Educação para os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais*, que vem produzir efeitos determinantes na afirmação da ED e incentivar esforços por parte de Estados e Governos para a promoção dos direitos humanos e da dignidade da humanidade.

Também a União Europeia avançou com contributos importantes de que são exemplo os seguintes documentos e reuniões:

- *A Comunicação da Comissão sobre Comércio Justo* (1999) – foram desenvolvidas ações de Educação para o Desenvolvimento, no âmbito da promoção de um comércio justo, como campanhas de sensibilização;
- *A Resolução do Conselho Europeu sobre ED* (2001), que expressa o objetivo de “promover um apoio maior à ED, bem como à política de comunicação a ela ligada, por parte da comissão e dos Estados-membros”. Acrescenta ainda o reforço de relações entre diferentes setores (agentes educativos, ONG, comunicação social). Incentiva a Comissão e os Estados-membros a continuarem com o seu trabalho de apoio a atividade desenvolvidas no âmbito de ED;
- *A Conferência de Bruxelas sobre Sensibilização e Educação para o Desenvolvimento para a Solidariedade Mundial Norte-Sul* (2005), onde se chamou a atenção para a urgência de se averiguar os progressos feitos desde a resolução do Conselho Europeu (2001). Foi também referida a importância de se estender a ED a toda a comunidade e a importância da articulação entre agentes educativos e os do desenvolvimento, nomeadamente na integração da ED no currículo escolar. O debate em matéria de ED deveria ser alargado a diferentes atores, para além do Estado;
- *O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização*, que consiste numa declaração elaborada por representantes do Parlamento Europeu, dos Estados-membros da União Europeia, da

Comissão Europeia, do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, do Conselho dos Municípios e das Regiões Europeias, do Centro de Desenvolvimento da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), da CONCORD, do Fórum Europeu da Juventude e da GENE (Global Education Network Europe). Este, apresenta-se como a o primeiro quadro de referência de ED, a nível europeu. Prevê a elaboração de processos e estratégias que promovam a ED. Reconhece os contributos da ED para o alcance dos resultados em desenvolvimento;

- *A Conferência de Helsínquia sobre Educação para o Desenvolvimento (2006)*, vem aprofundar algumas temáticas da *Conferência de Bruxelas* sublinhando a importância de se desenvolverem estratégias mais eficazes, de nível nacional e europeu;
- *A Conferência de Liubliana sobre Diálogo Intercultural e Educação para o Desenvolvimento (2008)*, sobre ED e o diálogo Intercultural, reforça as ideias expressas nas *Conferências de Bruxelas e Helsínquia*.

No contexto do contributo e influência da Nações Unidas é de referir a Declaração do Milénio (2005), que veio estabelecer compromissos sérios a alcançar até 2015, no que respeita à redução da pobreza mundial e a institucionalização da *Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015)*, resolução aprovada pela Assembleia Geral, a 20 de dezembro de 2002 que estabelece metas importantes para o desenvolvimento sustentável.

Também outras organizações merecem destaque nesta matéria:

A Rede Europeia para a Educação Global (GENE) e constituída por representantes de ministérios e outras entidades responsáveis pelo financiamento e elaboração de políticas em Educação Global e Educação para o Desenvolvimento tem prestado um contributo muito significativo, no âmbito da investigação, do financiamento, da coordenação e avaliação de estratégias em matéria de Educação Global;

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento/ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE), com o seu trabalho de promoção e sensibilização junto da opinião pública, destaca-se em matéria de ED, quer pelos seus estudos e pela avaliação dos trabalhos em matéria de ED, quer pelas diferentes recomendações junto dos Estados-membros.

OS OBJETIVOS DO MILÉNIO

Os Objetivos do Milénio vieram estabelecer um compromisso dos países desenvolvidos para com os países não desenvolvidos no âmbito da luta contra a pobreza e das suas diversas manifestações, a atingir até 2015. Resultaram da ideia expressa, na secção III da Declaração do Milénio, sobre o Desenvolvimento e erradicação da pobreza, das Nações Unidas, aprovada na Cimeira do Milénio, que decorreu em Nova Iorque entre 6 a 8 de setembro de 2000, na presença de 147 Chefes de Estado de 191 países.

O secretário geral da ONU à data, Kofi A. Annan, considerou a viragem de século uma oportunidade para o Mundo refletir sobre os propósitos para o futuro, elaborando o Relatório do Milénio, “Nós, os Povos, as Nações Unidas do Século XX”. Era necessário colocar o ser humano no centro das preocupações, as aspirações para um novo século não se poderiam colocar deixando milhares de pessoas entregues à pobreza extrema e exclusão social. O compromisso estabelecido na Cimeira do Milénio, em setembro de 2000, pelos Países membros da ONU, está claramente refletido nos Objetivos do Milénio, “8 jeitos de mudar o Mundo” (consultado em <https://www.instituto-camoes.pt/>)

Os objetivos a atingir até 2015 foram os seguintes:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome, reduzindo para metade o número de pessoas com rendimento inferior a 1 dólar por dia e reduzir também para metade o número de pessoas que enfrenta a fome;
- Alcançar o Ensino Primário Universal, garantindo que todas as meninas e meninos concluem o ensino primário;
- Promover a igualdade entre sexos e a autonomização das mulheres, eliminando as desigualdades de género no ensino primário e secundário;
- Reduzir a mortalidade de crianças, reduzindo em 2/3 a mortalidade de crianças com menos de 5 anos;
- Melhorar a saúde materna, reduzindo em 3/4 a taxa de mortalidade materna;
- Combater a SIDA, a malária e outras doenças, detendo estas doenças e começando a diminuir a sua propagação;
- Garantir a sustentabilidade ambiental, através de políticas de desenvolvimento sustentável, melhorando as condições de vida de pelo menos 100 000 habitantes de

bairros degradados e reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável.

- Criar uma parceria mundial para o Desenvolvimento, continuando a encetar esforços para o desenvolvimento de um sistema financeiro e comercial não discriminatório, mantendo o compromisso de redução da pobreza a nível nacional e internacional; de uma forma global apoiar os países endividados na gestão da sua dívida pública e em cooperação, com entidades públicas e privadas, os países devem desenvolver estratégias no âmbito do emprego para jovens, proporcionar o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento e ainda tornar as tecnologias de informação acessíveis a todos.

AGENDA 2030

A Agenda 2030 determina objetivos para o combate à pobreza e alcance da Paz e Justiça, compilando as diferentes dimensões do desenvolvimento, social, ambiental e económico. Compõe-se de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que sucedem aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), consistem “numa lista de coisas a fazer pelos povos e pela Humanidade”, Ban Ki-moon (Secretário-Geral da ONU, entre 2007 e 2017).

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi aprovada pela ONU a 25 de setembro de 2015, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. “*Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre líderes mundiais e os povos*” Ban Ki-moon, Secretário-geral da ONU.

O atual secretário-geral da ONU, António Guterres, considera a Agenda 2030 como “um elemento definidor para responder às necessidades das pessoas e governos” (*Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal*; <https://www.cig.gov.pt/>).

Os ODS, aprovados pelos 193 Estados-membros da ONU e definidos, tanto para os países desenvolvidos como em desenvolvimento, a atingir em 2030, são os seguintes, segundo a *Agenda 2030* (disponível em <https://unric.org/pt>) :

Objetivo 1 - Erradicar a Pobreza em todas as suas formas e lugares, através de sistemas de proteção social, apoiando em particular, os países menos desenvolvidos, com políticas de combate à pobreza e garantir que todos os indivíduos têm acesso a bens e serviços de primeira necessidade. Até 2030, erradicar a pobreza extrema (pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia) de todos os lugares do mundo;

Objetivo 2 - Erradicar a Fome, garantindo que todas as pessoas têm acesso a uma alimentação de qualidade, com especial preocupação com grávidas, idosos, adolescentes e crianças com menos de 5 anos. A luta contra a fome passa por garantir um sistema produtivo sustentável e a igualdade no acesso à terra e a outros recursos produtivos, garantindo o rendimento dos pequenos produtores de bens alimentares. Este objetivo implica a criação de políticas e estratégias de proteção das espécies cultivadas e um combate às assimetrias do comércio e do mercado agrícola;

Objetivo 3 - Saúde e Qualidade. Este objetivo prevê a redução das taxas de mortalidade materna, neonatal, e de crianças abaixo dos 5 anos de idade, bem como a redução do número de mortos e feridos em acidentes rodoviários; o fim de epidemias como a SIDA, malária, tuberculose e doenças tropicais, tal como o reforço na prevenção do uso de drogas e abuso de álcool. Prevê-se ainda, que todas as pessoas tenham acesso aos sistemas de saúde e que este seja reforçado, através de financiamento e formação de profissionais;

Objetivo 4 - Educação e Qualidade. Prevê-se um ensino de acesso livre, equitativo e de qualidade e que todos os meninos e meninas completem o ensino secundário, garantindo ainda, a alfabetização de jovens e adultos;

Objetivo 5 - Igualdade de Género. Passa por eliminar todas as formas de discriminação de meninas e mulheres e acabar com a violência contra as mulheres; por garantir e reconhecer a participação efetiva da mulher na esfera pública e privada, facultando direitos iguais no acesso a bens e serviços;

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento, disponibilizando o acesso a água potável para todos e o acesso a saneamento e higiene. Assim, o objetivo 6, determina também uma correta e eficaz gestão dos recursos hídricos e proteção dos seus ecossistemas;

Objetivo 7- Energias Renováveis e Acessíveis, reforçando a investigação na área das tecnologias de energia limpa, melhorando, a nível global, a eficácia energética;

Objetivo 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico Indústria, através do aumento da produtividade das economias e da modernização tecnológica. Este objetivo prevê políticas de crescimento económico, assentes na modernização tecnológica, sem esquecer as políticas

de proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, por um lado, por outro, desenvolver estratégias para a criação e empregos dignos, protegendo os direitos dos trabalhadores;

Objetivo 9- Inovação e Infraestruturas, promovendo uma industrialização sustentável, de infraestruturas modernizadas e eficazes, na gestão dos recursos e tecnologias de energia limpa;

Objetivo 10 - Reduzir Desigualdades, eliminando práticas discriminatórias e promovendo a inclusão social independentemente da raça, género, sexo, etnia, religião e condição económica e aplicando políticas de proteção social;

Objetivo 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, consiste em assegurar o acesso de todos a uma habitação segura e preço acessível, bem como o acesso a transportes, seguros, acessíveis e sustentáveis; em proteger e salvaguardar o património do mundo e reduzir o impacto ambiental negativo, relativamente à qualidade do ar e produção de resíduos urbanos;

Objetivo 12- Produção e Consumo Sustentáveis, os Estados, comprometem-se, a nível mundial, a reduzir o desperdício alimentar e a produção de resíduos através do aumento da reciclagem e reutilização. Este objetivo será alcançado através da promoção de práticas de produção sustentáveis junto das grandes empresas;

Objetivo 13 - Ação Climática, passa por desenvolver políticas e estratégias relacionadas com as alterações climáticas e reforçar a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e catástrofes naturais;

Objetivo 14- Proteger a Vida Marítima, reduzindo a poluição dos mares e oceanos, e gerindo de forma sustentável os recursos marinhos e protegendo os ecossistemas;

Objetivo 15- Proteger a Vida Terrestre, este objetivo prevê o combate da desertificação, travando a deflorestação, protegendo ecossistemas terrestres e a biodiversidade, através do aumento dos recursos financeiros para este efeito, prevê o desenvolvimento de estratégias e políticas para se encontrarem formas de subsistência sustentáveis, respeitando fauna e flora;

Objetivo 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes, passa por reduzir todas as formas de violência, cessar com o abuso, com violência e o tráfico de crianças, e promover internacionalmente o acesso à justiça, para todos;

Objetivo 17- Parcerias para Implementação dos Objetivos, através de uma política de parceria, os países desenvolvidos comprometem-se a ajudar financeiramente os países menos desenvolvidos, mobilizando recursos necessários, no âmbito da tecnologia e comércio.

O processo de implementação dos ODS implica que cada país defina para si as suas estratégias e prioridades, tendo em consideração os 17 ODS e as suas 169 metas, nas quais se desdobram. Portugal como parceiro convicto dos princípios sustentados na *Agenda 2030*, identificou 6 objetivos, como orientações estratégicas e prioridades nacionais, determinando medidas específicas para os atingir:

ODS 4- EDUCAÇÃO E QUALIDADE: Portugal atribui uma importância central à educação e formação ao longo da vida, como forma de luta contra a exclusão e pobreza e de promoção pela igualdade, cidadania e respeito ambiental; ODS 5- IGUALDADE DE GÉNERO: Promover a igualdade entre homens e mulheres como princípio fundamental da Constituição Portuguesa, adotando medidas de combate à discriminação em função do sexo; ODS 9- INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS: Portugal aposta no desenvolvimento e crescimento económico equilibrado e sustentável, com um compromisso ambiental. O investimento em infraestruturas adequadas, o progresso tecnológico e a aposta numa indústria inovadora devem ser feitos com preocupações ambientais e sociais, evitando o endividamento; ODS 10- REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES: O país posiciona-se contra todas as formas de discriminação e desigualdades socioeconómicas. Focado no combate à pobreza e exclusão social, assumindo o aumento faseado do salário mínimo nacional, promovendo o acesso de todos os indivíduos a bens e serviços de primeira necessidade. Portugal compromete-se com estratégias e políticas sociais para a criação de um mercado de trabalho mais justo e inclusivo; ODS 13- AÇÃO CLIMÁTICA: No contexto dos ODS e no âmbito das políticas de combate às alterações climáticas, Portugal assume o compromisso relativamente à redução de emissão de gases com efeito de estufa, o aumento das energias renováveis e melhoria da eficácia energética, de acordo com o ambicioso Acordo de Paris, em vigor desde 4 de novembro de 2016. O desenvolvimento da economia e a aposta na inovação industrial devem ser planeadas de forma competitiva, sim, mas baixas em carbono, respeitando os princípios de sustentabilidade expressos na Agenda 2030; ODS 14 - PROTEGER A VIDA MARÍTIMA: Somos o maior estado costeiro da UE, empenhado na preservação da vida marítima, Portugal assume assim grande responsabilidade na preservação dos oceanos e exploração sustentável dos seus recursos. (*Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal*; consultado em <https://www.cig.gov.pt/>)

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED) -2010-2015

Em Portugal, foi definida uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, num processo iniciado em 2008 e que teve a colaboração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e de atores governamentais e não governamentais de relevância nesta matéria. A criação da ENED foi desenvolvida em 4 fases: fase preparatória, fase de definição de estratégia, fase de consulta pública e a fase de aprovação e elaboração do Plano de Ação. O processo de elaboração da ENED 2010-2015 foi realizado por dois grupos de trabalho, constituídos por diferentes parceiros e com funções específicas a cada grupo conforme se apresenta nos seguintes quadros:

QUADRO 1: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ENED, GRUPO 1

PARCEIROS
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento- IPAD
- Ministério da Educação, através da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
-Plataforma Portuguesa das 6 Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD)
Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral- CIDAC, enquanto membro do GENE (Rede Europeia de Educação Global)
FUNÇÕES: mobilização de atores em matéria de ED; planeamento das reuniões de trabalho com o grupo 2; definição da estrutura do documento; definição de objetivos.

QUADRO 2: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ENED, GRUPO 2

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Agência Portuguesa do Ambiente- APA	Associação de Professores para a Educação Intercultural - APEDI
Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural ACIDI	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente CPADA

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género- CIG –	- Comissão Nacional Justiça e Paz
Comissão Nacional da UNESCO	- Conselho Nacional da Juventude Fundação Calouste Gulbenkian
Conselho Nacional de Educação	
Instituto Português da Juventude	
FUNÇÕES: contribuir para a oficina de definição conceptual e participação na elaboração da Estratégia.	

Considera-se que a ENED é determinante na persecução dos objetivos inerentes à ED: implementação da paz, igualdade, não violência, justiça e educação ao alcance de todos e todas. Vem assim, dar respostas articuladas com outras instituições, às necessidades de transformação social, objetivo fundamental da ED. Esta estratégia foi desenhada para um período de 5 anos.

OBJETIVOS DA ENED

Tem como objetivo geral:

“Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para questões do desenvolvimento tendo como horizonte a ação orientadora para a transformação global.” (ENED 2010-2015, consultado em <https://www.instituto-camoes.pt>)

No sentido de alcançar o seu grande objetivo a ENED 2010-2015 determina 4 objetivos específicos e consequentemente as respetivas medidas de intervenção:

1. Promover a capacitação das entidades públicas e das Organizações da Sociedade Civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional;
- Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade;

- Criação e espaços e condições para aprofundamento conceptual, temático e metodológico de ED;
- Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio da ED;
- Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação de atores de ED.

2. Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas através da:

- Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função de docente;
- Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais da educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos de intervenções educativas de ED;
- Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação, ensino e formação e as entidades públicas e privadas que intervêm em ED;
- Desenvolvimento da formação contínua para o profissional de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas;
- Promoção de trabalhos de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul;
- Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

3. Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa através de:

- Promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED;
- Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e das duas qualidades;
- Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de Educação e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa;
- Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade;
- Promoção da articulação, troca de experiências e reconhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal.

4. Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores através de:

- Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e de aprendizagem e partilha das aprendizagens das próprias experiências no quadro ED;
- Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores;
- Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e media;

- Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos. (ENED 2010-2015, consultado em <https://www.instituto-camoes.pt>)

A ENED veio também propor outras dimensões *da educação para*: Educação para a Paz; Educação para os direitos humanos; Educação para o ambiental e para o desenvolvimento sustentável; Educação intercultural; Educação para a igualdade de género; Educação global; Educação para a cidadania global e Educação para aprender a viver juntos.

PARECER SOBRE ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (2010 -2015) - PARECER N.º 4/2009

Em julho de 2009 é emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) um parecer sobre a ENED 2010-2015, revelando *à priori* os aspetos positivos e os limites da Estratégia. Relativamente aos aspetos positivos, é valorizado o facto de o documento representar um grande contributo no âmbito da Cidadania Global, indo ao encontro das recomendações internacionais. Considerou-se também positiva a metodologia participada em que se baseou a elaboração da Estratégia, bem como a valorização das Organizações da Sociedade Civil e agentes educativos que atuam nesta área. Relativamente aos limites da Estratégia o CNE considera que as diferentes “*Educações para*”, associadas à ED, apesar de justificáveis, podem constituir um obstáculo à eficaz concretização da Estratégia, pela existência de um grande campo de convergência entre as diferentes “*Educações para*”. (*Parecer n.º 4/2009*). Considera também que a Cidadania Global e o Desenvolvimento devem ser enquadrados na realidade do nosso país, relativamente às situações de pobreza, desigualdade, à nossa diversidade cultural e territorial, bem como à relação com a comunidade dos Países de

Língua Portuguesa. Outra limitação é a falta de um Plano de Ação que permita a compreensão da aplicação da Estratégia, bem como uma explicação das metas e medidas associadas aos objetivos definidos.

Num contexto de recomendações, o parecer do CNE considera importante uma retoma da revisão curricular no sentido de enquadramento das temáticas e áreas a considerar no âmbito da ED. No entanto pode-se ir avançando com os seus objetivos nas disciplinas curriculares e nas atividades não disciplinares. O documento refere também a importância do intercâmbio como forma de os alunos conhecerem o mundo e outras realidades, aprendendo o respeito pela diversidade cultural. Sublinha-se a importância da formação e professores em matéria de Cidadania e o apoio à investigação neste âmbito.

O parecer considera que é arriscado a Estratégia definir como objetivo da ED, “ a transformação Social”, considerando que esse objetivo pode desvirtuar a própria educação, que deve transmitir a herança cultural, promover o desenvolvimento humana e integração social, a educação não pode ser subordinada à transformação social a missão da escola é apoio na descoberta da identidade pessoal. Por último, o parecer indica que a responsabilidade de ED não deve ser apenas da educação escolar, mas também da educação social (Parecer n.º 4/2009).

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED)- 2018-2022

A ENED 2018-2022 sucede à ENED 2010-2015, dando seguimento à sua necessidade de atualização, tendo em consideração a sua relevância política, social e educativa e a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Resolução do documento “Transformar o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, de 25 de setembro de 2015.

Assim, a ENED 2018-2022, pretende atingir os objetivos propostos na meta 7 do objetivo 4, dos 17 ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), da já referida “Agenda 2030”:

“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros,

por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018; Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16).

A atual ENED pretende também o alcance de outros objetivos de carácter transversal como a igualdade de género, para além de responder aos compromissos anteriormente propostos por Portugal a nível da EU. No contexto do *Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento*, denominado “*O nosso Mundo, a Nossa dignidade e o nosso Futuro*”, aprovado a 7 de julho de 2017, pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia, pelo Conselho Europeu e pelos Estados membros está previsto que a União Europeia e os Estados-Membros são os promotores executantes e agentes da mudança, no âmbito da ED.

O Novo Consenso determina objetivos cruciais, afirmando que “*a educação para o Desenvolvimento e a sensibilização podem desempenhar um papel importante no aumento dos níveis de participação do público e na forma como se procura atingir as os organismos da sociedade civil a nível nacional e mundial , contribuindo assim para a cidadania global”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018; Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16).

Com base na análise do “*Relatório de Avaliação Externa Final da ENED 2010-2016*”, a atual estratégia define 4 objetivos essenciais e as respetivas medidas, que passamos a apresentar:

1-REFORÇAR A CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO EM MATÉRIA DA ED:

Este reforço da capacidade de intervenção baseia-se na produção de conteúdos e recursos de ED, recursos pedagógicos de carácter científico através de trabalhos de investigação. Com esta medida pretende-se o envolvimento de diferentes atores governamentais e não governamentais como por exemplo Escolas superiores e centros de investigação. A produção de conteúdos de carácter científico é tão importante como posteriormente a sua disseminação, no contexto da educação formal e não formal. Baseia-se na capacitação de organizações, em matéria de ED, com a promoção de iniciativas de promoção do Desenvolvimento por diferentes instituições. Deve ser feita uma aposta assertiva na formação de todos os agentes educativos, em matéria de ED, em todos os níveis de ensino;

2-ALARGAR O ALCANCE E A QUALIDADE DA INTERVENÇÃO

Deve-se fazer o reforço da integração de ED no sistema educativo, de forma articulada, em todos os níveis de ensino e no contexto de educação não formal e informal. Significa que a ED deve ser promovida nas escolas, no contexto de associações, coletividades e serviços educativos e entidades locais através do envolvimento de meios de comunicação social. Deve ser promovida a participação internacional;

3-AFIRMAR A IMPORTÂNCIA E PROMOVER A TRANSVERSALIZAÇÃO DA ED

Pretende-se o reconhecimento formal da ED nos diferentes setores e em áreas de atuação e a mobilização de recursos adequados à intervenção em ED. Este objetivo inclui articulação nacional e internacional em matéria de ED, mantendo um compromisso com os diferentes atores da União Europeia;

4 - CONSOLIDAR A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Este objetivo prevê a implementação de um modelo institucional, através da constituição de um Secretariado, no sentido de formalizar a comunicação e garantir o apoio técnico à Comissão. Prevê ainda a criação de um sistema de acompanhamento, através da elaboração de um Plano de Ação, para avaliação e monitorização da implementação da ENED e com o objetivo de organização e recolha documental e por último, pretende a implementação de uma cultura de avaliação, permitindo o ajuste contínuo do Plano de Ação.

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018; Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16).

CAPÍTULO 2.

A ESCOLA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

2.1- EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA

Educar para a Cidadania é educar para a inclusão, justiça, igualdade, respeito pelos outros e pelo ambiente. Consiste em promover o desenvolvimento social e moral de crianças

e jovens, educar para a participação ativa na vida social. É sensibilizar para questões políticas e sociais. É uma ferramenta de transformação social, de construção de um mundo melhor. Quando falamos em educar para a Cidadania não propomos apenas a transmissão de conhecimentos, mas o desenvolvimento do pensamento crítico. A educação para a cidadania tem um carácter transformador em contextos formais e não formais, tem um carácter emancipatório, visa desenvolver a maturidade intelectual, fornecer aos cidadãos as ferramentas necessárias para se tornarem mais autónomos e tolerantes.

Para Diaz-Aguado (2000), a sociedade atual enfrenta determinados desafios e paradoxos que justificam a necessidade da Educação para a Cidadania nas escolas. Segundo este autor verifica-se a necessidade de nos relacionarmos, num mundo que é cada vez mais multicultural e heterogéneo; as novas tecnologias de informação eliminam aparentemente as barreiras de comunicação, mas em simultâneo promovem o isolamento e a exclusão social do individuo e de grupos; há o ressurgimento de diferentes formas de intolerância e violência (xenofobia, escravatura laboral, violência doméstica e diferentes conflitos armados).

A EC desenvolve nas crianças e jovens competências cognitivas para saberem lidar com eles próprios e com os outros, conseguindo que estes fortaleçam de forma positiva, os seus relacionamentos e resolvam melhor os seus conflitos. O pensamento crítico promove no indivíduo uma atitude de auto análise e de reflexão fazendo o seu próprio juízo de valores, colocando ele próprio a validade ou não validade de determinadas ideias, preconceitos, como por exemplo os de género.

Para Araújo (2003) a educação concentra dois objetivos indissociáveis: instrução e a formação ética: *“... a busca pelo desenvolvimento de aspetos que deem aos jovens e às crianças a condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para uma vida pessoal digna e saudável e para poderem exercer e participar efetivamente da vida política e da vida publica da sociedade, de forma critica e autónoma”* (citado por Pátaro & Alves, 2011, pág.2)

A escola tem o seu papel fundamental no ensino da cidadania e é de extrema importância que os currículos escolares a incluam de forma transversal, levando para a sala de aula temáticas do interesse e necessidade geral, fundamentadas por questões sociais e políticas. Trata-se do empoderamento das crianças, de lhes dar as ferramentas necessárias para que possam, no futuro, desenvolver os seus projetos de vida de forma autónoma e livre de preconceitos. Discutir cidadania é apresentar um conjunto de ferramentas essenciais para

a transformação social. A aprendizagem da Cidadania faz parte de um conjunto de aprendizagem de conhecimentos e processos libertadores, porque são promotores da participação ativa.

Falar de valores pode ser uma questão complexa; não falar será deixar uma enorme lacuna na formação de crianças, será deixá-las desprovidas de ferramentas essenciais para o desenvolvimento do seu projeto de vida e a sua participação na comunidade. É necessário capacitar crianças e jovens para que tenham um papel ativo e participativo na sociedade, na luta pela igualdade, contra a exclusão social, na luta pelos direitos humanos e na conquista e afirmação dos princípios democráticos.

Para Renaud (1992) definir valor é um processo difícil. Podemos encontrar dois tipos de definições, de *“carácter objetivo”* e de *“dimensão subjetiva”*. Segundo o primeiro *“o valor é uma característica do bem”*. Segundo a dimensão subjetiva *“é o sujeito com o seu desejo, a sua inteligência a sua vontade, que faz com que o valor seja valor, vale o que vale para mim”* (Renaud, 1992; pág. 130). Como sujeito no mundo com outros sujeitos, não podemos aceitar apenas a dimensão subjetiva dos valores, mas verificamos a necessidade de cruzar o nosso bem próprio com o bem comum. Neste ponto voltamos a Isabel Renaud com as considerações importantes sobre o valor e o agir humano: *“não há valor em si, independentemente do agir que encerra”*.” (Renaud, 1992; pág. 130). A autora defende a ideia de que todo o agir é necessariamente humano e projetado por uma motivação: *“(…) entendamos corretamente que este agir não é necessariamente o meu, que é o de outras pessoas que não eu próprio. Mas se ninguém toma tal como valor como conteúdo de motivação, de um ato concreto, este valor, na verdade deixa de existir”* (Renaud: 1992; pág. 130).

O grande objetivo da EC é educar para os valores globais, independentes do tempo e do espaço. Pretende-se com a EC a promoção de sociedades justas, assentes em pilares de igualdade, de partilha, de participação e de justiça. Promover e sensibilizar para os valores da cidadania é construir comunidades bem estruturadas, conscientes dos seus direitos e deveres, feitas de pessoas capazes de lutarem pelos seus projetos de vida independentemente das instituições políticas ou de poder. Ser cidadão implica uma atuação ativa local e globalmente. Não pertencemos apenas a uma família, mas também a uma comunidade, a uma região, a uma nação e ao mundo. Não queremos apenas ser cidadãos no mundo. Queremos ter voz ativa nos assuntos que nos implicam diretamente e à nossa comunidade, ao mundo global. Devemos caminhar no sentido do esclarecimento da informação que nos chega velozmente por todos os meios de comunicação.

Educar as nossas crianças para a cidadania é dar-lhes ferramentas para que possam desenvolver o sentido crítico na descoberta do mundo. A escola deve educar transversalmente. Não chega ensinar matemática, português e ciências, são necessárias outras ferramentas que explorem o pensamento crítico das crianças e jovens. A educação para a cidadania é transformadora, é a arma social, contra a pobreza, contra a exclusão, o preconceito e as desigualdades. Pode transformar mentes, estimular a criatividade, curiosidade e o interesse pelo saber, incomoda e inquieta. Desenvolve competências sociais e as relações interpessoais, reforça o sentido de pertença, de comunidade.

A escola é o primeiro ambiente de socialização que é apresentado à criança, depois da família. É ali que irá desenvolver mecanismos de diálogo, de partilha e de participação. A escola existe com o objetivo de formar indivíduos responsáveis, devidamente integrados na sociedade. Têm sido feitos, ao longo dos anos, esforços para que os sistemas educativos sejam o mais humanizados possível, para que os currículos escolares incluíssem componentes de desenvolvimento de carácter e personalidade democráticos.

A escola apresenta-se como um ambiente adequado para a formação em valores de cidadania representando a educação formal um importante contexto para a ED, empoderando os jovens para que sejam adultos capazes de responder a todos os desafios que se colocam, nomeadamente políticos. Segundo Marques (2007, pág.12) *“uma escola sem justiça, temperança, amizade, coragem, esperança e fé não consegue resistir ao poder corrupto das instituições”*

A tarefa de formar e educar indivíduos, implica facultar-lhes ferramentas que façam dele um cidadão emancipado, responsável, autónomo, capaz de construir o eu próprio projeto de vida, de forma participativa, nos assuntos políticos e sociais, a nível local e global. A escola, num ambiente que não se reduz a uma sala, assume um lugar de destaque na construção de valores democráticos e não se esgota na sala de aula. Todo esse processo decorre ao longo dos anos, em todos os espaços educativos: nos corredores, nas salas de aula, nas salas de convívio, nas visitas de estudo, recreios, etc. O processo de formação em valores de cidadania é um processo de construção e desconstrução, de avanços e recuos. Professores e educadores, técnicos e outros agentes educativos devem ser agentes de transformação, impulsionadores de aprendizagem baseada nos valores da cidadania. A educação para a cidadania pretende a educação de crianças, jovens e adultos tornando-os socialmente responsáveis. A escola deve assumir o compromisso de promoção da EC não se

retirando da responsabilidade de ser ela próprio alvo de reflexão e questionamento, de forma que esta seja um espaço privilegiado de educação para a participação. (Lima, 2000).

Os professores e educadores assumem um papel determinante como principais agentes de educação formal. Nesse contexto o sistema de ensino português atribui-lhes uma grande responsabilidade, podendo assumi-la de forma responsável e ativa ou relegar-na para segundo plano. “... ao serem assumidas como espaço de educação crítica, de participação e de cidadania democráticas, as escolas poderão contribuir para a criação e revitalização da esfera pública democrática...” (Freire & Giroux, 1989, citado por Lima 2000, pág. 1). Professores e outros agentes educativos tem a responsabilidade de promover a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades escolares.

Há cada vez maior articulação entre instituições educativas e famílias. A família assume atualmente características muito diferentes das famílias de há 30/40 anos. Assume estruturas diversificadas como por exemplo famílias monoparentais, famílias tradicionais e famílias reconstruídas. A estas características estruturais das famílias contemporâneas, acrescentamos a falta de tempo para acompanhar os filhos, o que provoca um aumento crescente da dependência de outras instituições. A emancipação da mulher foi mais uma característica social que alterou dinâmicas familiares, pois, “*Em muitas partes do mundo as mulheres estão a exigir maior autonomia em relação ao passado e a entrar no mundo laboral em maior número.*” (Giddens, 2002, pág. 17). Cada vez é maior o tempo que as crianças passam nas escolas ou instituições educativas. De acordo com Enguita (2001), há famílias que transferem a responsabilidade de educar para a escola, verifica-se “*uma crise da família e da comunidade como instituições com responsabilidades*” (citado por Sarmiento & Freira 2011, in Loureiro 2017, pág.4). No entanto este papel deve ser desenvolvido sempre em articulação com a família, provendo a sua participação máxima no processo educativo, sensibilizando a família para a importância do seu envolvimento no equilibrado desenvolvimento da criança.

É numa relação de complementaridade, com outras forças sociais, que se situa a intervenção da escola, ajudando os indivíduos a tomarem consciência dos seus deveres e direitos. Educar para a cidadania é um projeto ambicioso, local e global, diz respeito ao indivíduo e à sociedade, visa a promoção de direitos e deveres indo ao encontro do que defende Paulo Freire quando refere que o cidadão é o “*indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado*” e cidadania “*tem a ver com a condição, quer dizer, com o uso dos*

direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (Freire, 2001,pág. 25). Educar para a cidadania é um projeto ambicioso , local e global, diz respeito ao individuo e à sociedade , visa a promoção de direitos e deveres indo ao encontro do que defende Paulo Freire quando refere que o cidadão é o “ individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” e cidadania “ tem a ver com a condição, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (Freire, 2001,pag 25).

No quadro abaixo apresentamos uma visão tripartida do que pode ser o ensino da Cidadania, nas concepções de KERR, 1999 e Santos, 2005, citado por Nogueira 2015.

QUADRO 3 - VISÃO TRIPARTIDA DO ENSINO DA CIDADANIA (KERR,1999 E SANTOS 2005)

EDUCAÇÃO EM CIDADANIA	EDUCAÇÃO PELA CIDADANIA	EDUCAR PARA A CIDADANIA
conhecer como bom cidadão	atuar como bom cidadão	pensar como bom cidadão
Aquisição de literacia política Transmissão de conhecimentos	Desenvolvimento de competências de cidadania Pratica, envolvimento, partilha e participação na escola e comunidade	• Promoção de competências atitudes e valores (educação em Cidadania e a Educação pela Cidadania)

2.2. DOCUMENTOS ENQUADRADORES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA

Em Portugal, a Educação para a Cidadania está implementada na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário, de forma transversal e de forma disciplinar.

2.2.1 -QUADRO LEGAL DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA

A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE) - (LEI 46/86, 14 OUTUBRO)

A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86, veio estabelecer o quadro geral do sistema educativo, enfatizando os valores da democracia e cidadania. Refere a garantia da ação formativa contínua, no sentido de favorecer o desenvolvimento da personalidade, o progresso social e democratização da sociedade (artigo 1º). Assume o caráter social do Sistema Educativo, que deve responder a um conjunto de necessidades individuais e coletivas, nomeadamente a *“formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomas e solidários, valorizando a dimensão humana do trabalho”* (artigo 2º,4) e consagra a Educação Cívica como domínio da educação: *“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”* (artigo 2º, 5). Um dos objetivos do sistema educativo é *“Assegurar a formação cívica e moral dos jovens”* (artigo 3º; c))

O artigo 47º apresenta a introdução da Educação para a Cidadania (Formação Pessoal e Social) no currículo: *“Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.”* (artigo 47º; 2)

DECRETO LEI 286/89 - REFORMA CURRICULAR

Apesar do pressuposto na LBSE é com a reforma curricular de 1989, pelo decreto de lei nº 286/89, que é efetivada a reestruturação curricular prevista pela anterior lei. A reforma curricular de 1989, previa a criação da área curricular não disciplinar *“Área Escola”* e da componente de *“Formação Pessoal e Social”*: *“Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, é criada, para todos os alunos dos ensinos básico e secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.”* (Decreto de Lei 286/89, artigo 7º;2)

A reforma curricular previa a transversalidade da componente de Formação Pessoal e Social:

“Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos. (Decreto de Lei 286/89; artigo 7º; 1).

A disciplina seria de frequência obrigatória, em opção com Educação Moral e Religiosa Católica: *“Em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.” (Decreto de Lei 286/89; artigo 7º,4).* O mesmo decreto previa ainda, nos pontos 6 e 7, do artigo 7º, desenvolver conteúdos programáticos específicos, a fornecer pelo Ministério da Educação, bem como a formação dos docentes, condição para as escolas poderem oferecer esta componente. Para além da formação pessoal e social o mesmo decreto já falava de educação para a cidadania que deveria ser abordada transversalmente por todas as áreas curriculares, cabendo às escolas no quadro da sua autonomia definirem os conteúdos da sua oferta.

DECRETO DE LEI Nº 6/2001- REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

A reorganização curricular do Ensino Básico, em 2001, determina a criação de 3 áreas curriculares não disciplinares: área projeto, estudo acompanhado e formação cívica (Decreto de Lei nº 6/2001). A Educação para a Cidadania assume um caráter transversal nos currículos *“Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares”* (Decreto de Lei nº 6/2001; artigo 3º; d). A Formação Cívica é constituída como área curricular não disciplinar, de acordo com o exposto no artigo 5º, ponto 3, do mesmo decreto e apresentada como *“espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.”* Esta área é da responsabilidade do docente titular de

turma no que respeita ao 1º ciclo e do Conselho de Turma para os 2º e 3º ciclos: “O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.” (Decreto de Lei nº 6/2001; artigo 5º;4.).

A componente de Formação cívica é constituída como área de formação interdisciplinar, como previsto pela Reforma Curricular de 1989: “A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.” (Decreto de Lei nº 6/2001; artigo 6º;1). Posteriormente, e no sentido de clarificar a prática pedagógica no âmbito das componentes curriculares disciplinares e não disciplinares, é elaborado o Despacho nº 19308 que determina, no âmbito da FC (Formação Cívica), que esta componente deve ser lecionada pelo Diretor de Turma: “O diretor de turma deve lecionar à mesma turma a área curricular não disciplinar de Formação Cívica” (Despacho nº 19308; artigo 4º;b). O diploma estabelece os domínios de aprendizagem em Formação Cívica: *Ao longo do ensino básico, em área de projeto e em formação cívica devem ser desenvolvidas competências nos seguintes domínios:*

a) Educação para a saúde e sexualidade de acordo com as orientações dos despachos nº 25 995/2005, de 28 de novembro, e 2506/2007, de 23 de janeiro; Educação ambiental;

c) Educação para o consumo; d) Educação para a sustentabilidade; e) Conhecimento do mundo do trabalho e das profissões e educação para o empreendedorismo ;f) Educação para os direitos humanos; g) Educação para a igualdade de oportunidades; h) Educação para a solidariedade; i) Educação rodoviária; j) Educação para os media; k) Dimensão europeia da educação. (Despacho nº 19308 artigo 10º.)

O Despacho n.º 17169, de 23 de dezembro de 2011, efetiva uma mudança curricular significativa, revogando os princípios que orientaram a reorganização curricular de 2001, com aplicação no ano letivo 2001/2002. O documento foi revogado por ter sido considerado insuficiente e pouco claro nas recomendações e assume-se, inclusive, que pode ter sido prejudicial para o ensino.

O decreto de lei nº 139/2012, de 5 de julho estabelece nova revisão curricular do ensino básico e secundário. Esta revisão vem, essencialmente, dotar as escolas de maior autonomia na gestão do currículo e em matéria de ofertas formativas.

No âmbito da cidadania o decreto de lei nº 139/2012 pretende reforçar o caráter transversal da EC, definindo conteúdos programáticos da componente: *“Reforço do caráter transversal da educação para a cidadania, estabelecendo conteúdos e orientações programáticas, mas não a autonomizando como disciplina de oferta obrigatória”* (decreto de lei 139/2012; artigo 3º; m). Assim, retira o lugar privilegiado da Formação Cívica em matéria de Educação para a Cidadania e não sendo uma disciplina obrigatória, cabe às escolas a promoção e desenvolvimento de projetos e atividades nesta área.

DESPACHO N.º 6478/2017, 26 DE JULHO 2017-PERFIL DOS ALUNOS A SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado através do Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho 2017, constitui-se um documento de referência com a finalidade de contribuir para a gestão e organização curriculares. A sua abrangência assegura que os conteúdos a lecionar são orientados por princípios e valores, definidos a partir de um trabalho resultante de discussão pública, com a participação de escolas, docentes, alunos, pais, sociedade científica e associações de professores. Assim, cada unidade curricular é desenvolvida para contribuir para a obtenção do Perfil dos Alunos e no contexto das áreas de competência nele consideradas. O documento refere um conjunto de valores, princípios e áreas de competências, definindo o que os alunos devem alcançar terminando a escolaridades obrigatória. O Perfil dos alunos sublinha a importância do compromisso da escola, dos professores e da família neste processo educativo, e de base humanista. Neste contexto, os Princípios definidos dão sentido à aplicação e gestão do currículo escolar; os Valores são entendidos como orientações, como fundamentos éticos que orientam condutas e comportamentos, estabelecendo modos de estar e de ser em comunidade; as Áreas de Competência, de natureza diversa, combinam conhecimentos específicos, atitudes e capacidades. São os seguintes:

QUADRO 4 - PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (DESPACHO N.º 6478/2017, 26 DE JULHO 2017).

PRINCÍPIOS:	VALORES:	ÁREAS DE COMPETÊNCIA:
Aprendizagem	Liberdade, responsabilidade e integridade	Linguagens e textos
Inclusão	Cidadania e participação	Informação e comunicação
Estabilidade	Excelência e exigência	Pensamento crítico e criativo
Adaptabilidade e ousadia	Curiosidade, reflexão e inovação	Raciocínio e resolução de problemas
Coerência e flexibilidade		Saber científico, técnico e tecnológico
Sustentabilidade		Relacionamento interpessoal
Base humanista		Desenvolvimento pessoal e autonomia
Saber		Bem-estar, saúde e ambiente
		Sensibilidade estética e artística
		Consciência e domínio do corpo

DECRETO DE LEI n° 55/2018 DE 6 DE JULHO

O decreto de lei n 55/2018 de 6 de julho prevê , no contexto das competências previstas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, que as escolas , de forma autónoma e interdisciplinar, *“implementem a componente de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas, com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade”* ,(ii)

Concentrando a ideia de que é necessário desenvolver nos alunos um espírito crítico que lhes permita questionarem-se e posicionarem-se acerca daquilo que o mundo lhes apresenta, a escola deve facultar-lhes essas competências. Essa escola deve ser uma escola inclusiva,

promotora de do exercício da cidadania ao longo da vida. O decreto reflete a preocupação pela construção de um currículo integrador e flexível, que promova a formação contínua de crianças e jovens para integração no mercado de trabalho, valoriza o trabalho interdisciplinar, o sucesso de cada aluno, respeitando os seus diferentes percursos e progressos, prevê uma aprendizagem transversal entre conteúdos curriculares e competências sociais, valorizando uma educação inclusiva, valorizando e promovendo o ensino da cidadania. Fomenta-se a *“Promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal, e de intervenção social, ao longo de toda a escolaridade obrigatória”* (artigo 4º).

Relativamente à integração da componente de cidadania no currículo, define-se que: *“No 1.º ciclo, a matriz curricular-base inscreve as componentes de Cidadania e Desenvolvimento e de Tecnologias de Informação e Comunicação como componentes de integração curricular transversal potenciada pela dimensão globalizante do ensino, constituindo esta última componente uma área de natureza instrumental, de suporte às aprendizagens a desenvolver.”* (artigo 13º;3) e que *“Nos 2.º e 3.º ciclos, as matrizes curriculares-base integram a componente de Cidadania e Desenvolvimento e, em regra, a componente de Tecnologias de Informação e Comunicação.”* (artigo 13º;3)

Assim, de acordo com o exposto no artigo 15º do mesmo diploma, cabe a cada escola definir a sua estratégia no âmbito da educação para a Cidadania e essa estratégia deve ser delineada tendo em conta os domínios, os temas e as aprendizagens para cada nível de ensino. Os projetos a desenvolver na escola e em parceria com a comunidade tal como a avaliação dos alunos, serão determinados também pela escola: *“A componente de currículo de Cidadania e Desenvolvimento, integrando as matrizes de todas as ofertas educativas e formativas: a) Constitui -se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar;”* (Decreto lei 55/2018 de 6 de julho, artigo 15º, 3, a))

A portaria 223-A/2018, artigo 11º, e de encontro ao estabelecido pela ENEC, determina que: *“a lecionação de Cidadania e Desenvolvimento é efetuada, no 1.º ciclo, pelo professor titular de turma, e, nos 2.º e 3.º ciclos, preferencialmente, por um dos professores da turma.”*

Constituem domínios da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a que se refere o artigo 15º, ponto 2, do Decreto de Lei 55/2018, a *desenvolver em todos os ciclos do ensino básico:*

i) Direitos humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade); ii) Igualdade de género; iii) Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa); iv) Desenvolvimento Sustentável; v) Educação Ambiental; vi) Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico). b) Domínios a desenvolver em pelo menos dois ciclos do ensino básico; i) Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva); ii) Media; iii) Instituições e participação democrática; iv) Literacia financeira e educação para o consumo; v) Segurança rodoviária; vi) Risco. c) Domínios opcionais a desenvolver em qualquer ano de escolaridade: i) Empreendedorismo (nas vertentes económica e social); ii) Mundo do trabalho; iii) Segurança, defesa e paz; iv) Bem-estar animal; v) Voluntariado; vi) Outros a definir de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola. (Anexo VIII)

2.2.2-OUTROS DOCUMENTOS ESTRUTURANTES

REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A Educação para o Desenvolvimento constitui uma das dimensões da Educação para Cidadania, tal como estabelece o documento Educação para a Cidadania-linhas Orientadoras: (Educação Rodoviária; Educação para a Igualdade de Género; Educação para os Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação para a Segurança e Defesa Nacional; Promoção do Voluntariado; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; A Dimensão Europeia Da Educação; Educação para os Media; Educação para a Saúde e Sexualidade; Educação para o Empreendedorismo; Educação para o Consumidor e Educação Intercultural). (Educação para a Cidadania-linhas Orientadoras, consultado em <https://www.dge.mec.pt/>).

De acordo com documento Educação para a Cidadania-linhas orientadoras, a Educação para o Desenvolvimento “visa a consciencialização e a compreensão das causas

dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, com a finalidade de promover o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.” (Referencial de Educação para o Desenvolvimento)

Também o *Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: O contributo da educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização*, que decorreu em 2007, em Lisboa, destaca a importância da Educação para o Desenvolvimento, para a erradicação da pobreza e promoção do Desenvolvimento Sustentável, através de abordagens educativas, na promoção e sensibilização para os valores democráticos e direitos humanos.

Este Referencial é produto de diferentes análises e discussões sobre a temática, um resultado de inúmeros documentos que contextualizam e afirmam a importância da ED, como a ENED (2010-2015), que também se tornou um documento de referência nesta matéria e reconheceu a pertinência da inclusão da ED nos currículos escolares.

O Referencial de ED é elaborado em 2012, para consolidar a ED, no contexto da educação formal, respeitando o Plano de Ação da ENED (2010-2015) e pode ser aplicado em diferentes contextos:

- No contexto de ensino e aprendizagem, do pré-escolar ao Secundário;
- Em componentes curriculares complementares do 2º e 3º ciclos de acordo com o decreto-lei 139/2012, de 5 de julho;
- Em oferta complementar do 1º ciclo do ensino básico de acordo com o decreto-lei 139/2012, de 5 de julho;
- No desenvolvimento de projetos com objetivo de contribuir para a formação pessoal e social dos alunos.

(Referencial de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015)

No referencial de Educação para o Desenvolvimento (consultado em <https://www.dge.mec.pt/>) são identificados 6 temas e os respetivos subtemas:

DESENVOLVIMENTO: Perspetivas e Conceitos Essenciais Associados Ao Desenvolvimento, Cooperação Internacional, Diversidade Cultural e Visões Do Mundovisões do Futuro, Alternativas e Transformação Social;

INTERDEPENDÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO: Interdependências e Relação Dialética entre Global e o Local Globalização e Crescente Complexidade das Sociedades Humanas, Transnacionalização e Governança à Escala Global;

POBREZA E DESIGUALDADE: Enriquecimento e Empobrecimento, Desigualdades, Pobreza e Exclusão Social, Luta contra as Desigualdades, a Pobreza e a Exclusão Social

JUSTIÇA SOCIAL: Direitos, Deveres e Responsabilidades, Bem Comum e Coesão Social e Territorial, Construção da Justiça Social;

CIDADANIA GLOBAL: A Comunidade Planetária, Construção de uma Sociedade Mundial Justa e Sustentável, Participação e Corresponsabilidade;

PAZ: Construção da Paz, Situações de Insegurança, Violência, Guerra e

A cada subtema é atribuído um objetivo geral e são definidos descritores, por níveis de ensino. Os temas e subtemas refletem os desafios e necessidades de um mundo Globalizado, marcado por conflitos sociais, disparidades económicas e fragilidades ambientais.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA-ENEC

A ENEC, consagrou-se na proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (GTEC), apresentada ao Governo em 2017, e constituído pelo Despacho n.º 6173/2016, publicado no D.R., II.ª Série, n.º 90, de 10 de maio de 2016 e criado pelo Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado da Educação.

O trabalho desenvolvido pelo GTEC apresenta um conjunto de propostas, nomeadamente a nível de: Domínios de Educação para a Cidadania e formas de os abranger no currículo da escolaridade obrigatória por cada nível e ciclo de ensino; Formas de operacionalização no contexto escolar; Certificação do/a aluno/a no final da escolaridade obrigatória na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento; Envolvimento e formação de docentes; Conteúdos a incluir na Plataforma de Educação para a Cidadania (ENEC, 2017).

Foram desenvolvidos diferentes referenciais: Referencial de Educação para o Desenvolvimento, Referencial de Educação para os Direitos Humanos, Referencial de Educação para o Risco e Referencial de Educação para a Saúde e Sexualidade, que servem

de documentos de apoio para o trabalho, a desenvolver pelas escolas, em Cidadania e Desenvolvimento, componente curricular proposta no âmbito da Educação para a Cidadania. Esta deve ser desenvolvida de acordo com o exposto na ENEC 2017: decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais; está integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade; assenta em práticas educativas que promovem a inclusão; apoia-se no desenvolvimento profissional contínuo dos e das docentes; envolve alunos e alunas em metodologias ativas e oferece oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; está integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar; promove o bem-estar e a saúde individual e coletiva; envolve o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades; está alinhada com as especificidades de alunos/as e as prioridades da comunidade educativa e apoia-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

A operacionalização curricular de Cidadania e Desenvolvimento deve ser desenvolvida a nível da escola e da turma (ENEC 2017). A primeira prevê que a própria escola fomente o espírito crítico e a participação dos alunos nas decisões que envolvem o quotidiano escolar. Deve ser adaptada a cada nível de ensino, os projetos desenvolvidos pelas escolas devem ser articulados em parceria com a comunidade, de forma global e as práticas pedagógicas devem assentar em princípios democráticos. A segunda prevê que, no âmbito do ensino pré-escolar e do 1º ciclo a Educação para a Cidadania seja integrada de forma transversal no currículo e seja da responsabilidade do docente titular da turma e os domínios a trabalhar devem ser desenvolvidos ao longo do ano e definidos pelo Conselho de Docentes. No 2º e 3º ciclos, a Educação para a Cidadania é integrada no currículo escolar como disciplina autónoma, Cidadania e Desenvolvimento (ED), da responsabilidade do docente da disciplina e de abordagem interdisciplinar a nível do Conselho de Turma. No ensino Secundário esta componente desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas. (de acordo com o Despacho nº 5908/2017).

A avaliação da componente curricular de Educação e Desenvolvimento deve ser feita através de metodologias e instrumentos diversificados, considerando a participação dos alunos em atividades na escola e na comunidade. A avaliação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento é de avaliação descritiva no 1º ciclo, e quantitativo nos 2º e 3º ciclos. Deve refletir, para além das competências sociais e pessoais, as capacidades socio afetivas, as atividades realizadas pelo aluno na escola e na comunidade.

Os domínios de ensino, no âmbito da Educação para a Cidadania, são organizados em função dos níveis de ensino, de forma a adaptar os conteúdos e de acordo com o exposto no quadro seguinte:

QUADRO 5 - DOMÍNIOS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ORGANIZADOS POR NÍVEIS E CICLOS DE ESCOLARIDADE (ENEC, PÁG.7; <https://www.dge.mec.pt/>)

Para todos os níveis de escolaridade	Pelo menos em 2 ciclos do ensino básico	Opcional em qualquer ano de escolaridade
1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO
Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade); Igualdade de Género; Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa); Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental; Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).	Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva); Media; Instituições e participação democrática. Literacia financeira e educação para o consumo; Segurança rodoviária; Risco.	Empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social); Mundo do Trabalho; Segurança, Defesa e Paz; Bem-estar animal; Voluntariado; Outras (consoante as necessidades de educação para a cidadania apontadas pela escola)

Servem de base a estes domínios, os referenciais já mencionados anteriormente, funcionando como documentos de apoio e serem adaptados pelas escolas, em função das atividades que autonomamente poderão desenvolver. Mas devem ir ao encontro dos valores, princípios e áreas de competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho 2017).

A ENEC aponta para a necessidade de formação de docentes nesta área e alerta para a importância de as Escolas Superiores incluírem a componente de cidadania na formação

inicial de professores e educadores e ainda a necessidade de formação do pessoal não docente através de ações específicas de formação.

POBREZA E DESIGUALDADE: Enriquecimento e Empobrecimento, Desigualdades, Pobreza e Exclusão Social, Luta contra as Desigualdades, a Pobreza e a Exclusão Social

JUSTIÇA SOCIAL: Direitos, Deveres e Responsabilidades, Bem Comum e Coesão Social e Territorial, Construção da Justiça Social;

CIDADANIA GLOBAL: A Comunidade Planetária, Construção de uma Sociedade Mundial Justa e Sustentável, Participação e Corresponsabilidade;

PAZ: Construção da Paz, Situações de Insegurança, Violência, Guerra e

2.3. QUADRO EUROPEU- EURYDICE CITIZENSHIP EDUCATION AT SCHOOL IN EUROPE – 2017.

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NAS ESCOLAS DA EUROPA-2017

A rede Eurydice desenvolve o seu trabalho na área da educação, desde 1980, estabelecida pela União Europeia e Estados membros. Cooperar com diferentes organizações europeias e internacionais na produção de conteúdos relacionados com a educação e formação, concentrando o seu trabalho na análise dos sistemas educativos, sua estrutura e organização.

Com unidades em mais de 35 países, desenvolve e fornece estudos, relatórios e descrições de diferentes sistemas educativos e níveis de ensino, para a melhoria das políticas educativas. Tendo como missão *“fornecer aos responsáveis pelos sistemas e políticas educacionais da Europa análises e informações em nível europeu que os ajudarão na tomada de decisões”* (www.ec.europa.eu/eurydice).

A Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA) é responsável pela gestão e promoção da rede das suas publicações.

Para o presente estudo interessa-nos uma breve análise do Relatório Eurydice de 2017 sobre a Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa. O objetivo deste relatório é apresentar um panorama geral das políticas nacionais, na área da EC nas escolas dos países

da Europa. Assim este documento divide-se em: Organização e conteúdos curriculares; Ensino, aprendizagem e participação ativa; Avaliação dos alunos e das escolas e Formação, desenvolvimento profissional e medidas de apoio a professores. O Relatório apresenta, ainda, quatro estudos de caso sobre as políticas educativas implementadas, na área da EC, na Bélgica, Estónia, França e Áustria. As conclusões deste relatório são as seguintes: a maioria dos países, no quadro de desenvolvimento das competências dos alunos, e dependendo do nível de ensino, promove o sentido crítico e a criatividade, o respeito, em particular pelos direitos humanos, o sentimento de comunidade e a nível de competências políticas, destacando-se a participação e o respeito pela democracia e pelas instituições. A educação para a cidadania encontra-se geralmente integrada noutras disciplinas; a maioria dos países utiliza objetivos específicos na formulação das metas curriculares. Nos países onde a educação para a cidadania é oferecida como uma disciplina autónoma, existem diferenças substanciais entre os países quanto à duração da oferta, com destaque para a Estónia, França, Eslováquia e Finlândia onde a Cidadania é lecionada em todos os níveis de escolaridade. A carga horária da componente curricular varia entre seis horas na Croácia e 72 em França; quase todos os países emitem recomendações sobre a participação de alunos e pais na governança escolar; a maioria dos países proporciona diretrizes aos professores para a avaliação dos alunos na área de educação para a cidadania, tendo em consideração a dificuldade que é a avaliação desta componente, assim a maior parte dos países fornece elementos para facilitar a avaliação (testes de escolha múltipla, autoavaliação, avaliação pelos pares, avaliação de projetos, avaliação de portefólio); em 17 sistemas educativos são realizados exames nacionais no campo da EC, esta realidade não se verifica apenas em países onde a EC se assume como disciplina autónoma, mas também nos outros, em que a componente está integrada noutras disciplinas e é lecionada de forma transversal. Apesar dos progressos alcançados por alguns países, outros denotam lacunas consideráveis nas políticas de formação inicial dos professores em educação para a cidadania. Em 17 sistemas educativos, nos quais a Cidadania constitui uma disciplina autónoma, não há regulamentação relativa à formação inicial de professores na área da EC e somente 13, de entre os 36 países, onde a componente é transversal ao currículo, estabeleceram essa regulamentação. A maioria dos países proporciona materiais de orientação e de apoio na área de educação para a cidadania; apenas uma minoria de autoridades educativas de nível superior organiza e apoia atividades de desenvolvimento profissional contínuo, para dirigentes escolares, na área da educação para a cidadania, situação verificada em apenas 14 países (o nosso país não consta

desta lista) e a educação para a cidadania é foco de menos atenção no ensino e formação profissional inicial em meio escolar do que no ensino geral.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

3 - METODOLOGIA

3.1 - PROBLEMÁTICA

Têm sido muitos os documentos constituídos no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, resultantes dos encontros de profissionais e das práticas educativas de promoção e sensibilização para a Cidadania Global. Ao longo dos últimos anos tem sido consensual a importância do ensino da Cidadania para a construção de sociedades, mais justas, menos díspares, mais participativas, mais críticas e criativas. Sociedades tolerantes, contruídas por cidadãos atentos e exigentes, agentes da mudança e da transformação social.

A educação tem o poder de transformar o mundo. A escola é o lugar privilegiado para a transmissão de valores, é o suporte fundamental no âmbito da aquisição de conhecimentos, compatíveis com um mundo mais tolerante e solidário, de respeito pelas diferenças. Esta ideia está bem expressa na “*Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” (ONU, 2015) e noutros documentos como “*Estratégia de Educação da UNESCO para 2014-2021*” (UNESCO, 2014) e apresenta-se como um desafio global, necessário para a mudança social. A aposta na Educação para a Cidadania tem vindo a ser crescente, o que demonstra a perceção de profissionais de diferentes áreas e de Governos, em relação à escola, como espaço fundamental de construção de valores. A escola é ambiente de referência para crianças e jovens, um espaço de conquista, de aspirações, de dimensão criativa e de desenvolvimento intelectual. É no meio escolar que a criança conhece o primeiro espaço social, no sentido em que é a primeira vez que estabelece relações com outros sujeitos, para lá das relações familiares. É também na escola, que pela primeira vez, e longe do olhar e proteção familiar, a criança se depara com as primeiras situações de conflitos entre pares e de desigualdades.

O interesse do nosso estudo centra-se no currículo oculto que acontece no meio escolar, fora das salas de aula, nos corredores das escolas, nos refeitórios e nos recreios. Interessa-nos a relação assistente operacional-criança. Saber, por exemplo, qual a formação destes profissionais, interesse e sentimentos relativamente ao conceito de cidadania e como veem o seu papel ao desempenharem as suas funções, como estes profissionais trabalham as questões de igualdade de género, violência, as diferenças (culturais, sociais, religiosas), como promovem a educação e que linguagem usam no seu contexto profissional. Na atual

conjuntura, em que se aposta cada vez mais na promoção da cidadania, em que medida estes profissionais se sentem preparados para abordar e contactar com as problemáticas com ela relacionadas.

Muitos são os estudos que se debruçam sobre o pessoal docente, no entanto, há poucos dados sobre os assistentes operacionais.

Sabemos que à assistente operacional competem outras atividades para além das tarefas de limpeza das escolas. O atual assistente operacional tem funções educativas e *“deve participar no acompanhamento das crianças e jovens durante o funcionamento da escola.”* (Decreto de Lei Nº184/2014)

O nosso estudo pretende analisar o nível de consciência destes profissionais relativamente à responsabilidade de participarem na educação para a cidadania das crianças que acompanham.

3.2 - PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS

No desenho da presente investigação elaborou-se a seguinte questão de partida:
Como é que os Assistentes Operacionais compreendem e trabalham a cidadania, no contexto do 1º ciclo do ensino básico?

Traçámos os seguintes objetivos de investigação:

- Identificar comportamentos e atitudes das Assistentes Operacionais promotores e não promotores da cidadania, em contexto escolar;
- Descrever a perceção que as Assistentes Operacionais têm do conceito de cidadania;
- Caracterizar comportamentos e atitudes promotores e não promotores da cidadania, em contexto escolar;
- Analisar em que medida a escola no âmbito da relação Assistente Operacional-Aluno é um espaço global de construção de valores de cidadania

3.3 - DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo de toda a investigação é percorrer um caminho que conduza a um determinado conhecimento, de acordo com o objetivo do seu estudo, no sentido de explicar ou conhecer uma realidade, dar respostas a um conjunto de problemas e alcançar conhecimentos sobre um determinado domínio. Considerando a finalidade da sua pesquisa, o investigador traçará um determinado percurso no âmbito da investigação, escolhendo o método mais adequado. A abordagem escolhida nesta pesquisa foi a qualitativa, abordagem usada quando o investigador pretende descrever e interpretar um conjunto de fenómenos, levando à compreensão de uma determinada realidade. Esta metodologia permite o conhecimento interpretativo de uma realidade complexa.

Segundo Silva e Menezes (2001, pág.19):

“Na pesquisa qualitativa considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. Os processos e seu significado são o foco principais de abordagem.”

As pesquisas do tipo qualitativas não se expressam por dados numéricos, são descritivas de fenómenos e realidades sociais, de grupos, de valores e atitudes, num determinado contexto, do qual não podem ser dissociáveis. Compreendem, segundo Godoy, (1995), citado por Ferreira (2015, pag 116), uma realidade muito complexa que exige uma análise detalhada da problemática, uma compreensão das interações vividas pelo grupo: “...o estudo empírico é realizado no sentido ambiente natural, pois os fatos sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem, através de contato direto, desempenhando o pesquisador um papel fundamental na observação (...) o

pesquisador realiza entrevistas, reúne fotografias, desenhos e depoimentos e outros dados que ajudam na descrição do fato...”

O investigador assume a importância da relação sujeito-objeto. Interessa-lhe a relação que este tem com o seu objeto de estudo, observa a realidade sem juízos de valor, no sentido de a conhecer para a interpretar. O conhecimento da realidade em estudo, pertence ao sujeito e são os significados que este lhe atribui que estão no enfoque do estudo. É esse conhecimento, esse conjunto de saberes resultantes e a experiência vivida pelo sujeito, que o investigador observa e pretende interpretar. Estes fenómenos não são expressos de forma quantitativa, a sua riqueza e complexidade não o permitem.

3.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Considerando que o nosso estudo se baseia numa pesquisa qualitativa, a recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, técnica muito comum neste tipo de pesquisas.

As entrevistas consistem num método bastante valorizado que permite a interação sujeito pesquisado, segundo Dias, (2009, pág. 207). *“São uma conversa u profundidade que, embora os temas sejam da iniciativa do entrevistador, o entrevistado estrutura as respostas como bem entender.”*

Esta relação criada entre o investigador e o entrevistado permite uma troca, na qual o entrevistado revela as suas perceções sobre determinado fenómeno ou realidade, exprime os seus sentimentos, revela os seus valores e as suas experiências (Quivy; Campenhoudt; 1992). A entrevista deve ser elaborada de forma criteriosa: não é um trabalho informal, é uma técnica que exige preparação por parte do investigador, só assim será possível o levantamento de dados suficientes para a investigação. As entrevistas semiestruturadas permitem, não só que o entrevistado desenvolva um discurso mais fluido e livre, mas também que o investigador o oriente e direcione para os objetivos que pretende ver cumpridos. As perguntas são abertas, no sentido de permitir que o entrevistado partilhe o que considera relevante. Para que o investigador seja bem-sucedido no processo de entrevista, deve definir bem os seus objetivos e conhecer bem o contexto da investigação, de modo a conseguir conduzir a entrevista.

As entrevistas semiestruturadas, realizadas neste estudo, seguiram um guião que, após ter sido devidamente testado e retificado, de acordo com os objetivos do estudo, foi aplicado. Não é um guião estático porque permite a alteração da ordem das questões de acordo com o processo de conversação que se desenvolveu com cada entrevistada. O nosso objetivo foi ver todas as questões respondidas, permitindo ao entrevistado uma resposta livre e com flexibilidade na ordem das respostas.

Assim, construímos o seguinte guião da entrevista semiestruturada disponível no ANEXO I.

3.5 - TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

A fase de tratamento de dados consiste na organização dos mesmos, de forma a tornar possível a sua interpretação e análise, no sentido de se responder à questão de partida. Permite ordenar, sistematizar e avaliar os resultados da pesquisa realizada. Só através do correto processamento e tratamento de dados é possível perceber se a recolha de dados, anteriormente realizada, permitirá alcançar os objetivos a que se propôs o estudo.

Nesta fase recorreremos à análise de conteúdo. Após a transcrição das entrevistas, organizámos os materiais em categorias e subcategorias e fizemos a inclusão das unidades de registo nessas subcategorias e categorias que são as seguintes: O quadro de análise de conteúdo está disponível no ANEXO II.

3.6 - POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA

O estudo realizou-se nas Escolas do 1º ciclo, do Agrupamento X, do distrito de Leiria, onde estudam cerca de 2000 alunos. É comum neste Agrupamento algumas AO, estarem a operar em estabelecimentos de ensino ao abrigo de Contratos de Emprego-Inserção (CEI). Estes contratos fazem parte das medidas de inserção de desempregados, num contexto profissional de trabalho, socialmente necessário, em instituições públicas ou privadas, através contratos temporários. (<http://cdp.portodigital.pt/>) Os trabalhadores ao abrigo destas medidas, que são propostos a exercer funções em estabelecimentos de ensino, não têm que dispor de qualquer formação na área educativa e vêm de diferentes atividades profissionais.

Há também outro grupo de profissionais a exercer funções como assistentes operacionais, contratadas por empresas que por sua vez são contratadas pelos Municípios. Estes são também profissionais colocados em estabelecimentos de ensino sem necessidade de qualquer tipo de formação. Trabalham em situações precárias, como trabalhadores independentes, genericamente conhecidos como os trabalhadores a recibos verdes. São profissionais contratados para apoiar a monitorização de almoços e atividades de Componente de Apoio à Família, (CAFs, AAFs) que consistem em atividades de animação, acompanhamento das crianças no período posterior à componente letiva e às AECs (atividades de enriquecimento curricular), em escolas do 1º ciclo. São funcionárias que acompanham as crianças em atividades diversificadas, na vigilância nos tempos não letivos, à hora de almoço nas cantinas, nas excursões e visitas de estudo, bem como noutras saídas em atividades. Esta população, apoia as crianças na hora do lanche, nas idas à casa de banho, quando necessário, o seu papel permite-lhe uma grande proximidade com os alunos, que consideramos de extrema importância para o processo educativo.

Construímos uma amostra de conveniência formada por 10 Assistentes Operacionais, com idades compreendidas entre os 29 e 62 anos (gráfico 1), com habilitações literárias mínimas, correspondentes ao 4º ano de escolaridade e máximas ao nível de Ensino Superior (gráfico 2).

As AO entrevistadas prestaram funções nas escolas onde decorreu o nosso estudo, durante o ano letivo de 2018/2019. Das 10 entrevistadas, 4 estavam a exercer funções nos estabelecimentos de ensino, ao abrigo de CEI, outras 4 como funcionárias públicas ou contratadas pelo município e 2 exerciam funções de apoio à monitorização de almoços e ao serviço de CAF, como trabalhadoras independentes, contratadas por empresas externas. Estas profissionais, todas do sexo feminino, 9 delas, mães de mais de 1 filho, casadas ou divorciadas, têm um perfil profissional diversificado. 90%, têm experiência em atividade profissional com crianças igual ou superior a 3 anos, em ATLS, escolas ou como amas. Todas exerceram outras atividades como domésticas, operárias fabris, empregadas de limpeza e profissionais da restauração, antes de chegarem a esta atividade profissional ou cumulativamente a este trabalho.

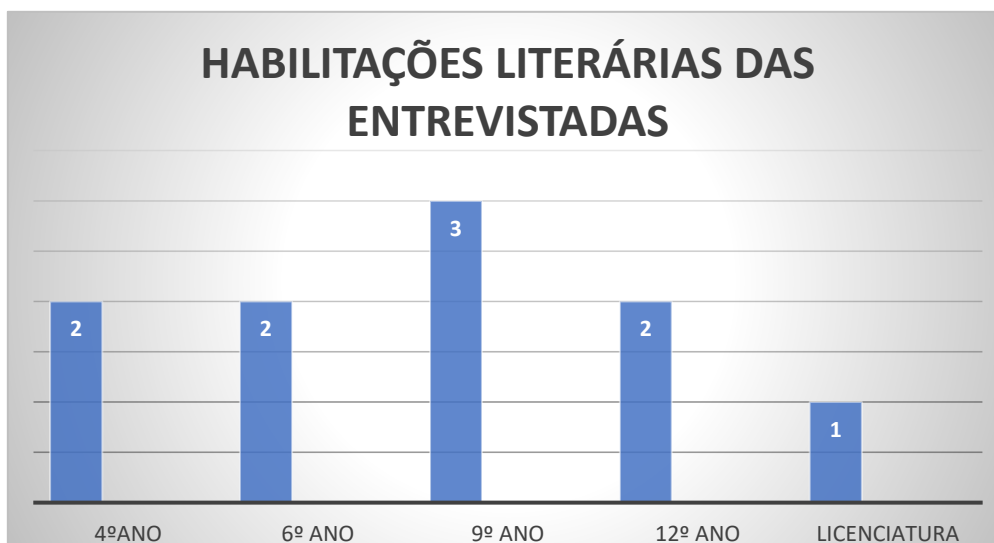


GRÁFICO 1 – HABILITAÇÕES LITRERÁRIAS DAS ENTREVISTADAS

Estamos a falar de uma população, à qual não exigida formação específica, que dispõe de um nível de formação académica muito baixo, ao contrário de outros profissionais que trabalham em meio escolar como os professores e os técnicos das diferentes equipas multidisciplinares (os mediadores, os psicólogos os terapeutas), bem como os animadores dos já referidos serviços de CAFS e AAFS.

A nossa amostra fez-se representar por um conjunto de profissionais cujas habilitações, em 40% da amostra são inferiores ao 9º ano de escolaridade e 30% dispõe de formação superior ao 9º ano (12º ano ou Ensino Superior), de acordo com o gráfico 1. O nível de habilitações é muito baixo e a falta de formação constitui obstáculos aos princípios desejados para o complexo projeto educativo atual. Tal como recomenda a UNESCO, na *Declaração de Salamanca, 1994*, “a preparação e todo o pessoal educativo constitui um fator chave na promoção das escolas inclusivas.” (<https://www.dge.mec.pt/>)

Relativamente às idades, a nossa amostra é diversificada, refletindo a realidade deste contexto, onde há um número de trabalhadores com idades superiores a 50 anos significativo, havendo uma relação de proporcionalidade inversa entre a idade e as habilitações, aumenta a idade e diminuiu o nível de habilitações.

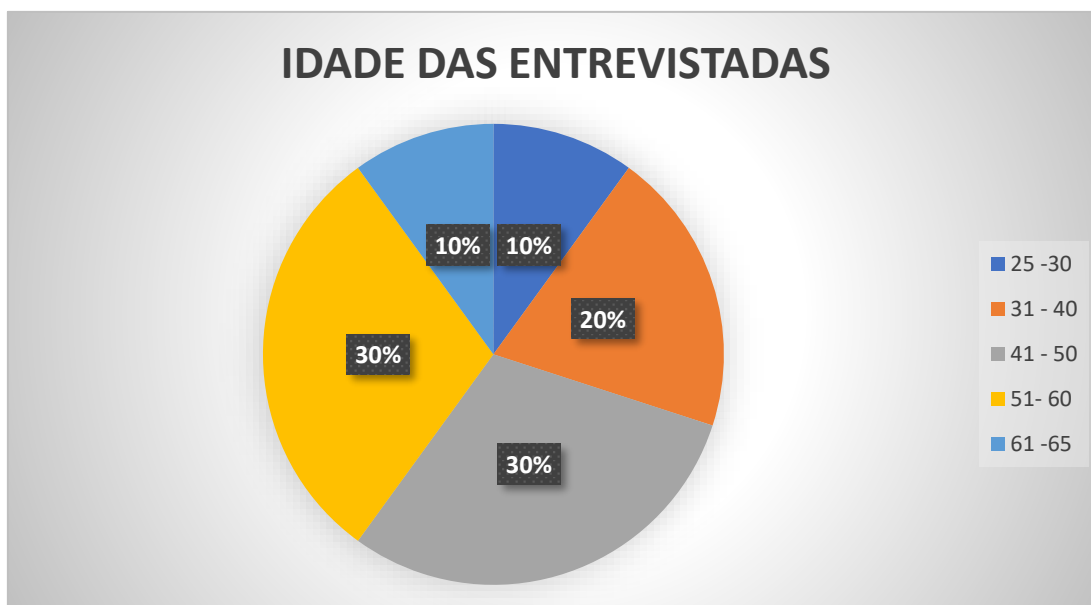


GRÁFICO 2 – IDADE DAS ENTREVISTADAS (%)

Considerando a nossa amostra, 40% das inquiridas têm idade igual ou superior a 50 anos, 30% situam-se entre os 41 e 50, 20% estão entre os 31 e 40 anos e apenas 10% entre os 25 e 30, não havendo profissionais, no estabelecimento onde decorreu a nossa investigação com idades inferiores a 25 anos (Gráfico 2).

3.7 - CONTEXTO DO ESTUDO

O presente estudo foi desenvolvido em escolas do 1º ciclo de um Agrupamento do Distrito de Leiria, um distrito na zona centro do país. Este agrupamento é frequentado por cerca de 2700 alunos do ensino pré-escolar ao secundário, sendo que, aproximadamente 500 são alunos do 1º ciclo.

O corpo docente é composto por 260 professores e técnicos especializados, 93% destes profissionais têm mais de 41 anos. A nível de assistentes operacionais o agrupamento conta com 80 colaboradores, sendo que 25 são da autarquia (dados retirados do Plano de Atividades e Projeto Educativo do Agrupamento)

Este agrupamento localiza-se numa zona urbana, marcada por atividades económicas diversificadas. O número elevado de pequenas e médias empresas resulta numa situação positiva para o emprego, o que constitui num ponto de atração de pessoas para a região. Esta

realidade reflete-se na comunidade escolar, cada vez mais multicultural, com alunos oriundos de diferentes países, característica que o Agrupamento teve em consideração, ao elaborar o seu Projeto Educativo, promovendo os princípios da inclusão, integração e da interculturalidade. A integração de alunos de diferentes comunidades tem impacto significativo na comunidade escolar, implicando esforços que as escolas devem fazer para receber estes alunos e promovendo a comunicação com as famílias, facilitando o seu processo de inclusão na comunidade, tendo em consideração que algumas destas famílias, para além de não dominarem a língua portuguesa, têm hábitos culturais e religiosos bastante diferentes, como os indianos, paquistaneses e cidadãos do Médio Oriente.

No sentido de aposta numa oferta pedagógica diversificada e inclusiva, o Agrupamento desenvolve diferentes projetos para o 1º ciclo: Mind Up, um programa que promove a consciência emocional, bem estar psicológico e o sucesso escolar; Empreendedorismo, um projeto de estímulo da capacidade de iniciativa e criativa; Programação e Robótica, que fomenta as capacidades de literacia digital; o Programa PEBI (Programa de Escolas Bilingues de Inglês) que tem como objetivo a aprendizagem precoce do inglês e, por último, a articulação Pré-Pri, um projeto de articulação entre ensino pré-escolar e 1º ciclo, através de atividades conjuntas e um trabalho colaborativo por parte dos docentes. Estes projetos vêm dar continuidade ao programa de Inovação pedagógica legalmente enquadrado legalmente pela portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

CAPÍTULO 4.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1 - PERCEÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA

Das dez inquiridas, cinco consideram que a cidadania tem a ver com o respeito pelo outro.

“... essa pergunta outra vez...pronto eu acho que isso tem a ver com respeitar os outros...” - E9

“É tudo o que engloba a vida em sociedade, o respeito pelos outros, convivência em grupo.” E1

“Tem de ver com o respeito pelos outros e solidariedade.” – E6

Três entrevistadas associam o conceito ao conjunto de direitos e deveres que possuímos enquanto cidadãos:

“É complicado... bem... tem a ver com os direitos, aquilo que devemos esperar do nosso governo e também as nossas obrigações, que temos para com a sociedade.” E3

“São direitos e deveres que temos como cidadãos, para conosco e os outros.” – E4

“Tem de ver com os nossos direitos e deveres.” - E5

A E2 afirma:

“Algo que transmiti sempre aos meus filhos, não fazer aos outros que não gosto que me façam a mim. Seja em que aspeto for, nível emocional, psicológico, físicos, educação.

Resumidamente, e na escola igual.”

E a E10 explica:

“É um conceito vasto como disse anteriormente, engloba o ensino de diferentes valores.

Tem a ver com a democracia e ser-se cidadão participativo.”

Questionadas sobre os valores essenciais da cidadania, nove entrevistadas indicaram, especificamente, o respeito. Das nove, quatro acrescentaram ainda, a solidariedade, uma referiu a liberdade de expressão, como o princípio mais importante na transmissão de valores de cidadania. A entrevistada E9 referiu-nos “a paz e a harmonia” como princípios essenciais. A entrevistada E5 referiu a justiça “Ah, e justiça que faz falta no país!!!”.

Quando é colocada a questão 1.8 (Acha que estas questões de violência, racismo, preconceito, questões ambientais, de igualdade de género e de respeito pelo outro, têm alguma relação com a questão da cidadania?), 100% das inquiridas respondem afirmativamente.

No que refere à responsabilidade que consideram ter na transmissão de valores de cidadania, das dez inquiridas, sete consideram ter responsabilidade na transmissão desses valores; as outras três demitem-se dessa responsabilidade, passando-a apenas para os pais:

“Os valores devem ser ensinados em casa, mas a escola está cá para isso também. Há coisas que a escola não deve intervir, como valores religiosos” - E6

“Continuo a dizer que não é da minha responsabilidade, é da responsabilidade dos pais, eu simplesmente reforço algumas ideias, quando elas surgem”. - E7.

“Penso que não é minha responsabilidade, essa é a responsabilidade dos pais. Porque esse tipo de educação tem de vir de casa os pais é que têm que selecionar o tipo de valores a transmitir”. - E8

Os valores que preconizam um futuro coincidente com um projeto de vida justo para todos os cidadãos são valores universalmente válidos. Devem, por isso ser transmitidos e discutidos no contexto da educação formal. A tolerância respeito, a igualdade de género, a não discriminação, a promoção da participação ativa na vida da comunidade, são valores a promover na criança desde cedo. Percebemos que para esta população, a perceção do conceito de Cidadania é muito genérica, desatualizada, na medida que é associada vulgarmente a valores gerais, do respeito, da solidariedade, da justiça, da paz e ao conjunto de direitos e deveres que possuímos enquanto cidadãos. A Cidadania é entendida, por estes profissionais, como um conceito positivo. Assim, quando laçamos para a conversa um conjunto de conceitos, como a violência, o racismo, o preconceito, as questões ambientais, a de igualdade de género e o respeito, no sentido de percebermos se consideram ter alguma relação com o tema da cidadania, concordam que são temas de análise em cidadania. No entanto o seu conhecimento sobre esta temática, revela-se pouco aprofundada, ao longo da entrevista.

Simões (2005) considera que este grupo profissional não possui consciência da sua representação para a vida da escola, não mergulham na missão da instituição onde trabalham e, como tal, não tem consciência do seu papel no contributo para o sucesso desta mesma missão. Se por um lado não há conhecimento, por outro há pouco interesse em frequentar formações, considerando que muitos destes conhecimentos são responsabilidade do

professor. Em *off*, ouvimos este tipo de desabafo, que há temáticas que não são de todo da responsabilidade das funcionárias, não sabem e não têm que saber. “*Os professores estão cá para isto*”, “*não nos pagam para ter esses conhecimentos*”, “*nós estamos cá para tomar conta das crianças e limpar*”.

2 - VALORES DE CIDADANIA NA ESCOLA

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Entre as dez entrevistadas, sete consideraram que a violência entre as crianças não é um problema nas suas escolas e que quando acontece, são capazes de resolver essas situações. Dizem:

“Acho que não, não tem essa dimensão, pelo menos nunca assisti a nada grave” - E1

“Não é fácil, tentar ouvir as duas partes tentar encontrar a solução em que os dois vejam o que fizeram de errado e o que tem que mudar. Não acho que seja um problema, se soubermos lidar com as situações.” – E4

“Não permito situações de violência, explico e tento que se entendam. Não acho que seja um problema.” - E6

“Oh...às vezes há aquelas coisas, brigas entre eles, fáceis de resolver! Isso revolve-se bem é só chamar a atenção, às vezes basta olhar, eles entendem logo.” - E9

Mas três entrevistadas admitem:

“Não pode haver lugar para a violência, temos que os escutar e chamar à razão. Nunca abrir espaço para que possa haver repetições de situações violentas, físicas ou verbais. Havendo violência, claro que é um problema.” -E7

“Sim pode ser um problema, não sendo muito expressiva nestas idades.” - E5

“Sim, sempre verifiquei algum tipo de violência, porque também há a violência verbal e nesse aspeto eles são muitos mauzinhos uns com os outros. E claro que é um problema, existindo nas escolas é um problema que tem de ser resolvido.” – E10

Interessante a resposta de E3, quando nos indica a posição de alguns pais, em relação a situações de conflitos na escola, quando envolva o seu filho:

“...há situações repetidas de violência e há situações de pais que incentivam a dar se leva. “Se chego a casa e digo que me bateram e eu não bati ele diz que tenho que me defender”.

Os depoimentos obtidos, através das entrevistas, revelam que a violência na escola é desvalorizada pela maioria das assistentes operacionais, sendo até caracterizada de “violência ingênua” (E2) ou “aquelas coisas fáceis de resolver” (E9), ou “...não muito expressiva nesta idade.” (E4). As AO indicaram, que na maioria dos casos, a violência em meio escolar acontece nos pátios, durante os intervalos e nos corredores das escolas.

As respostas obtidas levam-nos a refletir sobre os diferentes processos de interação, não só entre os alunos, mas também entre estes e os adultos que atuam em meio escolar.

Que valores estão a ser transmitidos nas escolas? O que estamos a ensinar às crianças quando atuamos ou não atuamos perante os diferentes episódios de violência, seja ela física ou psicológica? Em que medida os nossos valores individuais afetam o domínio escolar? Os valores que são tomados como válidos, individualmente, para estas profissionais podem prejudicar o contexto escolar, no sentido em que podem ser construtores de preconceitos, por outro lado é essencial que esses valores que circulam no ambiente escolar sejam discutidos, tal como explica Salles & Silva (2008, pág. 163):

“Os valores sociais invadem a escola e não sendo discutidos educativamente contribuem para a formação de preconceitos. É importante, assim, que se analise as práticas, valores e informações que são veiculadas no âmbito escolar buscando o desvelamento e não o acobertamento das práticas de discriminação e de intolerância que podem gerar violências entre os adolescentes e jovens no contexto escolar e entre estes e os adultos”

A violência em contexto escolar é uma realidade que se tem agravado ao longo dos anos. Os diferentes processos de interação que fazem parte da realidade escolar conduzem a diferentes conflitos geradores de violência. A discriminação e o preconceito são geradores desta violência. O assistente operacional, com funções educativas, não pode banalizar esta

problemática, desvalorizando-a. As interações violentas devem ser discutidas e analisadas, promovendo a sua extinção e de situações semelhantes. A posição do adulto perante os conflitos transmite à criança uma perspectiva do comportamento que é certo e errado, do que é admitido e o que é condenável. A escola deve ser um modelo de referências e aprendizagens, onde a criança está e se sente segura. Ela própria tem que acreditar neste paradigma. A criança que é agredida ou insultada, ou que se vê envolvida numa situação de conflito, precisa que um adulto que se posicione como mediador de conflito, mostrando a face do justo e injusto, do certo e errado, para que a criança desenvolva nela, valores de tolerância e respeito. Por outro lado, o que está na posição de vítima, deve ver no adulto uma segurança, alguém em quem pode confiar, e cresça com a convicção que as atitudes injustas têm consequências.

Segundo dados da UNICEF, metade dos alunos a nível global passa por situações de violência entre pares. Os dados sobre *bullying* e atos de violência são igualmente avassaladores. 1 em cada 3 jovens, entre os 13 e 15 anos, experienciou *bullying*, ou esteve envolvido em atos de violência, em contexto escolar. (<https://www.unicef.pt/>)

Dados do *Health Behaviour in School-aged Children Study – HBSC, 2013/2014*, (<http://www.euro.who.int/>), indicam que em Portugal, cerca de 40% dos jovens, entre os 13 e 15 anos, admite já ter sofrido *bullying*, e 30% assumem praticar *bullying* na escola, contra os seus pares. Cerca de metade dos adolescentes afirma ter sofrido *bullying*, pelo menos uma vez nos últimos 2 meses, ou estar envolvidos em episódios de violência, no último ano. A comunidade escolar deve buscar estratégias para combater a violência, a UNICEF propõe (<https://www.unicef.pt/>):

- Implementação de políticas e adoção de legislação necessárias para proteger os alunos da violência nas escolas;
- Reforço das medidas de prevenção e de resposta nas escolas;
- Apelo às comunidades e indivíduos para que se apoiem os jovens quando estes falam sobre a violência de que foram vítimas e para que trabalhem no sentido de uma mudança de cultura nas salas de aula e comunidades;
- Investimentos mais eficazes e direcionados a soluções comprovadas que ajudem os alunos e as escolas a manterem-se em segurança.

Verificamos que a formação destes profissionais é muito baixa. Os seus depoimentos dão-nos, inclusive, a perceção de que estes não conseguem avaliar o impacto psicológico e social das situações de conflito, no quotidiano escolar.

A formação do pessoal não docente é certamente essencial para sensibilizar para esta questão. Os assistentes operacionais estão muito próximos das crianças e devem ser alertados, sensibilizados e formados para atuarem em situações de violência.

Das dez entrevistadas, apenas uma (E10) afirma nunca ter pedido ajuda a um professor para participar na resolução de um conflito entre crianças, o que nos demonstra ser recorrente solicitar a mediação de determinadas soluções. A E8, afirma nunca ter sentido necessidade de apoio de um docente, no entanto afirma ter, posteriormente, participado a situação para que o docente da turma possa ter uma conversa com a criança.

PREVENÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E RACISMO

Perguntámos às nossas entrevistadas se conheciam na escola situações de discriminação, preconceito e racismo. Nove, das dez das inquiridas, responderam afirmativamente às questões sobre a existência de racismo, preconceito e discriminação, em meio escolar.

“Sim, existe, claro, mas penso que não existe maldade. Dizem por dizer. Tento corrigir para que não repitam o comportamento.” –

“Sim, existe, os miúdos são muito cruéis. Também não permito esse tipo de situações. Chamam nomes, gordo, magro, feio, preto... faço sempre igual, chamo a atenção e explico as coisas. Proíbo que chamem nomes.” - E6

“Sim, existe, os miúdos são muito cruéis. Também não permito esse tipo de situações. Sim, há. Chamam nomes, gordo, magro, feio, preto... faço sempre igual, chamo a atenção e explico as coisas. Proíbo que chamem nomes.” - E1

“Sim, também há, claro... ou é gordo, ou magro, ou alto ou baixo, ou tem óculos ou um sinal no rosto ou assim ou assado...enfim há sempre. Volto a repetir o que respondi, digo sempre, explicando que somos iguais nas nossas diferenças.” - E10

“Sim, existe, os miúdos são muito cruéis. Também não permito esse tipo de situações. Sim, há. Chamam nomes, gordo, magro, feio, preto... faço sempre igual, chamo a atenção e explico as coisas. Proíbo que chamem nomes.” - E1

No entanto, uma das inquiridas considera que o que acontece não pode ser considerado racismo ou preconceito:

“Acho que não podemos considerar discriminação, são apenas crianças. Posso dar exatamente a mesma resposta. Temos que entender que são apenas crianças, e brincam juntas, não há racismo nem preconceitos, nem discriminação” - E9

As AO entrevistadas admitem a existência de racismo, preconceito e discriminação, identificando as diferentes formas em que se revelam em contexto escolar. No entanto, os discursos demonstram desvalorização e indiferença, como se fosse um assunto sem importância e abordagem superficial. Desconhecem as implicações destes fenómenos, no crescimento e desenvolvimento da criança.

As formas como os agentes educativos abordam e enfrentam estas questões, são determinantes para o sucesso das relações interpessoais, dentro da escola, mas também fora dela, ao longo da vida. O assistente operacional, pela sua proximidade com a comunidade, tem um papel determinante nas relações que se estabelecem com as crianças, ao longo do percurso escolar. A situação do assistente operacional é, atualmente, mais estável que a de alguns professores, na medida em que têm a possibilidade de permanecer por mais anos no mesmo estabelecimento de ensino, permitindo-lhe ter um conhecimento privilegiado da comunidade envolvente. Esta mais valia deve ser usada a favor dos desafios que se colocam hoje, perante um meio tão heterogéneo em que se tornou a escola, reflexo, aliás, do mundo tão diversificado.

Num mundo multicultural ressaltam as diferenças sociais, culturais, étnicas e religiosas. Na escola podem emergir as diferenças entre as crianças: o rico, o pobre, o que usa óculos, o que tem aparelho dentário, o português, o brasileiro, o ucraniano, o preto, o branco, o ruivo. A escola torna-se o primeiro palco para as cenas de preconceito, exclusão,

indiferença, desrespeito. Em contexto escolar, são maioritariamente as características físicas que tornam alguém alvo fácil de discriminação, ser considerado inferior, e mais vulnerável a atos de violência física ou psicológica. Verificam-se também os preconceitos de natureza social e cultural.

Esta realidade é um desafio para pais e educadores. As crianças vítimas de preconceito, racismo ou discriminação têm baixos índices de autoestima e conseqüentemente dificuldades em acompanhar o currículo escolar.

As práticas de discriminação, preconceito e racismo vêm, muitas vezes, do exterior, de fora do ambiente escolar para dentro da escola:

“Sim, ao longo destes anos com crianças, assisti a diferentes situações, muitas delas são culpa dos adultos, da educação. Se ouvem os pais a ter determinadas avaliações preconceituosas, serão preconceituosos. Eu faço o que acho correto. Que fiz também sempre com os meus filhos, corrigir, explicar. Claro que há preconceito, se ouvirmos atentamente as suas conversas, as crianças refletem os pensamentos dos adultos, a educação, e nós andamos a educar muito para o racismo e preconceito. A escola não pode permitir isso, tem de corrigir, educar.” - E7

A escola tem de ser espaço de inclusão e do direito à diferença. O projeto educativo de uma escola inclusiva visa o desenvolvimento de crianças e alunos, independentemente da etnia, da cor, da nacionalidade, da situação social, cultural ou religiosa. As crianças devem sentir-se aceites e aceitar os pares, nas suas diferenças. O papel daqueles que trabalham e atuam em meio escolar é garantir que não haja barreiras a esta inclusão e facilitarem o processo de aceitação da diferença, sendo promotores da mesma. A escola do futuro deverá ser inclusiva, não em busca da igualdade, mas do direito à diferença, como construtora de estratégias que permitam a integração plena das crianças, facilitando o processo de aprendizagem. A escola deve ser um espaço aberto à comunidade, onde pais, professores, assistentes operacionais e toda a comunidade cooperam para se encontrarem as melhores estratégias pedagógicas e recursos para o sucesso do educativo. Esta premissa implica um trabalho ativo na procura de soluções de combate à violência, que tantas vezes resulta do preconceito, racismo e discriminação. A construção da identidade da criança, não pode ser fragmentada e fragilizada num ambiente que a deveria proteger. Como tal, é da responsabilidade de todos os intervenientes educativos, encontrar soluções e estratégias para

abordarem estas situações. É necessária haver interesse por parte dos Assistentes Operacionais para alargarem a sua formação e também serem promovidas ações de formação pelas direções das escolas.

Mas será que os assistentes operacionais estão sensibilizados para esta questão? Terão a formação adequada para resolver e atuar perante estes processos discriminatórios com alto impacto negativo nos processos de aprendizagem das crianças?

DEFESA DO AMBIENTE E COMBATE AO DESPERDÍCIO

Quisemos saber como é promovido na escola pelas AO respeito ambiental, qual a importância deste respeito e se há desperdício de alimentos e de água.

Todas as entrevistadas indicam que a promoção do respeito pelo ambiente é feita através da colocação de caixotes apropriados para a separação de resíduos. Sabemos ser prática comum a todas as escolas. Também 100% das nossas inquiridas afirmam a importância deste procedimento:

“Faz-se a separação do lixo, e explico que o lixo é no lugar próprio. É sempre muito importante, também faz parte da educação” - E1

“Há ecopontos na escola, e tanto nós como os professores estamos sempre a explicar que o lixo não é para o chão. Eu digo sempre que se em casa não põe no chão na escola também não. Claro que é importante, para aprenderem e explicarem um dia aos filhos, a educação tem que vir de casa. - E5

“Por exemplo, o ano passado, os meninos poluíam muito, temos vários contentores e eles não respeitavam, eles não conseguiam respeitar. Nós dentro da sala fazemos a reciclagem. É muito importante esta questão, as crianças têm que ser educadas para preservarem a natureza.” - E4

“Há atividades de sensibilização promovidas pelos professores, para separação do lixo, e para respeitarem o ambiente, eu incentivo sempre a fazerem a separação do lixo e isso verifica-se durante o lanche. Sim, é importante, claro que sim, então tudo o que é positivo é importante educar as crianças para respeitar o ambiente é importante.” - E8

“Atualmente já há muitas formações para as crianças, antigamente, quando comecei nisto lá se falava em separação de lixo? Agora há caixotes próprios para separar o lixo e muita informação, as crianças até nos ensinam a nós.” - E9

A entrevistada E10 destaca o facto de não se poder reduzir a preocupação com o ambiente à separação dos resíduos. Fala na necessidade de se educar nesse sentido:

“Já se evolui muito nesse âmbito, mas acho que ainda há muito a fazer, não basta separar os lixos ou colocar caixotes próprios nas escolas...há que educar e formar.” E10

Três, das dez entrevistadas, associam as práticas ambientais das crianças, na escola, a valores que são transmitidos em casa, pelo exemplo dos pais:

“Existem sítios para fazer a separação e regras. Sim é importante para proteger a natureza e por respeito, não se põe lixo no chão até por questões de higiene. Mas é difícil, eles são os primeiros a verem os pais a fazerem o mesmo na rua, e a atirar coisas pela janela do carro para a rua, até os cigarros...” - E2

“É um problema, mas isso tem a ver com a educação que trazem, os pais acham que as coisas não acontecem e afinal, tudo acontece. Nós fazemos a nossa parte, ensinamos a separar o lixo e colocar o lixo nos contentores, mas a maior parte do trabalho deveria vir de casa, eles não põem o lixo no chão em casa, porque hão-de fazê-lo na escola?” - E3

“A escola faz o seu papel, nós ensinamos que o lixo é no caixote e não deve haver lixo no pátio da escola, da mesma forma que ensinamos a fazer a separação. Mas isso de nada vale se veem os pais a abrir o vidro do carro e deitar o lixo para a rua...” - E7

Verificamos neste ponto que as inquiridas associam a separação dos lixos e colocação de contentores apropriados, nos recintos escolares e sala de aula, a práticas promotoras da sustentabilidade. Contudo é o único ato associado à promoção do respeito pelo ambiente.

Apenas a entrevistada dez, indicou outra prática, ou assinalou a necessidade de se desenvolver outro tipo de ações, sem especificar quais.

Pelos relatos das entrevistadas, sabemos que a escola dispõe de caixotes para separação dos lixos nas salas de aula, no entanto verificamos que os espaços comuns, em quase todos os estabelecimentos de ensino, onde decorreu o presente estudo, não dispõem desses equipamentos.

A preocupação com o ambiente é refletida, em contexto escolar, em diferentes, trabalhos desenvolvidos com material reciclável. Este é um trabalho que deve ser desenvolvido a longo prazo em articulação com a comunidade e a família. É consensual a influência das crianças no seio familiar no que respeita também a estas práticas. Tal como Cruz (2007) afirma:

“A escola deve apoiar o trabalho das crianças, como agentes de mudança, tomando iniciativas que envolvam os pais, bem como toda a comunidade educativa, em projetos comuns, criando as condições adequadas. Deve, contudo, ser capaz de ajudar as crianças a influenciarem ações ambientais no seio das suas famílias, esforço que, por vezes, se torna difícil de concretizar, visto alguns adultos ainda não estarem “abertos” a este tipo de socialização invertida.” (pág.68)

A escolas têm um papel determinante para a redução da pegada ambiental, não só como promotoras de mudança de comportamentos, mas também como o próprio exemplo transformando as práticas dentro da própria escola.

Estes comportamentos e práticas devem ser alvo de análise. Pode ser avaliada a possível redução do consumo de papel e tinteiros, como diferentes materiais de desgaste, a compra de materiais escolares deve ser feita de forma consciente e neste aspeto os professores podem sensibilizar pais e encarregados de educação para a escolha de produtos com menor impacto ambiental, com embalagens mais reduzidas e sem o uso de plásticos. É possível também reduzir o consumo de água, sensibilizando as crianças para a lavagem das mãos com a torneira fechada, e as funcionárias para a poupança de água, nas atividades de limpeza; a redução do consumo de energia é também importante, optando sempre que

possível pela iluminação natural dos espaços e ligando os aparelhos elétricos apenas quando necessários.

Este papel da escola na educação ambiental faz parte da formação integral dos alunos e da educação para a cidadania. O Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade constitui um documento orientador para a implementação desta temática no contexto da Cidadania e Desenvolvimento. O Referencial apresenta temas globais (sustentabilidade, ética e cidadania; Produção e Consumo Sustentáveis; Território e Paisagem; Alterações climáticas; Biodiversidade; Energia; Água e Solos) merecedores de destaque no âmbito desta temática, referindo os objetivos compreendidos para cada tema segundo os níveis de ensino, servindo de orientação a professores e agentes educativos. (<https://www.dge.mec.pt>)

Relativamente ao desperdício de alimentos quisemos saber em que medida se verificava nas escolas onde desenvolvemos o presente estudo. Sete, das dez entrevistadas, consideram haver desperdício de comida. Esse desperdício é verificado à hora de almoço, na cantina, com as sobras que ficam nos pratos e segundo as nossas entrevistadas nada têm a ver com excesso de comida colocado. Verifica-se também com os lanches que trazem de casa:

“De alimentos há muito porque eles não comem e fica comida nos pratos até dos lanches há sempre um ou outra que põe no lixo, em relação à água acho que não. Esse desperdício de comida vê-se na cantina porque eles não comem, não há forma de os fazer comer e os lanches vão para o lixo. Eu costumo dizer que deve pensar nas crianças que querem comer e não têm, por exemplo.” - E1

“Há desperdício sim, eles deitam os lanches fora e muitas vezes nós vemos, mas já não sabemos de quem é!” -E2

“A comida da cantina não é colocada nos pratos em exagero, eles não comem porque ou não gostam ou não estão mesmo habituados a comerem de tudo um pouco. Eu tento chamar a atenção para o desperdício por exemplo, para partilhar, mostrar o respeito pela comida, regras como não correrem na sala, não colocarem coisas para o chão.” -E3

“Há desperdício sim, eles deitam os lanches fora e muitas vezes nós vemos, mas já não sabemos de quem é! É difícil explicar que têm que comer, eles no querem e não vale a pena dizermos que há crianças que não têm nada.” - E5

As entrevistadas 6,7 e 8 não partilham da mesma opinião relativamente à existência de desperdício alimentar:

“Penso que não há. Nós não deixamos que deitem comida fora nem estraguem água, estamos sempre em cima deles’...” -E6

“No geral penso que não há, há muitos avanços neste âmbito estamos todos mais sensibilizados para comportamentos amigos do ambiente.” - E7

“Penso que não. Ensinamos sempre a poupar água e a não desperdiçar comida, por exemplo, se não querem mais pão, não se deita fora, volta-se a guardar.” - E8

Em relação ao desperdício de água apenas uma entrevistada considera que existe:

“Sim, há algum, eles deixam as torneiras abertas, demoram muito tempo a lavar as mãos e também estragam muito papel... nós estamos sempre a avisar que devem poupar água.” - E 9

Segundo o que nos foi relatado no decorrer das entrevistas, o desperdício alimentar existente está intimamente relacionado com os hábitos de consumo das crianças, não sendo colocada comida em excesso nos pratos que possa resultar num desperdício. Pudemos confirmar essa realidade. A criança não come o que não gosta e muitas vezes não gosta por que não prova. O desperdício verificado, à hora de almoço não se relaciona com alimentos deteriorados, ou com a produção de refeições em excesso, tem a ver com o facto de as crianças não quererem comer o que lhes é confeccionado.

Temos informação que 3 bilhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os anos, em todo o mundo, enquanto que quase 1 bilhão de pessoas ficam subnutridas e outros 1 bilhão passam fome, (ODS; <https://www.unenvironment.org>). O desperdício alimentar tem outro impacto prejudicial ao ambiente, o consumo de água e energia, para além da degradação da terra.

No 1º ciclo do EB o Programa de Estudo do Meio- guião do professor ((2004), apresenta um conjunto de práticas pedagógicas para o professor desenvolver em sala de aula, respondendo à necessidade de sensibilização para o desperdício, como dimensão da educação para a Cidadania. A temática do desperdício alimentar permite “*desenvolver hábitos de higiene pessoal e de vida saudável utilizando regras básicas de segurança e assumindo uma atitude atenta em relação ao consumo*”, sendo objetivo do programa de Estudo do Meio, do 1ºciclo, tal como, “*identificar problemas concretos relativos ao seu meio e colaborar em ações ligadas à melhoria do seu quadro de vida*”. (Programa de Estudo do Meio, 1ºciclo, Ministério da Educação, 2004; págs. 103-104, <https://www.dge.mec.pt/>)

O combate ao desperdício alimentar e promoção do respeito ambiental passa por introduzir a temática nos currículos escolares. A sensibilização é essencial neste contexto e as crianças têm um papel de destaque porque são agentes de mudança com forte capacidade de influenciar os adultos com quem convivem (Correia & Linhares;2004.) Este trabalho de sensibilização e promoção do respeito pelas práticas de consumo sustentável deve ser desenvolvido pelos professores, mas os Assistentes Operacionais não podem ficar excluídos destas ações de sensibilização e seria mesmo interessante a promoção da sua formação dentro desta temática, que lhes permitiria assumir um papel de relevância junto dos alunos.

RESPEITO PELOS MAIS VELHOS E PELOS MAIS NOVOS

Relativamente ao respeito pelos mais velhos, 100% das Assistentes Operacionais entrevistadas, revelam que consideram não haver respeito por parte dos mais novos, em relação aos mais velhos. 50% referem existir uma grande relação desta realidade com os comportamentos e valores que vêm de casa:

“Não, há muito falta de respeito. Vem tudo de casa, eles acham que são os meninos da casa, lá em casa é assim, chegam aqui e querem mandar igual. Agora mudou a linguagem.

Agora quem manda são as crianças, antes era a mãe, a mãe agora é `tu` e antes era `você`. Eles não nos respeitam porque os próprios pais também não, eles sabem que os pais vão a escola ralar se for preciso, portanto não respeitam.” - E2

“Não, não respeitam. Não respeitam os adultos, nós tentamos e insistimos, mostramos que têm que saber respeitar, não adianta muito.” – E3

“Algumas sim, outras não, tem a ver com a educação, com o que vem de casa, muitos não respeitam os próprios pais.” – E 6

“Nesse aspecto há muito a fazer, ensina-se tudo às crianças, mas depois falta o respeitinho pelos mais velhos, e é muito difícil esta questão. Muitas vezes sinto que não vale a pena, falam para nós como se estivessem a falar com os coleguinhas, não respeitam as nossas regras, muitas vezes fingem que não ouvem” - E9

“Não respeitam, vejo muito isso à hora de almoço, como eu dou os almoços, verifico entre eles e eles para nós, não nos respeitam, não respeitam o espaço, muito barulho.” - E4

Em relação à forma como promovem o respeito das crianças pelos mais velhos, obtivemos respostas comuns entre as dez entrevistadas:

“Nós insistimos, chamamos a atenção, mas vale pouco.” - E1

“Corrijo a forma como se dirigem a mim, não admito certas faltas de respeito, sou brincalhona e divertida, mas há certas coisas que não dá para admitir.” - E2

“...nós tentamos e insistimos, mostramos que têm que saber respeitar...” - E3

“Chamamos a atenção para falar baixo e comerem, mas parece que nem vale a pena.” - E4

Em relação ao respeito das Assistentes Operacionais pelas crianças, é unânime, todas afirmam que existe e que se esforçam, para que seja permanente.

“Sim, acho que sim. Sim, toda a gente se esforça para que tudo corra bem...” – E3

“Sim, há. Nós fazemos o que podemos, damos atenção e carinho” - E10

“Sim, há. Não vejo o que possa ser alterado...acho que todas nós trabalhamos com amor.” -E6

Sobre algo que possa ser melhorado como forma de promoção de respeito das AO, pelos alunos, cinco entrevistadas indicaram a diminuição do tom de voz, admitindo que no geral é demasiado elevado.

“Sim, podemos fazer sempre melhor em tudo, mas no geral respeitamos as crianças, as vezes pode falar-se mais baixo...” -E1

“Podemos fazer sempre melhor, em tudo, mas nem sempre é fácil, por exemplo falar mais baixo, ter mais paciência, ter mais tempo para eles, mas temos o nosso trabalho que não é só tomar cota das crianças.” - E2

“Sim, no geral eu acho que sim, cada vez mais, mas podemos sempre melhorar, principalmente o tom de voz, não gritar seria uma boa forma de respeito.” – 10

A Convenção dos Direitos da Criança(<https://www.unicef.pt/>), assenta em 4 pilares fundamentais: a não discriminação; o superior interesse da criança; o direito à opinião e o princípio de sobrevivência e desenvolvimento. A escola tem responsabilidade acrescida na proteção e promoção destes princípios. O desafio parece-nos estar em equilibrar a função do adulto, como responsável por assegurar a proteção das crianças e, por outro lado, o direito de estas participarem nas decisões relativas à sua vida e poderem expressar-se livremente:

...direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.” (artigo 12º, Convenção dos Direitos da Criança)

A questão do respeito parece-nos ser de maior responsabilidade do adulto. É o adulto que tem a responsabilidade de promover esse respeito, respeitando os direitos das crianças. As nossas entrevistadas queixaram-se muito da falta de respeito que as crianças demonstram para com elas. Conhecemos a problemática da indisciplina, que conduz a comportamentos incorretos por parte das crianças no cumprimento de regras, no entanto consideramos que a

promoção desse respeito é resultado de um trabalho paciente de educação e transmissão de valores. Esse trabalho só é possível quando existe sensibilidade e formação de base. É necessário aprender a comunicar com as crianças, e o tom de voz assume aqui uma grande importância. Entendemos também que esse trabalho deve ser feito de forma paciente, demonstrando respeito pelas opiniões das crianças, dando-lhe tempo e espaço, mostrando que a sua opinião na forma como se organizam os espaços escolares é importante. Estas questões transmitem segurança à criança como também as colocam no papel de relevo no projeto educativo, mostrando-lhes a sua importância, atribuindo-lhes respeito, um respeito que se tornará recíproco.

A falta de sensibilidade de grande parte das AO reflete-se nesta relação com as crianças, que muitas vezes é conflituosa, por se basear mais no princípio da autoridade que no da tolerância. Este respeito que se quer por parte das crianças, tem que ser dado como exemplo, pelo adulto, o AO, que pela sua proximidade com as crianças, tem um papel de destaque e privilegiado nesta promoção. O AO deve querer envolver-se e comprometer-se com o projeto educativo, na promoção dos valores da cidadania:

“...uma boa gestão escolar depende do envolvimento ativo e criativo dos professores e auxiliares, assim como do desenvolvimento dum trabalho de cooperação eficaz e dum trabalho de equipa, destinado a satisfazer as necessidades dos alunos...” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 24; extraído de <https://www.dge.mec.pt/>).

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO

A temática da igualdade de género torna-se cada vez mais importante. Discutir esta temática é também educar para o futuro. Quisemos saber se as AO compreendem este contexto e o relacionam com os valores de cidadania, considerando adequado a sua promoção no 1º ciclo.

As dez AO entrevistadas relacionaram o conceito de igualdade de género à igualdade entre homens e mulheres.

Disseram:

“Tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres.” E3, E4

“É a igualdade entre rapazes e raparigas.” - E5

“Isso está na moda e tem a ver com os direitos das mulheres. Acho que é uma questão sensível que devem ser os pais a decidir como querem ensinar e o quê.” -E6

A entrevistada E10 referiu ainda, a igualdade de oportunidades:

“É a igualdade entre homens e mulheres, o mesmo acesso a oportunidades de trabalho por exemplo.” – E10

Quando questionadas sobre a relevância da promoção da igualdade de género no 1º ciclo, apenas uma entrevistada afirmou que esta é uma questão para os pais e não para a escola:

“Acho que é uma questão sensível que devem ser os pais a decidir como querem ensinar e o quê.” – E6

As restantes afirmaram considerar ser uma temática a abordar nesta idade, mesmo sem saberem exatamente em consiste o conceito, associaram a um valor positivo e, portanto, digno de ser abordado neste nível de ensino. As nossas entrevistas mostraram um desconhecimento em relação ao conceito de igualdade de género, como muita hesitação nas respostas e uma definição muito redutora do que representa o conceito.

A temática da igualdade de género nunca foi tão discutida como atualmente. É abordada por diferentes grupos sociais e em diferentes contextos. Já não é um tema exclusivamente académico ou exclusivo de grupos feministas. Vemos nascer diferentes grupos sociais, que se manifestam em defesa da igualdade de oportunidades para homens e mulheres, também nas redes sociais nascem grupos organizados para debater o tema. A questão da igualdade de género impõe-se, tornando-se incontornável quando falamos em educação para o desenvolvimento, quando abordamos a temática da cidadania.

A educação constitui-se em si mesma como uma ferramenta valiosa para a construção de um mundo mais tolerante e justo, independentemente do género. Rapazes e raparigas devem crescer conscientes dos seus direitos, não enquanto homens ou mulheres, mas como cidadãos. As barreiras elevadas por valores de outros tempos devem ser derrubadas, as crianças devem crescer livres de estereótipos, conscientes do seu valor enquanto pessoas, com capacidades e competências que nada tem a ver com o seu género. A Educação para a mudança social impõe-nos a necessidade de descobirmos novas estratégias eficazes, na persecução de um futuro mais tolerante, menos exclusivo:

“... quanto à introdução do eixo estruturante da igualdade de género, quer na formação inicial e continua dos/das diferentes profissionais de educação e formação, quer nas orientações curriculares traçadas para os diferentes níveis de ensino, mas falta fazer muitíssimo mais, e os progressos não têm sido lineares nestas conquistas...” (dossier coeducação: percursos e desafios; 2014)

Impõe-se a necessidade de educar quem educa, e quem educa são todos os agentes que atuam no ambiente escolar. É comum associações deste conceito à igualdade entre homens e mulheres. No entanto sabemos que é muito mais que isso; falamos em iguais direitos e liberdade. Os AO tem uma necessidade urgente de formação. O combate ao preconceito de género, a eliminação do sexismo em contexto escolar, lugar de formação de identidade, é urgente. Todos os profissionais são responsáveis por este processo, eliminando do seu discurso expressões como “coisas de menino e menina”, “cores de menina”, “senta-te como uma menina”. Só assim a escola poderá representar um espaço de ensino da cidadania sem condicionalismos em função do sexo.

De acordo com o Guião de Educação, Género e Cidadania (<https://www.cig.gov.pt/>), a escola tem de assumir o seu papel na eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, através da promoção de práticas de cidadania. Esta é também uma forma de luta contra a discriminação (discriminação em função do sexo). A escola é o espaço da aceitação das diferenças, do respeito e tolerância. O espaço escolar deve refletir o projeto da Cidadania e Desenvolvimento. É comum em contexto escolar verificarmos a existência de materiais pedagógicos que refletem estereótipos de género. No pré-escolar e 1º ciclo do EB essa realidade chega a ser flagrante nos espaços de convívio, com os jogos, os livros, as cores, os materiais que claramente fazem a separação clara dos papéis que homens e mulheres têm na sociedade. O Guião de Educação, Género e Cidadania, constitui-se um documento

interessante, orientador de práticas pedagógicas, que pode apoiar professores e outros agentes educativos na promoção da igualdade de género. Esta é uma temática complexa, mais uma temática que exige a formação de todos os intervenientes do projeto educativo.

USO DE LINGUAGEM APROPRIADA

Quisemos saber se as AO utilizam com as crianças uma linguagem apropriada. Pretendemos compreender se estas profissionais têm a consciência de que a linguagem e comunicação estabelecida com crianças deve ser diferenciada da estabelecida entre adultos, não só pelo conteúdo das conversas, mas pela forma e uso de determinadas palavras (gíria e palavrões). Por outro lado, pretendemos também perceber se, perante situações de uso de linguagem inapropriado por parte das crianças, as AO tomam a iniciativa de as corrigir.

Em relação à questão do tipo de linguagem usada em contexto profissional, todas as entrevistadas afirmam ter especial cuidado quando se dirigem às crianças:

“Sim, claro, muito.” - E1

“Sim, muito importante.” - E3

“Sim, claro. Há certas palavras que não se dizem ao pé das crianças.” - E6

As respostas foram curtas, no geral, sem interesse em se explicarem de forma mais detalhada. Percebemos que, de forma genérica, resumiram esta questão ao uso de palavrões, afirmando que há um cuidado, na presença das crianças, “certas palavras que não se dizem ao pé das crianças” (E6). A nossa experiência no contexto, mostra-nos o contrário: frequentemente é esquecida a presença de crianças, havendo uso de palavras incorretas, bem como a abordagens de temáticas do quotidiano que não são apropriadas para o contexto.

Reparámos também, em diferentes momentos de interação com as crianças que as AO, por falta de sensibilidade e de formação, demonstram um tipo de comunicação mais autoritária, com expressões verbais inadequadas, que refletem um excesso de autoridade e

muito gíria. É também recorrente o recurso a palavras como “chicha” (carne), “papa” (come), termos muito infantis, negativos para o desenvolvimento da criança.

Um ambiente linguístico rico e estimulante é favorável ao desenvolvimento cognitivo. Nem todos os ambientes familiares são propícios a este desenvolvimento, no entanto a escola deve sê-lo:

“Quanto mais estimulante for o ambiente linguístico e, quanto mais ricas forem as vivências experienciais propostas, mais desafios se colocam ao aprendiz de falante e maiores as possibilidades de desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional” (Sim-Sim, Silva & Nunes, 2008, pág.19)

Segundo as AO é frequente o uso de palavrões, o discurso violento e agressivo, na forma como a maioria das crianças se dirige aos seus pares, particularmente quando estão distantes de um adulto. 100% das entrevistadas, refere já ter corrigido as crianças, seja pelo uso de palavrões ou outro tipo de linguagem menos apropriada:

“Corrijo os palavrões, digo que não se diz que é feio e eles também escondem, dizer dizem, mas normalmente não é à nossa frente, depois apanhamos uma ou outra nos intervalos, principalmente no futebol.” - E9

“Sim corrijo claro, não só os palavrões, mas a forma como muitas vezes se dirigem aos amigos e a nós.” – E10

“Sim corrijo, por exemplo, quando chegam, ensinar a dizer `bom dia`, eles não costumam dizer, é importante, é quando iniciamos o dia, e é engraçado porque os próprios pais muitas vezes também não dizem, entregam os filhos e pronto. E obviamente não são permitidos palavrões nem certas formas de falar com os colegas, chamar nomes uns aos outros, por exemplo.” -E4

As informações que as AO podem facultar são de extrema importância pois estas profissionais, devido à proximidade que têm com as crianças, conseguem observá-las, sem filtros. A linguagem pode ser bastante reveladora de diferentes atitudes e comportamentos da criança. Pode refletir os valores que estão a ser absorvidos pela criança. A linguagem

expressa também muitos dos seus sentimentos. Através da linguagem verbal, conseguimos avaliar algumas das interações entre a criança e os seus pares, é um ponto interessante de análise, e aqui as AO têm um papel fundamental.

A linguagem não desempenha somente uma função de comunicação social, mas pode também ser utilizada para efetuar reflexões sobre os pensamentos do próprio indivíduo. Isto significa que o Homem tem a possibilidade de exprimir os seus pensamentos aos outros por intermédio da linguagem, a qual, portanto, não só fornece informações sobre a realidade exterior como também exterioriza o pensamento do indivíduo para outros indivíduos e permite que ele pense o que os outros lhe dizem (Bitti & Zani, 1997).

Esta é mais uma problemática que se coloca como desafio ao processo educativo e só possível de se ultrapassar através da formação dos profissionais nela envolvidos.

3-INTERVENÇÃO DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Sobre a importância, do ensino da cidadania fora da sala de aula, quisemos conhecer a posição das nossas entrevistadas, entendendo qual o nível de consciência enquanto profissionais relevantes no processo de transmissão de valores de cidadania.

As respostas são unânimes: concordam que esta temática é assunto para se debater e explorar também fora da sala de aula:

“Sim, claro porque têm que aprender fora da sala não é só na sala.” – E1

“Tem e muito. Dentro da aula é a nível académico, fora é... tão importante como dentro, cá fora a vida em sociedade, lidar com os outros.” – E2

“Sim, a educação também acontece fora da sala. Acho que a vida real é fora da sala, lá eles portam-se bem obrigatoriamente, é outra situação e contexto, estão sentados e sem barulho, sem se relacionarem, fora da sala é o mundo real.” – E6

“Penso que sim... tenho a certeza...muitas coisas aprendem-se fora da sala, onde os miúdos percebem que é a vida, sem livros, interiorizando que há coisas que são essenciais no dia a dia.” – E7

Em relação à escola enquanto espaço privilegiado para o ensino de valores de cidadania, das 10 entrevistadas, 7 consideram que realmente se deve assumir esse papel de destaque na transmissão dos valores de cidadania:

“Sim, sim, porque quem trabalha numa escola tem muito mais disponibilidade para as crianças que os pais, e isto não é um problema de agora, eu trabalho há muitos anos e sempre foi assim. E depois existe a envolvente das relações interpessoais, que em casa não se consegue trabalhar da mesma forma que na escola.” - E 2

“Sim, claro. São valores e regras que devem ser transmitidos desde pequenos. Todos temos essa obrigação para eles poderem absorver, temos essa obrigação, cada vez se vê menos essa transmissão de pais para filhos. Tem que haver um sítio onde eles aprendem”
– E3

“Claro, a escola é onde se ensina aquilo que não se ensina em casa.” - E4

“Sem dúvida. A escola é um espaço de socialização e além disso deve colmatar as falhas que muitas vezes existem nas famílias.” E10

1 AO considera esse papel fundamentalmente da responsabilidade dos pais:

“Acho que em casa é que se deve ensinar estas coisas, a escola só devia reforçar algumas coisas, a educação deve vir de casa. Porque na escola podem ensinar valores com os quais os pais não concordam” -E5

2 AO consideram que essa deve ser uma responsabilidade partilhada, no entanto pertence fundamentalmente aos pais:

“Em casa é que se deve transmitir bons princípios e depois na escola. Essa obrigação é dos pais, mas a escola pode reforçar.” E6

“Sim é, mas não o principal, o principal é em casa. A escola deve reforçar, dar mais ferramentas, porque em muitas situações isto falha tudo em casa e a escola tem que estar sempre preparada para ensinar.” E7

Este tema veio mostrar como, na perspectiva de alguns destes profissionais, os valores de cidadania, não são da responsabilidade da escola ou pelo menos dos AO. Não se revêm num papel privilegiado para a transmissão destes valores.

Este grupo, não demonstra um conhecimento sobre as questões da cidadania, no sentido de entender que toda a comunidade educativa deve assegurar a aquisição de um conjunto de valores, assumindo uma responsabilidade partilhada no processo educativo.

Segundo Araújo (2003; pág.13) os objetivos indissociáveis da educação são a instrução e a formação ética: *“... a busca pelo desenvolvimento de aspetos que deem aos jovens e às crianças a condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para uma vida pessoal digna e saudável e para poderem exercer e participar efetivamente da vida política e da vida pública da sociedade, de forma crítica e autónoma.”*

Este deve ser o papel da escola, instruir e formar, contemplando a dimensão ética da formação, para que o projeto educativo não passe de uma utopia, na sua transversalidade e nos valores democráticos. Toda a comunidade escolar deve estar envolvida e comprometida, assumindo o seu papel. As AO devem ser sensibilizados para integrarem de forma interessada este compromisso:

“A escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania” (www.dge.mec.pt)

Não se pode discutir educação e o papel da escola na comunidade sem abordar a sua responsabilidade enquanto agente da transformação social, isto porque: *“depende muito da conceção que se tem sobre o papel da Escola em nossa sociedade. Por exemplo: a conceção de que a Escola tem pouca participação no processo de transformações sociais, implicará um engajamento político-social onde a ação transformadora não priorizará o espaço intraescola.” (Leite; 1989; pag.17)*

4 - A FUNÇÃO DE AO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E CONTRIBUTO PESSOAL PARA A INTERVENÇÃO EM CIDADANIA

Quisemos entender qual seria a maior problemática que estas profissionais consideram enfrentar na sua profissão.

Relativamente a esta categoria, das dez entrevistas realizadas, 8 entrevistadas indicaram que sentem que a falta de respeito é sem dúvida o maior problema que enfrentem na sua atividade profissional:

“Falta de respeito das crianças, nem sempre nos respeitam.” – E1

“Ser mais respeitadas, não só pelas crianças, mas também pelos pais. Lidar com os filhos dos outros é complicado.” -” E6

À falta de respeito, dessas 8 inquiridas, 3, somam a falta de valorização que sentem no seu local de trabalho:

“Talvez as falta de respeito, mesmo dos pais, não valorizam o nosso trabalho.” – E2

“Acho que a falta de respeito, ou não seremos um pouco mais valorizadas...toda a gente vê o trabalho dos professores, mas do funcionário... que arruma, limpa, cuida das crianças, insiste para comerem quando não querem comer.” - E9

Por último, as restantes duas AO indicam a falta de tempo para se dedicarem às crianças e a falta de oportunidades, como a maior problemática sentida na sua profissão.

Sabemos que os recursos humanos das empresas e instituições são a sua maior força, são a imagem da organização, o motor de desenvolvimento. No contexto escolar não será diferente. É necessário que as direções estejam atentas, compreendam as motivações dos colaboradores, as suas necessidades e as problemáticas inerentes à função que desempenham.

Facilmente compreendemos que a insatisfação no trabalho pode traduzir-se em comportamentos negativos para as organizações, a falta de motivação e interesse, que se pode perder aos longo do tempo, como consequência de uma série de sentimentos negativos associados à desvalorização, compromete toda a equipa, e neste contexto pode ser refletido no relacionamento com as crianças. Notámos durante as entrevistas uma insatisfação generalizada e talvez esta insatisfação possa explicar a falta de interesse em frequentarem ações de formação.

Pedimos exemplos de situações nas quais a intervenção da AO tenha sido essencial na transmissão de valores de cidadania. Obtivemos diferentes respostas:

“Eu tento transmitir bons valores de respeito. Corrigir a linguagem, ensinar a serem amigos, assim... Eu tento explicar que não a motivos para se ser preconceituoso. Somos iguais cada um com as suas características” - E1

“Eu ensino-as a respeitarem-se, ensino a respeitarem o ambiente e não desperdiçarem alimentos!” - E2

“Eu ensino a partilhar as coisas, isso é ensinar a serem bons cidadãos, são coisas que se levam pela vida fora” - E6

“Então, a ser educado, eu ensino a dizer “bom dia”, “obrigado”. - E9

“Quero acreditar que o meu trabalho foi e voltará a ser essencial. Sempre passei valores de amizade e respeito, é essencial ensinar as crianças que não estão sozinhas no mundo e por isso temos de saber viver com os outros, respeitando e ouvindo.” -E10

No que refere à responsabilidade que consideram ter na transmissão de valores de cidadania, das 10 inquiridas, 7 consideram ter responsabilidade na transmissão desses valores, as outras 3 demitem-se dessa responsabilidade, passando-a apenas para os pais:

“Os valores devem ser ensinados em casa, mas a escola está cá para isso também. Há coisas que a escola não deve intervir, como valores religiosos” - E6

“Continuo a dizer que não é da minha responsabilidade, é da responsabilidade dos pais, eu simplesmente reforço algumas ideias, quando elas surgem”. - E7.

“Penso que não é minha responsabilidade, essa é a responsabilidade dos pais. Porque esse tipo de educação tem de vir de casa os pais é que têm que selecionar o tipo de valores a transmitir”. - E8

Neste ponto, mais uma vez é evidente o que esta população não tem consciência do forte impacto da sua presença no meio escolar. Percebemos que justificaram o seu contributo, através dos tópicos nos quais a nossa entrevista se baseou, aproveitando-se deles para os indicarem como práticas da sua intervenção, indicando a correção da linguagem, a promoção das práticas ambientais e também a promoção do respeito pelos pares.

Talvez grande parte desta falta de interesse e envolvimento na instituição se deva a questões relacionadas com as condições de trabalho, mas também em parte à própria conceção sobre o sistema educativo. Para haver envolvimento é necessário que esta população possua habilitações académicas, correspondentes às funções, e as funções devem naturalmente ser reformuladas, valorizadas e não reduzidas a atividade de limpeza. É necessário imporem-se formações de carácter obrigatório, tal como tem sido praticado com o pessoal docente. Estas formações estão muitas vezes a cargo das associações sindicais, tendo o Ministério demitindo-se dessa responsabilidade, apesar de prevista na legislação (Código do Trabalho) (Ramalho & Ramalho; 2015).

5 - FORMAÇÃO EM CIDADANIA

No âmbito da formação em cidadania quisemos saber se as funcionárias frequentaram ou frequentam formações no âmbito da cidadania, se consideram a formação nesta temática importante e estão motivadas para essa possibilidade.

Relativamente à formação em cidadania, cinco das dez entrevistadas dizem dispor de formação adequada, respondendo claramente à nossa questão:

“Sim, podemos melhorar sempre, mas eu tento estar informada, ler e pesquisar.” - E

4“Gostava de saber mais, mas acho que até já consigo responder a muitas perguntas difíceis que eles fazem, sou mãe e isso ajuda muito.” - E6

“Acho que estes anos de experiência me prepararam, ter filhos também ajuda, mas a formação é sempre uma mais valia.” - E7

Uma, das dez entrevistadas, afirma claramente não dispor da formação necessária:

“Ah, confesso que não.... Não, mas gostava, agora ficam mais interessada.” - E9

Quatro consideram a possibilidade de não terem exatamente a formação mais adequada, mas consideram que a maternidade bem como a experiência acumulada ao longo dos anos de trabalho, preenche essa lacuna na formação.

“Este tema talvez não, podia ter mais é sempre bom. Mas se a cidadania tem a ver com bons valores, também eduquei os meus filhos.” - E1

“Acho que formação nunca é demais...este tema não, talvez, mas a experiência também nos ensina.” - E3

Das dez inquiridas, nove afirmam não ter frequentado nenhuma formação em cidadania e uma afirma ter feito várias formações, dentro desta temática, no âmbito da sua licenciatura:

“Sim, várias, nunca promovidas pelas escolas onde trabalhei, sempre participei por iniciativa própria ou no contexto da minha licenciatura.” - E10

Assim, percebemos que apesar de considerarem dispor de formação adequada, entendemos que na prática não é dada a estas profissionais, formação no âmbito da temática da cidadania, ao contrário daquilo que acontece com docentes e outros profissionais especializados, cada vez mais informados sobre este tópico.

A questão da formação do assistente operacional com funções educativas, impõe-se neste nosso estudo. As atitudes e percepções destes profissionais estão altamente condicionadas pela sua formação. É fundamental analisarmos as atitudes, as crenças e as competências de todos os agentes envolvidos no processo educativo. A formação das AO é um fator chave no sucesso do processo educativo. A Educação para o Desenvolvimento

engloba um conjunto de fatores e condicionantes que não se esgotam na sala de aula, como tal é de a responsabilidade de todos os agentes educativos colaborarem na missão da transmissão e valores de cidadania. Este trabalho exige uma preparação, formação e sensibilidade específicas.

Relativamente à formação na Educação para a Cidadania fala-se muito na preparação dos professores, tendo em consideração o seu papel na transmissão de conhecimentos, de acordo Santos, 2005, “*o de mediador do conhecimento, o de orientador das aprendizagens e ainda o de facilitador do desenvolvimento de competências relacionais e pessoais*” (citado por Oliveira;2013, 1464). As organizações têm alertado para a necessidade de incluir na formação inicial de professores temáticas correspondentes à Cidadania e Desenvolvimento. No entanto parece que os AO ficam excluídos desta necessidade urgente de formar para educar. São profissionais vistos como executantes de tarefas de limpeza e pouco se tem investido na formação adequada para esta população. Fonseca, (2001), defende que a educação para a Cidadania “deixe de ser um objetivo educacional e se transforme num processo pedagógico em si mesmo, assumido e concretizado por todos os agentes implicados no ato educativo” (citado por Oliveira, 2013, pág. 1463).

A Educação para Cidadania é um processo complexo que exige esforços a nível global. Se para as crianças a formação nesta área é imprescindível para o seu desenvolvimento, então não podemos hesitar quanto à necessidade urgente de formar quem está envolvido no exigente processo educativo. Esta formação deve ser estendida aos AO, atribuindo-lhes o devido respeito e importância que têm no meio escolar.

CONCLUSÃO

No decurso do contexto teórico deste trabalho apresentámos o crescente interesse tanto por parte de instituições e governos como por parte de agentes educativos, pela temática da educação para o desenvolvimento. Ao longo dos últimos anos encetaram-se esforços para a inclusão da Cidadania nos currículos escolares. A ideia está bem expressa na “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015) e noutros documentos como “Estratégia de Educação da UNESCO para 2014-2021” (UNESCO, 2014). Também analisámos a conceção da escola como espaço privilegiado para o ensino de valores da cidadania. Verificámos a justificação de tal necessidade pela conjuntura de violência e intolerância, existentes nas atuais sociedades, pelo carácter multicultural e de homogeneidade deste nosso mundo e pelos avanços tecnológicos de um mundo digital que poderá estar a colocar em causa as relações interpessoais (Araújo, 2003). Entendemos a ED como um processo amplo, de formação em valores sociais comuns, onde ganha o indivíduo e a sociedade em que este se insere. Assim, apresentámos a Educação Global como uma aprendizagem transformadora, assente em princípios básicos de democracia, solidariedade, justiça e igualdade. Educação Global é *“capaz de abrir os olhos e as mentes das pessoas para as realidades do mundo, despertando-as para contribuírem para um mundo com mais justiça, equidade e direitos humanos para todos.”* (Declaração de Maastricht sobre Educação Global, 2002).

Os diferentes documentos apresentados ao longo deste estudo refletem o compromisso de várias entidades com a promoção da Cidadania Global, refletida em documentos como os Objetivo do Milénio e Agenda 2030 e metas para um desenvolvimento sustentável. Também a ENED 2018-2022 vem reforçar as metas da Agenda 2030, reforçando a capacidade de intervenção em matéria de ED, produzindo recursos e material pedagógico, afirmando a sua importância e transversalidade. O enquadramento legal e curricular da ED no nosso país, ao longo das últimas décadas, é prova da valorização crescente da ED nos currículos escolares como parte fundamental da formação do aluno. Percorremos o caminho da evolução do currículo escolar, desde a educação cívica (Lei 46/86, 14 de outubro), à inclusão da componente de Cidadania e Desenvolvimento no currículo vigente e no âmbito do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. A introdução desta componente nos currículos escolares é, como vimos, uma medida de grande

parte dos países Europeus. O *Relatório Eurydice Education Citizenship School in Europe – 2017*, reconheceu a urgência da preparação de professores para a este fim, realçando a importância da realização de atividades fora da sala de aula, na promoção de uma Educação para a Cidadania que se pretende transversal. Também a nível nacional, com o Referencial de Educação para o Desenvolvimento, se estabeleceram orientações programáticas para o ensino da Cidadania, documento que se constitui como orientador de práticas pedagógicas neste âmbito.

Partindo desta análise teórica, elaborámos a nossa pergunta de partida: Como é que os Assistentes Operacionais com funções educativas compreendem e implementam os valores de cidadania, nas escolas do 1º Ciclo do EB?

O nosso estudo incidiu sobre a população de Assistentes Operacionais do Agrupamento de Escolas X, do distrito de Leiria. A amostra fez-se representar por 10 AO deste mesmo Agrupamento. Considerámos este grupo profissional como objeto do estudo pela sua proximidade com os alunos e porque não são abundantes os estudos que os considerem população alvo.

Tendo em conta, os diferentes métodos de investigação, a abordagem escolhida nesta pesquisa foi a qualitativa com recurso a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados, que foram tratados pela técnica de análise conteúdo. Organizamos os dados em categorias e subcategorias: 1-Perceção do conceito de cidadania; 2- Valores de cidadania na escola: prevenção da violência na escola, discriminação, preconceito e racismo, defesa do ambiente e combate ao desperdício, respeito pelos mais novos e pelos mais velhos; promoção da igualdade de género e uso da linguagem correta; 3 – Intervenção da escola na promoção da cidadania; 4- A função de AO na perceção da cidadania e contributo pessoal para a intervenção em cidadania; 5- Formação em cidadania.

Relativamente aos valores de cidadania concluímos que esta população tem uma perceção muito genérica e limitada do conceito, restrito às garantias e deveres possuídos enquanto indivíduos de um sistema democrático. A violência, a discriminação, o racismo e o preconceito são percecionados como realidades presentes nas escolas, mas desvalorizados, observados de forma simplista, que consideram ser resultado da imaturidade das crianças e não como fatores altamente negativos, com impactos profundos no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. A temática ambiental, por falta de conhecimentos, é reduzida à separação do lixo, prática mais comum nas escolas, não sendo associado à correta gestão dos

recursos hídricos e alimentares, apesar de unanimemente condenarem o desperdício alimentar. Percebe-se que, talvez pela idade e experiência de vida, as AO demonstram um respeito muito significativo pelos bens alimentares. O respeito pareceu-nos ser um valor que esta população espera das crianças, no entanto parece que o contrário não é igual. Poucas demonstraram ser sensíveis a esta questão, no sentido de equacionarem alterar comportamentos para o bem-estar e aumento de respeito pelos mais novos. Nenhuma entrevistada indicou, por exemplo, permitir uma maior participação das crianças no quotidiano escolar. Percebemos também a existência de alguma dificuldade em entender a importância do tipo de linguagem adequada ao contexto. A linguagem incorreta é associada ao uso de palavrões, excluindo desta equação o uso de gíria popular e o próprio conteúdo das conversas entre os colaboradores. Relativamente à igualdade de género, percebemos como é um conceito que gera muitas dúvidas apesar de tão importante em contexto escolar. O esclarecimento e a formação impõem-se, evitando um ensino sexista. Relativamente à intervenção da escola na promoção da Cidadania, o contributo pessoal e a responsabilidade nesta promoção é, maioritariamente, transferida para os pais, considerando não ser responsabilidade da escola e muito menos das AO. A escola deverá apenas reforçar alguns valores sem ter o direito de os definir, e de intervir no campo da moral, segundo a opinião destes profissionais. Numa análise geral, existe um desconhecimento em relação aos valores de Cidadania ou aos fatores a eles associados, resultando num desvalorizar do conceito de Cidadania e da sua importância no âmbito da escola. A perceção que estes profissionais têm do conceito de cidadania é limitada e moldada por padrões de valores previamente estabelecidos, muito associados aos direitos e deveres como cidadãos. A transmissão/aquisição destes valores, na perspetiva destes profissionais não é responsabilidade da escola; é uma responsabilidade que, na sua opinião, deve ser atribuída sobretudo aos pais. Referem questões que não devem ser tratadas na escola, como as questões religiosas e a questão da igualdade de género. Visivelmente, demitem-se dessa responsabilidade, apesar de se identificarem como colaboradoras no que respeita ao processo de intervenção em Cidadania, com um contributo pessoal que passa pelos princípios da solidariedade e respeito.

O nível baixo de habilitações literárias e a ausência de formação específica pode explicar a falta de consciência quanto à sua própria importância na promoção dos valores de Cidadania e o seu importante papel no processo educativo. A falta de formação desta população é, possivelmente, a explicação para um conjunto de constrangimentos à promoção

da Cidadania, que se quer global, se apresenta complexa e exigente e que não pode ser limitada à sala de aula, devendo ser extensível aos corredores e pátios da escola. A formação em cidadania é a formação plena da criança, do adolescente, do indivíduo, não limitada a espaços, assim, a formação de agentes educativos deve urgentemente incluir os AO, demonstrando o respeito por estes profissionais e a sua valorização.

Os atuais desafios que se apresentam ao contexto educativo e que se desenrolam inseridos num mundo multicultural impõem um esclarecimento profundo sobre os valores democráticos. Não serve apenas a boa vontade, o desejo de querer cumprir uma missão de amor e carinho, para com os alunos, fato que notamos durante o decorrer das nossas entrevistas. É necessário irmos mais além e tendo em conta os esforços que os governos e organizações têm encetado, exige-se, paralelamente, uma formação consistente com os desafios da sociedade, para todos os agentes educativos, em particular dos AO. Num momento em que a violência, o *bullying*, as discriminações afetam de uma forma acentuada o tecido escolar (*Health Behaviour in School-aged Children Study – HBSC, 2013/2014*) é indispensável que os agentes educativos estejam sensíveis a esta problemática. As nossas entrevistadas confirmam esta realidade, mas o olhar destas profissionais sobre ela é brando, desvalorizando as situações. Sabemos que a interpretação que é feita é resultado da baixa formação destes profissionais, que muitas vezes são colocados ao abrigo das medidas CEI, deslocados de outras áreas profissionais, sem qualquer formação nesta área ou similar. Percebemos que não há nenhum tipo de formação concreta exigida, por parte do Ministério da Educação, para que uma determinada pessoa seja admitida como AO com funções educativas, nem tão pouco existe a obrigatoriedade de frequência de cursos ou ações específicas para os Assistentes Operacionais.

No decorrer das nossas entrevistas percebemos a falta de sentido crítico, a dificuldade em interpretar o conceito de cidadania, a hesitação e o medo em participar neste estudo. Conseguir a participação das AO foi uma das grandes dificuldades deste estudo. Sentimos uma resistência permanente à participação, com muita hesitação nas respostas, na procura constante do discurso ‘politicamente correto’. Estas foram as principais limitações do nosso estudo.

Impõe-se uma necessidade urgente de formar estes colaboradores, condição que devia de estar inerente à contratação dos mesmos, responsabilidade constante das direções de escolas.

Para próximos estudos gostaríamos de fazer a análise dos conteúdos do ensino de Cidadania e Desenvolvimento lecionados, projetos desenvolvidos e atividades pedagógicas no 1º e 2º ciclos do EB, num estudo comparativo entre os dois ciclos. Consideramos, gostaríamos de analisar a perceção dos alunos sobre os valores de cidadania.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, R.R. (2003). DESENVOLVIMENTO UM CONCEITO ULTRAPASSADO OU EM RENOVACÃO? DA TEORIA À PRÁTICA E DA PRÁTICA À TEORIA. *Caderno De Estudos Africanos*

AMARO, ROGÉRIO ROQUE (2004), “DESENVOLVIMENTO – UM CONCEITO ULTRAPASSADO OU EM RENOVACÃO? – DA TEORIA À PRÁTICA E DA PRÁTICA À TEORIA“. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70

AMARO, ROGÉRIO ROQUE. (2017). DESENVOLVIMENTO OU PÓS-DESENVOLVIMENTO? DES-ENVOLVIMENTO E... NOFLAY! *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 75-111. Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Extraído de <https://dx.doi.org/10.4000/cea.2335>, a 20/01/2020

AGENDA 2030. Extraído de disponível em <https://unric.org/pt>, a 12/12/2019

BITTI, P.R. & ZANI, B. (1997) A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL. Editorial Estampa. Extraído de <http://hdl.handle.net/10400.2/7717>, a 20/01/2020

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS 1945. Extraído de <http://nacoesunidas.org/>, a 18/02/2020

CRUZ, S. G. M. (2007). PORTO. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 1 CICLO DO ENSINO BÁSICO - ESTUDO DE CASO

CABRAL, M. V. (2008). CIDADE E CIDADANIA: GOVERNANANÇA URBANA É PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PERPETIVA COMPARADA. *Imprensa De Ciências Sociais*. Lisboa.

CORREIA, M& LINHARES E. (2016) SENSIBILIZAR PARA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. *Revista UILPS*, Vol. 4 n.º 2. Extraído de <https://doi.org/10.25746/ruiips.v4.i2.9920>, a 21/01/2020

DIAS, M. O. 2009. O VOCABULÁRIO DO DESENHO DA INVESTIGAÇÃO—A LÓGICA DO PROCESSO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Psicossoma. Viseu

DIAZ-AGUADO, M. J. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E APRENDIZAGEM COOPERATIVA. Porto. Editora 2000

DECLARAÇÃO DE MAASTRICHT SOBRE EDUCAÇÃO GLOBAL. Extraído de <https://www.cidac.pt/>, a 18/01/2020

DOSSIER COEDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS (2014) extraído de <https://www.cig.gov.pt/>, a 12/12/2019

DOCÊNCIA E CULTURA ESCOLAR (2019) Brasil. e-book. Extraído de <https://books.google.pt/> , a 20/03/2020

DELORS ET AL. (2003) O RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. Extraído de <https://unesdoc.unesco.org/>, a 12/12/2019

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL. Extraída de <https://unesdoc.unesco.org/> , a 2/03/2020

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA-LINHAS ORIENTADORAS. Extraído de <https://www.dge.mec.pt/> , a 2/03/2020

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCACAO PARA O DESENVOLVIMENTO 2010-2015. Extraído de <https://www.instituto-camoes.pt/> , a 21/12/2019

FREIRE, P. 2001. POLÍTICA E EDUCAÇÃO. Cortez

FUNARI, P. P. (2003). A CIDADANIA ENTRE OS ROMANOS. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. História Da Cidade. 2ª Edição São Paulo. Contexto

GIDDENS, A. (2000). O MUNDO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO. Editorial presença. Lisboa.

HANVEY, R. (2004). AN ATTAINABLE GLOBAL PERSPECTIVE. NEW YORK: THE AMERICAN FORUM FOR GLOBAL EDUCATION.

HEALTH BEHAVIOUR IN SCHOOL-AGED CHILDREN STUDY – HBSC, 2013/2014, Extraído de <http://www.euro.who.int/> , a 19/11/2019

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO NO JARDIM DE INFÂNCIA, TEXTO DE APOIO PARA EDUCADORES DE INFÂNCIA. 2008. Ministério da Educação, Lisboa, extraído de: <https://www.dge.mec.pt> , a 19/11/2019

LEITE, S. A. S. (1989). A ESCOLA E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA OU PARA ALÉM DE UMA CONCEPÇÃO REPRODUTIVISTA. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(3), 17-19. Extraído de <https://doi.org/10.1590/S1414-98931989000300007> , a 19/11/2019

LIMA, L. 2000. DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA CRÍTICA. UNESP

MARTA A. L. (2017). RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: EDUCAÇÃO DIVIDIDA OU PARTILHADA? Centro de Psicologia e Estudos sobre Educação e Família. Extraído de <https://www.psicologia.pt/> , a 11/11/2019

MAGALHÃES, M. I. (2003). ABORDAGENS DO CONCEITO DE CIDADANIA <http://hdl.handle.net/10400.2/4240> , a 23/03/2020

MARQUES, I.A. (2007) DANÇANDO NA ESCOLA. São Paulo. Cortes.

OLIVEIRA, D. F. S. (2013) EDUCACAO PARA A CIDADANIA: UM DESAFIO DA ESCOLA ATUAL. Extraído de <http://docplayer.com.br/6646837> , a 20/04/2020

OBJETIVOS DO MILÉNIO, “8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO”. Extraído de <https://www.instituto-camoes.pt/>, a 3/11/2019

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018; Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16).

PATÁRA, R. F. Alves, C. D. (2011) EDUCAÇÃO EM VALORES: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA. Encontros De Produção Científica É Tecnológica

PROGRAMA DE ESTUDO DO MEIO, 1º CICLO. (2004) Ministério Da Educação. Extraído de <https://www.dge.mec.pt> , a 20/04/2020

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO. Extraído de <https://www.plataformaongd.pt/> , a 18/04/2020

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. 1998. MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. LISBOA. GRADIVA

QUADRO EUROPEU- EURYDICE CITIZENSHIP EDUCATION AT SCHOOL IN EUROPE – 2017. www.ec.europa.eu/eurydice , a 18/04/2020

RECOMENDAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO, A COOPERAÇÃO E A PAZ INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS. Extraído de <https://unesdoc.unesco.org> , a 19/03/2020

RELATÓRIO NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PORTUGAL. Extraído de <https://www.cig.gov.pt/> , a 25/03/2020

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA FINAL DA ENED 2010-2016. Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018. Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16

REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. Extraído de <https://www.dge.mec.pt/> , a 3/02/2020

RAMALHO, A.P.& RAMALHO, J. G. 2015. O CONTRIBUTO DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES NO SUCESSO EDUCATIVO NO SISTEMA DE ENSINO PORTUGUÊS. Dedicar Revista de Educação e Humanidades, 8, 2015, julho,219/230

RENAUD, I.C. R. (1992). OS VALORES DE CIDADANIA. Instituto de Defesa Nacional. Extraído de <http://hdl.handle.net/10400.26/1739> , a 20/10/2020

SANTOS, M. O. G. 2013. REFLEXOS BREVES EM TORNO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO. Évora

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. 2001. METODOLOGIA DA PESQUISA E ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO. 3 Edição. Florianópolis

SALLES, L. M. F. & SILVA, J. M. A. P. 2008. DIFERENÇAS, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES; CADERNOS DE EDUCAÇÃO. PELOTES 30:149-166 jan/Jun

DIPLOMAS LEGAIS

PARECER N.º 4/2009. Diário da República n.º 76/2009, Série I de 2009-04-20

LEI 46/86, 14 OUTUBRO- LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE). Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14

DESPACHO N.º 6173/2016 Diário da República n.º 90/2016, Série II de 2016-05-10

DESPACHO N.º 5908/2017. Diário da República n.º 128/2017, Série II de 2017-07-05

DECRETO LEI 286/89 - REFORMA CURRICULAR. Diário da República n.º 198/1989, Série I de 1989-08-29

DECRETO DE LEI N.º 6/2001- REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18

DESPACHO N.º 6478/2017, 26 DE JULHO 2017-PERFIL DOS ALUNOS A SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA. Diário da República n.º 143/2017, Série II de 2017-07-26

DECRETO DE LEI n.º 55/2018 DE 6 DE JULHO Diário da República, 1.ª série N.º 129 — 6 de julho de 2018

ANEXOS

ANEXO I – GUIÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA – GUIÃO
IDADE:
ESTADO CIVIL:
SEXO:
HABILITAÇÕES:
FILHOS:
QUAL É A SUA PROFISSÃO?
HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COM CRIANÇAS OU TRABALHOU? DE QUE IDADES?
1.CIDADANIA- VALORES
1.1. Como costuma lidar com situações de violência entre crianças? Considera a violência um problema nas escolas?
1.2. E relativamente à discriminação, acha que existe em meio escolar? Como lida/lidava com situações de discriminação?
1.3. Relativamente ao preconceito e ao racismo, verifica/ verificou estas situações no meio escolar, entre crianças? Como faz/fazia perante estas situações, costuma/costumava intervir? Pode dar exemplos?
1.4. Relativamente a questões ambientais, como é promovido o respeito pelo ambiente na escola? Considera uma questão importante? Pode explicar?
1.5. Acha que as crianças respeitam os mais velhos? Como é promovido esse tipo de respeito na escola? Como intervém nesse aspeto?
1.6. E relativamente ao respeito, considera que as crianças respeitam, no geral, os funcionários? E os funcionários respeitam as crianças, no que atende às suas necessidades e preocupações? Considera que toda a comunidade escolar poderia trabalhar melhor neste sentido? Quer explicar?
1.7. Considera que há desperdício de água e de alimentos na escola? Em que situações já assistiu a este desperdício? Como sensibiliza as crianças para essa questão?
1.8. Acha que estas questões de violência, racismo, preconceito, questões ambientais e de respeito pelo outro, têm alguma relação com a questão da cidadania?
1.9. Que valores considera essenciais para o ensino da cidadania?
2. Considera que também tem responsabilidade na transmissão desses valores em meio escolar? Porquê?
2.1. O que entende por igualdade de género? Considera relevante a promoção da igualdade de género em crianças do ensino primário?
2.2. Relativamente à linguagem que usa, costuma ter especial cuidado com a que usa no relacionamento com as crianças e no contexto profissional? Costuma corrigir frequentemente as crianças, no que respeita à forma como se tratam e se relacionam (no âmbito da linguagem)? Pode dar exemplos?
2.CIDADANIA- CONCEITO
2.1. O que entende por cidadania?
2.2. Considera a escola um local privilegiado para o ensino da cidadania? Pode explicar?
3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO
3.1. Considera que a sensibilização para a cidadania, fora da sala de aula, terá algum impacto positivo na educação e desenvolvimento das crianças? Porquê?

3.2. Pode dar exemplos em que considere que o seu trabalho e intervenção junto das crianças tenha sido essencial na transmissão de valores?

4. FORMAÇÃO

4.1. Considera que dispõe da formação necessária para abordar este tema com as crianças, no contexto da sua profissão?

4.2. Na sua opinião qual é maior problema que enfrenta na sua profissão?

4.3. Alguma vez recorreu a ajuda de um professor para a resolução de um conflito entre crianças?

4.4. Alguma vez frequentou alguma formação ou sessão de esclarecimento sobre cidadania?

ANEXO II – ANÁLISE DE CONTEÚDO

1 - PERCEÇÃO DE CIDADANIA

ENTREVISTA	CATEGORIA: CIDADANIA QUE PERCEÇÃO
1	<p><i>É tudo o que engloba a vida em sociedade, o respeito pelos outros, convivência em grupo.</i></p> <p><i>O respeito pelos outros e solidariedade.</i></p> <p><i>Claro que sim, tudo é cidadania, no fundo tudo está relacionado.</i></p>
2	<p><i>Algo que transmiti sempre aos meus filhos, não fazer aos outros que não gosto que me façam a mim. Seja em que aspecto for, nível emocional, psicológico, físicos, educação. Resumidamente, e na escola igual.</i></p> <p><i>Sim, está tudo relacionado.</i></p> <p><i>O respeito pelo outro, sem dúvida</i></p>
3	<p><i>É complicado... bem... tem a ver com os direitos, aquilo que devemos esperar do nosso governo e também as nossas obrigações, que temos para com a sociedade.</i></p> <p><i>Sim, tem tudo a ver.</i></p> <p><i>O respeito, a igualdade e amizade, no fundo todos os bons valores.</i></p>
4	<p><i>São direitos e deveres que temos como cidadãos, para conosco e os outros.</i></p> <p><i>Sim, claro.</i></p> <p><i>O respeito, a igualdade, o respeito pelo ambiente e saber viver em sociedade</i></p>
5	<p><i>Tem de ver com os nossos direitos e deveres.</i></p> <p><i>Sim, eu acho que deve ter...</i></p> <p><i>Respeito e solidariedade. Ensinar a serem pessoas melhores todos os dias. Ah, e justiça que faz falta no país!!!</i></p>
6	<p><i>Tem de ver com o respeito pelos outros e solidariedade.</i></p>

7	<i>Cidadania tem a ver com respeito, solidariedade, ensinar a viver em sociedade</i>
8	<i>Cidadania tem a ver com viver em sociedade, respeitando os outros e sendo melhores pessoas cada dia.</i>
9	<i>Ai, essa pergunta outra vez...pronto eu acho que isso tem a ver com respeitar os outros... e paz e harmonia...</i>
10	<i>É um conceito vasto como disse anteriormente, engloba o ensino de diferentes valores. Tem a ver com a democracia e ser-se cidadão participativo.</i>

2 - VALORES DE CIDADANIA NA ESCOLA

ENTREVISTADA	SUBCATEGORIA: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA
1	<i>“Chamo a atenção, e proíbo essas situações Acho que não, não têm essa dimensão, pelo menos nunca assisti a nada grave...”</i>
2	<i>“Primeira coisa é tentar entender e depois que eles resolvam entre eles, porque é difícil fazer de júri numa situação que agente não vê e acho que é uma forma de os pôr a resolver os problemas deles e a consciencializarem-se. Quando eles não os conseguem resolver, senta-os lado a lado, daí a um pouco eles já estão amigos, sempre tentar que eles resolvam, e ficam amigos. Não acho que seja um problema.”</i>
3	<i>“Chamar atenção da criança faço ver o que fez ao outro. Se não gosta que lhe façam não deve fazer, portanto é errado. Se não gosta vê logo que é errado. Por vezes sim... há situações repetidas de violência e há situações de pais que incentivam a dar se leva. “Se chego a casa e digo que me bateram e eu não bati ele diz que tenho que me defender”.”</i>
4	<i>“Não é fácil, tentar ouvir as duas partes, tentar encontrar a</i>

	<i>solução em que os dois vejam o que fizeram de errado e o que tem que mudar. Não acho que seja um problema, se soubermos lidar com as situações.”</i>
5	<i>“Sim, já aconteceu. Ouço, tento explicar que não se resolve nada com violência, que nesta idade é ingénua. Sim pode ser um problema, não sendo muito expressiva nestas idades.”</i>
6	<i>“Não permito situações de violência, explico e tento que se entendam. Não acho que seja um problema”.</i>
7	<i>“Não pode haver lugar para a violência, temos que os escutar e chamar à razão. Nunca abrir espaço para que possa haver repetições de situações violentas, físicas ou verbais. Havendo violência, claro que é um problema.”</i>
8	<i>“Quando vejo esse tipo de situações tento compreendê-los e explico que não se resolve nada com violência, seja física ou verbal. Não considero um problema porque acho que não tenha essa dimensão.”</i>
9	<i>“Oh...às vezes há aquelas coisas, brigas entre eles, fáceis de resolver! Isso revolvesse bem é só chamar a atenção, às vezes basta olhar, eles entendem logo.”</i>
10	<i>“Sim, sempre verifiquei algum tipo de violência, porque também há a violência verbal e nesse aspeto eles são muitos mauzinhos uns com os outros. E claro que é um problema, existindo nas escolas é um problema que tem que ser resolvido.”</i>

ENTREVISTADA	SUBCATEGORIA: PREVENÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E RACISMO
1	<i>“Sim, já tem acontecido, ou porque é preto ou gordo ou magro... Tento explicar que somos iguais, mas acho que os miúdos são um pouco</i>

	<p><i>mauzinhos com os colegas.</i></p> <p><i>Sim, posso referir por exemplo com os ciganos há alguns miúdos que não se querem sentar perto dos ciganos.</i></p> <p><i>Eu tento explicar que não há motivos para se ser preconceituoso. Somos iguais cada um com as suas características.”</i></p>
2	<p><i>“Às vezes existe, e acho que a culpa é dos adultos, no geral são os adultos que ensinam as crianças a serem preconceituosas. Eu explico que somos todos iguais.</i></p> <p><i>Não é propriamente racismo, tu és ‘preto’ dizem e eu digo é ‘chocolate’, eles brincam juntos, não são racistas. Se fossem mais velhos... eles brincam com a situação, não é bem preconceito ou racismo eles brincam uns com os outros, e não ligam...na maior parte das vezes nem precisamos de grande intervenção, eles entendem-se.”</i></p>
3	<p><i>“Às vezes, sim um pouco. É um problema. As pessoas que são discriminadas também são culpados. Nós temos ciganos que, por exemplo, enquanto foi só um estava minimamente integrado, assim que chega um primo à escola afasta-se dos outros e passa a conviver mais com o primo. E depois juntos acabam por amedrontar os outros.</i></p> <p><i>É complicado, mas tento mostrar lhes falando calmamente que não podem ser assim senão não têm amigos.</i></p> <p><i>Sim, às vezes. É um problema porque o preconceito não pode existir. O próprio preconceito faz com que lidemos de forma diferente com elas.”</i></p>
4	<p><i>“Sim, tivemos uma situação este ano, a menina recusava-se a vir a escola porque disseram que era diferente, preta e gorda, falei com todos em geral, somos todos iguais e diferentes, não podemos andar a chamar nomes. Não sei se é um problema, pode ser, se os adultos não conseguirem resolver, mas não deve porque temos que saber resolver.</i></p> <p><i>Há algumas situações. Eu costumo sempre explicar que somos todos iguais nos nossos direitos e deveres. Converso e explico depende da situação.”</i></p>
5	<p><i>“Sim, existe, claro, mas penso que não existe maldade. Dizem por dizer. Tento corrigir para que não repitam o comportamento.”</i></p>

6	<p><i>“Sim, existe, os miúdos são muito cruéis. Também não permito esse tipo de situações.</i></p> <p><i>Sim, há. Chamam nomes, gordo, magro, feio, preto</i></p> <p><i>... faço sempre igual, chamo a atenção e explico as coisas. Proíbo que chamem nomes.”</i></p>
7	<p><i>“Sim, ao longo destes anos com crianças, assisti a diferentes situações, muitas delas são culpa dos adultos, da educação. Se ouvem os pais a ter determinadas avaliações preconceituosas, serão preconceitos. Eu faço o que acho correto. Que fiz também sempre com os meus filhos, corrigir, explicar.</i></p> <p><i>Claro que há preconceito, se ouvirmos atentamente as suas conversas, as crianças refletem os pensamentos dos adultos, a educação, e nós andamos a educar muito para o racismo e preconceito. A escola não pode permitir isso, tem que corrigir, educar.”</i></p>
8	<p><i>“Explico que não há fundamento para a discriminação, somos todos iguais.</i></p> <p><i>Sim, pontualmente. Faço sempre da mesma forma, perante estas situações, corrigir e explicar.”</i></p>
9	<p><i>“Acho que não podemos considerar discriminação, são apenas crianças...</i></p> <p><i>Posso dar exatamente a mesma resposta. Temos que entender que são apenas crianças, e brincam juntas, não há racismo nem preconceitos, nem discriminação.”</i></p>
10	<p><i>“Sim...também há. Eu dizia sempre que somos iguais nas nossas diferenças.</i></p> <p><i>Sim, também há, claro... ou é gordo, ou magro, ou alto ou baixo, ou tem óculos ou um sinal no rosto ou assim ou assado...enfim há sempre.</i></p> <p><i>Volto a repetir o que respondi, digo sempre, explicando que somos iguais nas nossas diferenças.”</i></p>

ENTREVISTADA	SUBCATEGORIA: DEFESA DO AMBIENTE E COMBATE AO DESPÉRDÍCIO
---------------------	--

1	<p><i>“Eles fazem a separação do lixo e estamos sempre a explicar que o lixo é nos caixotes.</i></p> <p><i>Sim, é importante.</i></p> <p><i>Então, temos que ensinar a respeitar o ambiente para proteger a natureza e os que ela nos dá.</i></p> <p><i>De alimentos há muito porque eles não comem e fica comida nos pratos até dos lanches há sempre um ou outra que põe no lixo, em relação à água acho que não. Esse desperdício de comida vê-se na cantina porque eles não comem, não há forma de os fazer comer e os lanches vão para o lixo. Eu costumo dizer que deve pensar nas crianças que querem comer e não têm, por exemplo.”</i></p>
2	<p><i>“É um problema, mas isso tem a ver com a educação que trazem, os pais acham que as coisas não acontecem e afinal, tudo acontece. Nós fazemos a nossa parte, ensinamos a separar o lixo e colocar o lixo nos contentores, mas a maior parte do trabalho deveria vir de casa, eles não põem o lixo no chão em casa, porque hão-de fazê-lo na escola?</i></p> <p><i>Há desperdício sim, eles deitam os lanches fora e muitas vezes nós vemos, mas já não sabemos de quem é!</i></p> <p><i>É difícil explicar que têm que comer, eles no querem e não vale a pena dizermos que há crianças que não têm nada. De água não acho que exista.”</i></p>
3	<p><i>“Existem sítios para fazer a separação e regras. Sim é importante para proteger a natureza e por respeito, não se põe lixo no chão até por questões de higiene. Mas é difícil, eles são os primeiros a verem os pais a fazerem o mesmo na rua, e a atirar coisas pela janela do carro para a rua, até os cigarros...</i></p> <p><i>Eles às vezes metem para o lixo o lanche que vem de casa, iogurtes, fruta boa, nem provam, deitam fora para não vermos. Explicar que tudo custa dinheiro e que os pais trabalham para comprar comida e o lanche não pode ser desperdiçado. A comida da cantina não é colocada nos pratos em exagero, eles não comem porque ou não gostam ou não estão mesmo habituados a comerem de tudo um pouco.</i></p>

	<p><i>Eu tento chamar a atenção, para o desperdício por exemplo, para partilhar, mostrar o respeito pela comida, regras como não correrem na sala, não colocarem coisas para o chão. Tento mostrar que não se estraga água, porque acredito que vale a pena. Mas penso que de água não há!”</i></p>
4	<p><i>“Por exemplo, o ano passado, os meninos poluíam muito, temos vários contentores e eles não respeitavam, eles não conseguiam respeitar. Nós dentro da sala fazemos a reciclagem. É muito importante esta questão, as crianças têm que ser educadas para preservarem a natureza.</i></p> <p><i>Eles almoçam por turnos, este ano, e vejo o desperdício de um em relação a outros, não tem a ver com a quantidade que é colocada no prato tem a ver com o facto deles próprios não comerem e não estarem sensibilizados para o desperdício.</i></p> <p><i>Explicando calmamente que há outras crianças que não têm comida. De água, de água não!”</i></p>
5	<p><i>“Há ecopontos na escola, e tanto nós como os professores estamos sempre a explicar que o lixo não é para o chão. Eu digo sempre que se em casa não põe no chão na escola também não. Claro que é importante, para aprenderem e explicarem um dia aos filhos, a educação tem que vir de casa.</i></p> <p><i>Há desperdício sim, eles deitam os lanches fora e muitas vezes nós vemos, mas já não sabemos de quem é! de água não!</i></p> <p><i>É difícil explicar que têm que comer, eles no querem e não vale a pena dizermos que há crianças que não têm nada.”</i></p>
6	<p><i>“Faz-se a separação do lixo, e explico que o lixo é no lugar próprio. É sempre muito importante, também faz parte da educação</i></p> <p><i>..penso que não há.</i></p> <p><i>Nós não deixamos que deitem comida fora nem estraguem água, estamos ‘sempre em cima deles’ ...”</i></p>
7	<p><i>“A escola faz o seu papel, nós ensinamos que o lixo é no caixote e não deve haver lixo no pátio da escola, da mesma forma que ensinamos a</i></p>

	<p><i>fazer a separação.</i></p> <p><i>Mas isso de nada vale se veem os pais a abrir o vidro do carro e deitar o lixo para a rua...</i></p> <p><i>No geral penso que não há, há muitos avanços neste âmbito estamos todos mais sensibilizados ara comportamentos amigos do ambiente.”</i></p>
8	<p><i>“Há atividades de sensibilização promovidas pelos professores, para separação do lixo, e para respeitarem o ambiente, eu incentivo sempre a fazerem a separação do lixo e isso verifica-se durante o lanche. Sim, é importante, claro que sim, então tudo o que é positivo é importante educar as crianças para respeitar o ambiente é importante. Penso que não. Ensinamos sempre a poupar água e a não desperdiçar comida, por exemplo, se não querem mais pão, não se deita fora, volta-se a guardar.”</i></p>
9	<p><i>“Atualmente já há muitas formações para as crianças, antigamente, quando comecei nisto lá se falava em separação de lixo? Agora há caixotes próprios para separar o lixo e muita informação, as crianças ate nos ensinam a nós...sim, há algum, eles deixam as torneiras abertas, demoram muito tempo a lavar as mãos e também estragam muito papel... nós estamos sempre a avisar que devem poupar água.”</i></p>
10	<p><i>“Já se evolui muito nesse âmbito, mas acho que ainda há muito a fazer, não basta separar os lixos ou colocar caixotes próprios nas escolas...há que educar e formar. Hum, difícil essa questão, já trabalhei em diferentes escolas, numas há mais desperdício que outras, eu só posso falar relativamente aos lanches e isso tem tudo a ver com as indicações de casa. Em casa deve se explicar que mesmo que o lanche não seja comido não pode ir para o lixo.”</i></p>

ENTREVISTADA	SUBCATEGORIA: RESPEITO PELOS MAIS NOVOS E PELOS MAIS VELHOS
1	<p><i>“No geral, não!</i></p> <p><i>Não respeitam na forma de falar connosco e muitas vezes precisamos de repetir várias vezes as coisas até fazerem o que mandamos.</i></p> <p><i>Nós insistimos, chamamos a atenção, mas vale pouco.</i></p> <p><i>Sim, acho que sim, da minha parte o máximo possível.</i></p> <p><i>Sim, podemos fazer sempre melhor em tudo, mas no geral respeitamos as crianças, as vezes pode falar-se mais baixo, mas...”</i></p>
2	<p><i>“Não, há muito falta de respeito. Vem tudo de casa, eles acham que são os meninos da casa, lá em casa é assim, chegam aqui e querem mandar igual. Agora mudou a linguagem. Agora quem manda são as crianças, antes era a mãe, a mãe agora é `tu` e antes era `você`. Eles não nos respeitam porque os próprios pais também não, eles sabem que os pais vão a escola ralar se for preciso, portanto não respeitam.</i></p> <p><i>Corrijo a forma como se dirigem a mim, não admito certas faltas de respeito, sou brincalhona e divertida, mas há certas coisas que não dá para admitir.</i></p> <p><i>Sim, eu acho que sim. Podemos fazer sempre melhor, em tudo, mas nem sempre é fácil, por exemplo falar mais baixo, ter mais paciência, ter mais tempo para eles, mas temos o nosso trabalho que não é só tomar cota das crianças.”</i></p>
3	<p><i>“Não, não respeitam.</i></p> <p><i>Não respeitam os adultos, nós tentamos e insistimos, mostramos que têm que saber respeitar, não adianta muito.</i></p> <p><i>Sim, acho que sim. Sim, toda a gente se esforça para que tudo corra bem...”</i></p>
4	<p><i>“Não respeitam, vejo muito isso à hora de almoço, como eu dou os almoços, verifico entre eles e eles para nós, não nos respeitam, não respeitam o espaço, muito barulho.</i></p> <p><i>Chamamos a atenção para falar baixo e comerem, mas parece que nem</i></p>

	<p><i>vale a pena</i></p> <p><i>Sim, há, nós fazemos o melhor. Claro, podemos fazer sempre mais e melhor. Tentamos explicar as coisas, calmamente.”</i></p>
5	<p><i>“Não respeitam, talvez respeitem mais os professores, muitos nem os pais.</i></p> <p><i>Eu tento que me tratem com respeito, estou sempre a corrigir quando não o fazem. Não há muito a fazer quando em casa esse respeito não é promovido.</i></p> <p><i>Sim, há.</i></p> <p><i>Nós fazemos o que podemos, damos atenção e carinho.”</i></p>
6	<p><i>“Algumas sim, outras não, tem a ver com a educação, com o que vem de casa, muitos não respeitam os próprios pais. É sempre à base de corrigir o que está errado, explicar que a formas de falar mais respeitadas, não é fácil porque muitos não nos respeitam mesmo...</i></p> <p><i>Sim, há.</i></p> <p><i>Não vejo o que possa ser alterado...acho que todas nós trabalhamos com amor.”</i></p>
7	<p><i>“Atualmente tudo aponta para alguma falta de respeito em relação aos mais velhos. Mais uma vez tem tudo a ver com a educação, se não respeitam ou não sabem respeitar os pais ou avós... muitas vezes até nos respeitam mais a nós!</i></p> <p><i>Sim, no geral sim, mas por exemplo podemos todos aprender a respeitar as crianças falando mais baixo, muitas vezes a falta de paciência faz-nos gritar, é um desafio. Mas em casa é igual, no geral os adultos gritam muito com as crianças e proibimos muito sem explicar.”</i></p>
8	<p><i>“Hum...o respeito não é muito... têm alguma dificuldade em respeitarmos. Ensinamos como se ensina qualquer criança a dirigirem-se aos adultos com respeito. Eu corrijo sempre que considero que não estão a falar comigo com o devido respeito e educação.</i></p> <p><i>Há, sim...podemos sempre trabalhar melhor, às vezes a dificuldade é saber como.”</i></p>
9	<p><i>“Nesse aspeto há muito a fazer, ensina-se tudo às crianças, mas depois falta o respeitinho pelos mais velhos, e é muito difícil esta questão.</i></p>

	<p><i>Muitas vezes sinto que não vale a pena, falam para nós como se estivessem a falar com os coleguinhas, não respeitam as nossas regras, muitas vezes fingem que não ouvem. É difícil e esse deve ser o grande problema das escolas...</i></p> <p><i>Sim, acho que há, fazemos tudo para os compreender e ter muita paciência. Melhorar? Sim, é sempre possível...</i></p>
10	<p><i>Acho que podíamos trabalhar mais esse aspeto, mas deveria ser um trabalho de casa, dos pais.</i></p> <p><i>Sim, no geral eu acho que sim, cada vez mais, mas podemos sempre melhorar, principalmente o tom de voz, não gritar seria uma boa forma de respeito</i></p>

ENTREVISTADA	SUBCATEGORIA: PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO
1	<p><i>Não sei se sei, acho que é sermos todos iguais, nos direitos... e deveres também.</i></p> <p><i>Sim é importante explicar às crianças, se tem a ver com isso é importante, temos que as ensinar que somos iguais.</i></p>
2	<p><i>Isso da igualdade é um pau de dois bicos, o homem nunca chega aos calcanhares da mulher, pode ser mais forte, mas de resto, nós somos melhores em tudo...</i></p> <p><i>Sim é importante, tudo é importante.</i></p>
3	<p><i>É igualdade entre todos, acho eu.</i></p> <p><i>Sim claro que é importante.</i></p>
4	<p><i>Tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres</i></p> <p><i>Sim, claro que é importante</i></p>
5	<p><i>É a igualdade entre rapazes e raparigas.</i></p> <p><i>Sim, deve ser desde cedo que se deve explicar que temos os mesmos direitos, já que temos os mesmo deveres.</i></p>
6	<p><i>Isso esta na moda e tem a ver com os direitos das mulheres.</i></p> <p><i>Acho que é uma questão sensível que devem ser os pais a decidir</i></p>

	<i>como querem ensinar e o quê.</i>
7	<i>Tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres, por exemplo, exigir que as mulheres ganhem o mesmo que os homens. Sim, temos eu caminhar neste sentido desde que são pequenos.</i>
8	<i>É igualdade entre homens e mulheres nos seus direitos. Sim é muito importante começar logo nesta idade</i>
9	<i>Deve ter a ver com igualdade, sermos todos iguais nos direitos e deveres...não sei muito bem...talvez, respeitar as diferenças... Sim, se for isto que penso, faz sentido.</i>
10	<i>É a igualdade entre homens e mulheres, o mesmo acesso a oportunidades de trabalho por exemplo. Claro, faz todo o sentido.</i>

ENTREVISTADAS	SUBCATEGORIA: USO DE LINGUAGEM CORRETA
1	<i>Sim, claro, muito. Principalmente quando usam palavrões, que acontece mais no futebol, eles disfarçam à nossa frente, mas apanhamos sempre. O futebol nesse aspeto é muito mau para a linguagem e pelos palavrões. Chamo-os à atenção.</i>
2	<i>Sim, tenho. Repreendo-as e às vezes faço que não ouço. Os mais velhos já têm consciência e evitam dizer à frente dos adultos, evitam dizer à nossa frente. Têm noção daquilo que não devem dizer. Eles sabem muito bem o que não podem usar certa linguagem.</i>
3	<i>Sim, muito importante. Eu ouço as crianças a chamar nomes, chamo a atenção, não se grita, devem falar com respeito uns para os outros e não permito palavrões</i>
4	<i>Sim, claro. Sim corrijo, por exemplo, quando chegam, ensinar a dizer `bom dia`, eles não costumam dizer, é importante, é quando iniciamos o dia, e é engraçado porque os próprios pais muitas vezes também não dizem, entregam os filhos e pronto. E obviamente não são permitidos palavrões nem certas formas de falar com os colegas, chamar nomes</i>

	<i>uns aos outros, por exemplo.</i>
5	<i>Sim, claro. Sim, corrijo sempre que há faltas de respeitos, palavrões, gritos.</i>
6	<i>Sim, claro. Há certas palavras que não se dizem ao pé das crianças. Sim corrijo, não permito palavrões.</i>
7	<i>Sim, com certeza. Chamo a atenção sempre que vejo que não se respeitam ou usam linguagem impropria.</i>
8	<i>Sim, tenho cuidados, claro não se pode falar da mesma forma que se fala com adultos. Sim, corrijo algumas vezes, eles dizem muitos palavrões por exemplo e por vezes nem usam palavrões, mas não se respeitam, em simples brincadeiras, chamam-se burros uns aos outros e perdem a paciência com facilidade.</i>
9	<i>Sim, claro não podemos falar da mesma forma...é preciso ter cuidado. Corrijo os palavrões, digo que não se diz que é feio e eles também escondem, dizer, dizem, mas normalmente não é à nossa frente, depois apanhamos uma ou outra nos intervalos, principalmente no futebol.</i>
10	<i>Sim, tenho...apesar de a minha linguagem ser absolutamente normal. Sim corrijo claro, não só os palavrões, mas a forma como muitas vezes se dirigem aos amigos e a nós.</i>

3. CATEGORIA: PROFISSÃO QUE PROBLEMÁTICA

ENTREVISTADA	CATEGORIA: PROFISSÃO QUE PROBLEMÁTICA
1	<i>Falta de respeito das crianças, nem sempre nos respeitam.</i>
2	<i>Falta de respeito, no geral.</i>
3	<i>Talvez as falta de respeito, mesmo dos pais, não valorizam o nosso trabalho.</i>
4	<i>A falta de respeito de forma geral, o nosso trabalho não é valorizado, os miúdos não nos respeitam como respeitam os professores.</i>

5	<i>Talvez falta de tempo para darmos mais atenção às crianças...</i>
6	<i>Ser mais respeitadas, não só pelas crianças, mas também pelos pais. Lidar com os filhos dos outros é complicado...</i>
7	<i>Talvez falta de tempo para dedicarmos às crianças porque há outras atividades a fazer.</i>
8	<i>Acho que devíamos ser mais bem remunerados e mais respeitados por todos.</i>
9	<i>Acho que a falta de respeito, ou não seremos um pouco mais valorizadas...toda a gente vê o trabalho dos professores, mas do funcionário... que arruma, limpa, cuida das crianças, insiste para comerem quando não querem comer...</i>
10	<i>Sem dúvida a falta de oportunidades, quero muito fazer o que gosto e o que sei fazer, mas não há oportunidades, e isto também tem a ver com cidadania, aquela que não é exercida pelos nossos governantes. Ao deixarem-me fora da área estão também a colocar o futuro das crianças e jovens em causa. As escolas precisam de se modernizar; o ensino precisa de “sangue novo”.</i>

ENTREVISTADA	CATEGORIA: CONTRIBUTO PESSOAL
1	<p><i>Eu tento transmitir bons valores de respeito. Corrigir a linguagem, ensinar a serem amigos, assim...</i></p> <p><i>Eu tento explicar que não a motivos para se ser preconceituoso. Somos iguais cada um com as suas características.</i></p> <p><i>Sim, claro, de toda a gente.</i></p> <p><i>Porque estamos cá para isso, há certas coisas que nós também ensinamos, não são só os professores, penso eu...</i></p>
2	<p><i>Sim, somos o exemplo que muitas vezes não há em casa, ainda hoje, em casa a mãe faz o jantar e o pai senta-se, tem que aprender estas coisas na escola e eu tento passar alguns valores em conversas e coisas do dia a dia.</i></p> <p><i>A socialização é como um jogo, há regras e é preciso ensinar a viver. É nossa função ensinar, transmitir esses valores.</i></p>
3	<p><i>Eu ensino-as a respeitarem-se, ensino a respeitarem o ambiente e não desperdiçarem alimentos!</i></p> <p><i>Da minha e de todos, porque os adultos são responsáveis pelas crianças...</i></p>
4	<p><i>Na hora do lanche, a parte da reciclagem por exemplo, dentro das brincadeiras, ensinar as derrotas por exemplo, e a lidarem com os outros.</i></p> <p><i>Claro que sim, e não é fácil, por exemplo a violência, cada vez lidam mais com isso, e como estão a crescer absorvem tudo o que vem e seguem os exemplos, mesmo em casa. Tem de ser bem explicado. Se não for bem trabalhado a criança vai ser difícil de lidar.</i></p>
5	<p><i>Sim...eu ensino-as a ser amigos e solidários, emprestar os brinquedos e partilhar.</i></p> <p><i>Sim e de todos os que trabalham com crianças. Na escola é onde passam</i></p>

	<i>a maior parte do tempo, é importante ser a escola a ensinar alo que os pais não têm tempo.</i>
6	<i>Eu ensino a partilhar as coisas, isso é ensinar a serem bons cidadãos, são coisas que se leva pela vida fora. Tudo deve vir de casa. Os valores devem ser ensinados em casa, mas a escola está cá para isso também. Há coisas que a escola não deve intervir, como valores religiosos</i>
7	<i>Isso é difícil, não sei precisar, mas ensinar um simples obrigado e ver que depois as crianças repetem...ensinar é explicar, transmitir valores explicando o porque, o porquê de não ser preconceituoso, racista... explicar Continuo a dizer que não é da minha responsabilidade, é da responsabilidade dos pais, eu simplesmente reforço algumas ideias, quando elas surgem.</i>
8	<i>Não sei se é essencial, quero acreditar que faço a diferença, que fazemos todos... penso que quando intervimos, porque são um pouco cruéis uns com os outros, ou quando excluem algumas crianças das brincadeiras, fazemos a diferença. Penso que não é minha responsabilidade, essa é a responsabilidade dos pais. Porque esse tipo de educação tem que vir de casa os pais é que têm que seleccionar o tipo de valores a transmitir.</i>
9	<i>Então a ser educado, eu ensino a dizer “bom dia”, “obrigado”.... Minha e de toda a gente que lida com as crianças, mas essencialmente é da responsabilidade dos pais.</i>
10	<i>Quero acreditar que o meu trabalho foi e voltará a ser essencial. Sempre passei valores de amizade e respeito, é essencial ensinar as crianças que não estão sozinhas no mundo e por isso temos que saber viver com os outros, respeitando e ouvindo. Claro que os professores e todos os educadores tem essa responsabilidade</i>

4 - INTERVENÇÃO DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

ENTREVISTADAS	CATEGORIA: INTERVENÇÃO DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA
1	<i>Sim, claro porque têm de aprender fora da sala não é só na sala.</i>
2	<i>Tem e muito. Dentro da aula é a nível académico, fora é... tão importante como dentro, cá fora é a vida em sociedade, lidar com os outros</i>
3	<i>Sim, claro. Dentro e fora é importante, fora eles aprendem as coisas da vida em sociedade.</i>
4	<i>Sim, claro que é, elas têm que aprender coisas diferentes dentro e fora da sala, cá fora elas vivem a vida, os relacionamentos.</i>
5	<i>Claro que sim, a educação também acontece fora da sala.</i>
6	<i>Sim, a educação também acontece fora da sala. Acho que a vida real é fora da sala, lá eles portam-se bem obrigatoriamente, é outra situação e contexto, estão sentados e sem barulho, sem se relacionarem, fora da sala é o mundo real.</i>
7	<i>Penso que sim... tenho a certeza... muitas coisas aprendem-se fora da sala, onde os miúdos percebem que é a vida, sem livros, interiorizando que há coisas que são essenciais no dia a dia.</i>
8	<i>Sim, claro, nem tudo se aprende numa sala de aula, muitas vezes as coisas mais importantes não vem nos livros e o que se transmite fora da sala, seja pelos pais ou por outros adultos faz parte do desenvolvimento da criança que um dia será um adulto.</i>
9	<i>Fora da sala, só se for com os professores pois nós não sabemos desses assuntos, quer dizer, eu não sei, tenho poucos estudos, mas soube educar os meus filhos, nas escolas não é diferente.</i>

10	<i>Sim, claro, reforça toda a aprendizagem da sala.</i>
----	---

ENTREVISTADAS	SUBCATEGORIA: O PAPEL PRIVILEGIADO DA ESCOLA
1	<i>Sim, sem dúvida é aqui que a criança tem que aprender tudo sobre respeito pelos outros.</i>
2	<i>Sim, sim, porque quem trabalha numa escola tem muito mais disponibilidade para as crianças que os pais, e isto não é um problema de agora, eu trabalho há muitos anos e sempre foi assim. E depois existe a envolvente das relações interpessoais, que em casa não se consegue trabalhar da mesma forma que na escola.</i>
3	<i>Sim, claro. São valores e regras que devem ser transmitidos desde pequenos. Todos temos essa obrigação para eles poderem absorver; temos essa obrigação, cada vez se vê menos essa transmissão de pais para filhos. Tem que haver um sítio onde eles aprendem</i>
4	<i>Claro, a escola é onde se ensina aquilo que não se ensina em casa.</i>
5	<i>Acho que em casa é que se deve ensinar estas coisas, a escola só devia reforçar algumas coisas, a educação deve vir de casa. Porque na escola podem ensinar valores com os quais os pais não concordam.</i>
6	<i>Em casa é que se deve transmitir bons princípios e depois na escola. Essa obrigação é dos pais, mas a escola pode reforçar.</i>
7	<i>sim é, mas não o principal, o principal é em casa. A escola deve reforçar, dar mais ferramentas, porque em muitas situações isto falha tudo em casa e a escola tem que estar sempre preparada para ensinar</i>
8	<i>Sim, pode ser considerado pois é na escola que eles aprendem</i>

	<i>estas questões, mas também deve vir de casa, crescer a respeitar o outro, é um ensinamento que faz parte dos valores transmitidos pelos pais.</i>
9	<i>Ah, sim na escola é que se deve aprender isso, eu próprio gostava de aprender...</i>
10	<i>Sim, tenho...apesar de a minha linguagem ser absolutamente normal. Sim corrijo claro, não só os palavrões, mas a forma como muitas vezes se dirigem aos amigos e</i>

5 - FORMAÇÃO

ENTREVISTADAS	CATEGORIA: FORMAÇÃO
1	<i>Este tema talvez não, podia ter mais é sempre bom. Mas se a cidadania te a ver com bons valores, também eduquei os meus filhos... Especificamente cidadania, não, mas já fui a outras.</i>
2	<i>A experiência ensina muito, mas nunca é demais Já fiz muitas talvez não especificamente este tema</i>
3	<i>... acho que formação nunca é demais...este tema não, talvez, mas a experiência também nos ensina. Não.</i>
4	<i>Sim, podemos melhorar sempre, mas eu tento estar informada, ler e pesquisar Este tema não, mas já frequentei muitas.</i>
5	<i>Não sei, talvez ...quer dizer podemos ter sempre mais conhecimento. Não, nunca</i>
6	<i>Gostava de saber mais, mas acho que até já consigo responder a muitas perguntas difíceis que eles fazem, sou mãe e isso ajuda muito. Acho que não, só quando andava na escola.</i>
7	<i>Acho que estes anos de experiência me prepararam, ter filhos</i>

	<p><i>também ajuda, mas a formação é sempre uma mais valia.</i></p> <p><i>Neste tema não.</i></p>
8	<p><i>Até gostava de ter mais...</i></p> <p><i>Só quando andava na escola...</i></p>
9	<p><i>Ah, confesso que não.... Não, mas gostava, agora fiquem mais interessada.</i></p>
10	<p><i>Considero que sim.</i></p> <p><i>Sim, várias, nunca promovidas pelas escolas onde trabalhei, sempre participei por iniciativa própria ou no contexto da minha licenciatura</i></p>

ANEXO III – ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

IDADE - 58

ESTADO CIVIL – casada

SEXO - F

HABILITAÇÕES – 6º ano de escolaridade

Assistente operacional numa escola do 1ºciclo.

Há 3 anos, com crianças do 1º ciclo.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Chamo a atenção, e proíbo essas situações.... Acho que não, não tem essa dimensão, pelo menos nunca assisti a nada grave...

1.2Sim, já tem acontecido, ou porque é preto ou gordo ou magro.... Tento explicar que somos iguais, mas acho que os miúdos são um pouco mauzinhos com os colegas.

1.3. Sim, posso referir por exemplo com os ciganos há alguns miúdos que não se querem sentar perto dos ciganos. Eu tento explicar que não a motivos para se ser preconceituoso. Somos iguais cada um com as suas características.

1.4. Eles fazem a separação do lixo e estamos sempre a explicar que o lixo é nos caixotes. Sim, é importante. Então, temos que ensinar a respeitar o ambiente para proteger a natureza e os que ela nos dá.

1.5No geral, não!

Não respeitam na forma de falar connosco e muitas vezes precisamos de repetir várias vezes as coisas até fazerem o que mandamos.

Nós insistimos, chamamos a atenção, mas vale pouco.

1.6. Sim, acho que sim, da minha parte o máximo possível.

Sim, podemos fazer sempre melhor em tudo, mas no geral respeitamos as crianças, as vezes pode falar-se mais baixo, mas...

1.7. De alimentos há muito porque eles não comem e fica comida nos pratos até dos lanches há sempre um ou outra que põe no lixo, em relação à água acho que não. Esse desperdício de comida vê-se na cantina porque eles não comem, não há forma de os fazer comer e os lanches vão para o lixo. Eu costumo dizer que deve pensar nas crianças que querem comer e não têm, por exemplo.

1.8. Claro que sim, tudo é cidadania, no fundo tudo está relacionado.

1.9. O respeito pelos outros e solidariedade.

2.Sim, claro, de toda a gente.

Porque estamos cá para isso, há certas coisas que nós também ensinamos, não são só os professores, penso eu...

2.1. Não sei se sei, acho que é sermos todos iguais, nos direitos... e deveres também.

Sim é importante explicar às crianças, se tem a ver com isso é importante, temos que as ensinar que somos iguais.

2.2. Sim, claro, muito.

Principalmente quando usam palavrões, que acontece mais no futebol, eles disfarçam à nossa frente, mas apanhamos sempre. O futebol nesse aspeto é muito mau para a linguagem e pelos palavrões.

Chamo-os à atenção.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. É tudo o que engloba a vida em sociedade, o respeito pelos outros, convivência em grupo.

2.2. Sim, sem dúvida é aqui que a criança tem que aprender tudo sobre respeito pelos outros.

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Sim, claro porque têm que aprender fora da sala não é só na sala.

3.2Eu tento transmitir bons valores de respeito. Corrigir a linguagem, ensinar a serem amigos, assim...

FORMAÇÃO

4.1. Este tema talvez não, podia ter mais é sempre bom. Mas se a cidadania te a ver com bons valores, também eduquei os meus filhos...

4.2. Falta de respeito das crianças, nem sempre nos respeitam.

4.3. Sim, já.

4.4. Especificamente cidadania, não, mas já fui a outras.

ENTREVISTA 2

IDADE – 58 anos

ESTADO CIVIL - casada

SEXO - F

HABILITAÇÕES – 4º ano de escolaridade

Assistente operacional numa escola do 1º ciclo.

Há 3 anos, com crianças do 1º ciclo e pré-escolar.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Primeira coisa é tentar entender e depois que eles resolvam entre eles, porque é difícil fazer de júri numa situação que agente não vê e acho que é uma forma de os pôr a resolver os problemas deles e a consciencializarem-se. Quando eles não os conseguem resolver, senta-os lado a lado, daí a um pouco eles já estão amigos, sempre tentar que eles resolvam, e ficam amigos. Não acho que seja um problema.

1.2. Às vezes existe, e acho que a culpa é dos adultos, no geral são os adultos que ensinam as crianças a serem preconceituosas. Eu explico que somos todos iguais.

1.3. Não é propriamente racismo, tu és 'preto' dizem e eu digo é 'chocolate', eles brincam juntos, não são racistas. Se fossem mais velhos... eles brincam com a situação, não é bem preconceito ou racismo eles brincam uns com os outros, e não ligam...na maior parte das vezes nem precisamos de grande intervenção, eles entendem-se.

1.4. É um problema, mas isso tem a ver com a educação que trazem, os pais acham que as coisas não acontecem e afinal, tudo acontece. Nós fazemos a nossa parte, ensinamos a separar o lixo e colocar o lixo nos contentores, mas a maior parte do trabalho deveria vir de casa, eles não põem o lixo no chão em casa, porque hão-de fazê-lo na escola?

1.5. Não, há muito falta de respeito. Vem tudo de casa, eles acham que são os meninos da casa, lá em casa é assim, chegam aqui e querem mandar igual. Agora mudou a linguagem. Agora quem manda são as crianças, antes era a mãe, a mãe agora é 'tu' e antes era 'você'. Eles não nos respeitam porque os próprios pais também não, eles sabem que os pais vão a escola ralhar se for preciso, portanto não respeitam.

Corrijo a forma como se dirigem a mim, não admito certas faltas de respeito, sou brincalhona e divertida, mas há certas coisas que não dá para admitir.

1.6. Sim, eu acho que sim. Podemos fazer sempre melhor, em tudo, mas nem sempre é fácil, por exemplo falar mais baixo, ter mais paciência, ter mais tempo para eles, mas temos o nosso trabalho que não é só tomar cota das crianças.

1.7. Epá isso irrita-me, então na cantina... há desperdiço de alimentos porque as crianças não estão habituadas a mastigar, é a despachar, o desperdício vem do prato deles, o lanche fica por comer para se ir brincar. Eu tento explicar que muitas crianças não têm nada para comer e se vem lanche de casa devem comer ou pelo menos não deitar para o lixo.

1.8. Sim, está tudo relacionado.

1.9. O respeito pelo outro, sem dúvida.

2. A socialização é como um jogo, há regras e é preciso ensinar a viver. É nossa função ensinar, transmitir esses valores.

2.1. Isso da igualdade é um pau de dois bicos, o homem nunca chega aos calcanhares da mulher, pode ser mais forte, mas de resto, nós somos melhores em tudo...

Sim é importante, tudo é importante.

2.2. Sim, tenho. Repreendo-as e às vezes faço que não ouço. Os mais velhos já têm consciência e evitam dizer à frente dos adultos, evitam dizer à nossa frente. Têm noção daquilo que não devem dizer. Eles sabem muito bem o que não podem usar certa linguagem.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1.

Algo que transmiti sempre aos meus filhos, não fazer aos outros que não gosto que me façam a mim. Seja em que aspeto for, nível emocional, psicológico, físicos, educação. Resumidamente, e na escola igual.

2.2.

Sim, porque quem trabalha numa escola tem muito mais disponibilidade para as crianças que os pais, e isto não é um problema de agora, eu trabalho há muitos anos e sempre foi assim. E depois existe a envolvente das relações interpessoais, que em casa não se consegue trabalhar da mesma forma que na **escola**.

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Tem e muito. Dentro da aula é a nível académico, fora é... tão importante como dentro, cá fora é a vida em sociedade, lidar com os outros.

3.2. Somos o exemplo que muitas vezes não há em casa, ainda hoje, em casa a mãe faz o jantar e o pai senta-se, tem que aprender estas coisas na escola e eu tento passar alguns valores em conversas e coisas do dia a dia.

4.FORMAÇÃO

4.1. A experiência ensina muito, mas nunca é demais.

4.2. Falta de respeito, no geral.

4.3 Sim, já, contar ao professor o que se passa para ter uma conversa com a criança.

4.4. Já fiz muitas talvez não especificamente este tema.

ENTREVISTA 3

IDADE - 54

ESTADO CIVIL - divorciada

SEXO - F

HABILITAÇÕES: 6º ano de escolaridade

Atualmente trabalho numa fábrica, mas sempre trabalhei com crianças.

Desde muito nova, fui ama depois trabalhei num ATL e em escolas primárias, sempre, portanto são, entretanto, 40 anos, só este ano é que mudei.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1 Chamar atenção da criança faço ver o que fez ao outro. Se não gosta que lhe façam não deve fazer, portanto é errado. Se não gosta vê logo que é errado.

Por vezes sim... há situações repetidas de violência e há situações de pais que incentivam a dar se leva. "Se chego a casa e digo que me bateram e eu não bati ele diz que tenho que me defender".

1.2. Às vezes, sim um pouco. É um problema. As pessoas que são discriminadas também são culpados. Nós temos ciganos que, por exemplo que enquanto foi só um estava minimamente integrado assim que chega um primo à escola afasta-se dos outros e passa a conviver mais com o primo. E depois juntos acabam por amedrontar os outros.

É complicado, mas tento mostrar lhes falando calmamente que não podem ser assim senão não têm amigos.

1.3. Sim, às vezes. É um problema porque o preconceito não pode existir. O próprio preconceito faz com que lidemos de forma diferente com elas.

Eu nestas coisas falo sempre com calma, não muito tempo e às vezes peço ajuda aos professores para explicarem melhor, eles usam palavras mais certas, têm outros conhecimentos. Normalmente eu faço em tudo como gostaria que fizessem com os meus filhos.

1.4 Existem sítios para fazer a separação e regras.

Sim é importante para proteger a natureza e por respeito, não se poe lixo no chão até por questões de higiene. Mas é difícil, eles são os primeiros a verem os pais a fazerem o mesmo na rua, e a atirar coisas pela janela do carro para a rua, até os cigarros...

1.5. Não, não respeitam.

Não respeitam os adultos, nós tentamos e insistimos, mostramos que têm que saber respeitar, não adianta muito.

1.6. Sim, acho que sim, cada vez mais há preocupações com as crianças, em tudo, antigamente não era assim. Agora não podem cair nem se magoar, nem podemos ralhar...

Sim, acho que sim. Sim, toda a gente se esforça para que tudo corra bem...

1.7. Eles às vezes metem para o lixo o lanche que vem de casa, iogurtes, fruta boa, nem provam, deitam fora para não vermos. Explicar que tudo custa dinheiro e que os pais trabalham para comprar comida e o lanche não pode ser desperdiçado. A comida da cantina não é colocada nos pratos em exagero, eles não comem porque ou não gostam ou não estão mesmo habituados a comerem de tudo um pouco. Eu tento chamar a atenção, para o desperdício por exemplo, para partilhar, mostrar o respeito pela comida, regras como não correrem na sala, não colocarem coisas para o chão. Tento mostrar que não se estraga água, porque acredito que vale a pena.

1.8. Sim, tem tudo a ver.

1.9. O respeito, a igualdade e amizade, no fundo todos os bons valores.

2. Da minha e de todos, porque os adultos são responsáveis pelas crianças...

2.1. É igualdade entre todos, acho eu.

Sim claro que é importante.

2.2. Sim, muito importante.

Eu ouço as crianças a chamar nomes, chamo a atenção, não se grita, devem falar com respeito uns para os outros e não permito palavrões.

2.3. Tem tudo a ver com cidadania, cidadania é tudo.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. É complicado... bem... tem a ver com os direitos, aquilo que devemos esperar do nosso governo e também as nossas obrigações, que temos para com a sociedade.

2.2. Sim claro. São valores e regras que devem ser transmitidos desde pequenos. Todos temos essa obrigação para eles poderem absorver, temos essa obrigação, cada vez se vê menos essa transmissão de pais para filhos. Tem que haver um sítio onde eles aprendem.

3.CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Sim, claro. Dentro e fora é importante, fora eles aprendem as coisas da vida em sociedade.

3.2. Eu ensino-as a respeitarem-se, ensino a respeitarem o ambiente e não desperdiçarem alimentos!

4. FORMAÇÃO

4.1. ... acho que formação nunca é demais...este tema não, talvez, mas a experiência também nos ensina.

4.2. Talvez as falta de respeito, mesmo dos pais, não valorizam o nosso trabalho.

4.3. Sim, claro, para chamar a atenção da criança, acho que eles têm mais respeito aos professores.

4.4. Não.

ENTREVISTA 4

IDADE- 33

ESTADO CIVIL -Casada

SEXO- F

HABILITAÇÕES – 12º Ano de escolaridade

Trabalho numa escola, sou assistente operacional.

Há 10 anos, comecei com crianças com 3 anos, agora trabalho com meninos do 1 ciclo.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Não é fácil, tentar ouvir as duas partes tentar encontrar a solução em que os dois vejam o que fizeram de errado e o que tem que mudar. Não acho que seja um problema, se soubermos lidar com as situações.

1.2. Sim, tivemos uma situação este ano, a menina recusava-se a vir a escola porque disseram que era diferente, preta e gorda, falei com todos em geral, somos todos iguais e diferentes, não podemos andar a chamar nomes. Não sei se é um problema, pode ser, se os adultos não conseguirem resolver, mas não deve porque temos que saber resolver.

1.3. Há algumas situações. Eu costumo sempre explicar que somos todos iguais nos nossos direitos e deveres. Converso e explico depende da situação.

1.4. Este ano foi complicado. Por exemplo os meninos poluíam muito, temos vários contentores e eles não respeitavam, eles não conseguiam respeitar. Nós dentro da sala fazemos a reciclagem. É muito importante esta questão, as crianças têm que ser educadas para preservarem a natureza.

1.5. Não respeitam, vejo muito isso à hora de almoço, como eu dou os almoços, verifico entre eles e eles para nós, não nos respeitam, não respeitam o espaço, muito barulho. Chamamos a atenção para falar baixo e comerem, mas parece que nem vale a pena.

1.6. Sim, há, nós fazemos o melhor. Claro, podemos fazer sempre mais e melhor. Tentamos explicar as coisas, calmamente.

1.7. Desperdício alimentar. Eles almoçam por turnos, este ano, e vejo o desperdício de um em relação a outros, não tem a ver com a quantidade que é colocada no prato tem a ver com o facto deles próprios não comerem e não estarem sensibilizados para o desperdício. Explicando calmamente que há outras crianças que não têm comida.

1.8. Sim, claro.

1.9. O respeito, a igualdade, o respeito pelo ambiente e saber viver em sociedade.

2. Claro que sim, e não é fácil, por exemplo a violência, cada vez lidam mais com isso, e como estão a crescer absorvem tudo o que vem e seguem os exemplos, mesmo em casa. Tem que ser bem explicado. Se não for bem trabalhado a criança vai ser difícil de lidar

2.1. Tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres

Sim, claro que é importante

2.2. Sim, claro. Sim corrijo, por exemplo, quando chegam, ensinar a dizer `bom dia`, eles não costumam dizer, é importante, é quando iniciamos o dia, e é engraçado porque os próprios pais muitas vezes também não dizem, entregam os filhos e pronto. E obviamente não são permitidos palavrões nem certas formas de falar com os colegas, chamar nomes uns aos outros, por exemplo.

2.3. Acha que estas questões de violência, racismo, preconceito, igualdade de género e linguagem têm alguma relação com a questão da cidadania?

Sim, tem tudo a ver.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. São direitos e deveres que temos como cidadãos, para connosco e os outros

2.2. **Claro, a escola é onde se ensina aquilo que não se ensina em casa.**

CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Sim, claro que é, elas têm que aprender coisas diferentes dentro e fora da sala, cá fora elas vivem a vida, os relacionamentos.

3.2. Na hora do lanche, a parte da reciclagem por exemplo, dentro das brincadeiras, ensinar as derrotas por exemplo, e a lidarem com os outros.

4. FORMAÇÃO

- 4.1. **Sim, podemos melhorar sempre, mas eu tento estar informada, ler e pesquisar.**
- 4.2. **A falta de respeito de forma geral, o nosso trabalho não é valorizado, os miúdos não nos respeitam como respeitam os professores.**
- 4.3. **Sim, já.**
- 4.4. **Este tema não, mas já frequentei muitas.**

ENTREVISTA 5

IDADE- 48

ESTADO CIVIL -Casada

SEXO- F

HABILITAÇÕES – 9º Ano de escolaridade

Trabalho numa escola primaria, sou auxiliar.

Há cerca de 10 anos, trabalho com meninos do 1º e 2º ciclo, mas já trabalhei com mais pequeninas.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Sim, já aconteceu.

Ouçõ, tento explicar que não se resolve nada com violência, que nesta idade é ingénua. Sim pode ser um problema, não sendo muito expressiva nestas idades.

1.2. Sim, existe, claro, mas penso que não existe maldade. Dizem por dizer.

Tento corrigir para que não repitam o comportamento.

1.3. Há algumas situações.

Chamam nomes, aproveitando as características físicas uns dos outros e insultam-se. Eu tento chamar à razão e digo que somos todos iguais, mas diferentes.

1.4 Há ecopontos na escola, e tanto nós como os professores estamos sempre a explicar que o lixo não é para o chão. Eu digo sempre que se em casa não põe no chão na escola também não. Claro que é importante, para aprenderem e explicarem um dia aos filhos, a educação tem que vir de casa.

1.5. Não respeitam, talvez respeitem mais os professores, muitos nem os pais.

Eu tento que me tratem com respeito, estou sempre a corrigir quando não o fazem. Não há muito a fazer quando em casa esse respeito não é promovido.

1.6. Sim, há. Nós fazemos o que podemos, damos atenção e carinho.

1.7. **Há desperdício sim, eles deitam os lanches fora e muitas vezes nós vemos, mas já não sabemos de quem é!**

É difícil explicar que têm que comer, eles no querem e não vale a pena dizermos que há crianças que não têm nada.

1.8. **Sim, eu acho que deve ter...**

1.9. **Respeito e solidariedade. Ensinar a serem pessoas melhores todos os dias. Ah, e justiça que faz falta no país!!!**

2. **Sim e de todos os que trabalham com crianças.**

Na escola é onde passam a maior parte do tempo, é importante ser a escola a ensinar alo que os pais não têm tempo

2.1. É a igualdade entre rapazes e raparigas.

Sim, deve ser desde cedo que se deve explicar que temos os mesmos direitos, já que temos os mesmo deveres.

2.2. Sim, claro.

Sim, corrijo sempre que há faltas de respetos, palavrões, gritos.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. Tem de ver com os nossos direitos e deveres.

2.2. Acho que em casa é que se deve ensinar estas coisas, a escola só devia reforçar algumas coisas, a educação deve vir de casa

Porque na escola podem ensinar valores com os quais os pais não concordam.

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Claro que sim, a educação também acontece fora da sala.

3.2. Sim...eu ensino-as a ser amigos e solidários, emprestar os brinquedos e partilhar.

4. FORMAÇÃO

4.1. Não sei, talvez ...quer dizer podemos ter sempre mais conhecimento.

4.2. Talvez falta de tempo para darmos mais atenção às crianças...

4.3. Sim, já. Este trabalho deve ser feito em conjunto, funcionários e professores e até com os pais.

4.4. Não, nunca.

ENTREVISTA 6

IDADE- 49

ESTADO CIVIL – Divorciada

SEXO- F

HABILITAÇÕES – 9 ano

Trabalho numa escola e faço limpezas em casa de outras pessoas.

Há muito, uns 20, sempre trabalhei com crianças da primaria.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Não permito situações de violência, explico e tento que se entendam.
Não acho que seja um problema.

1.2. Sim, existe, os miúdos são muito cruéis.
Também não permito esse tipo de situações.

1.3. Sim, há. Chamam nomes, gordo, magro, feio, preto
... faço sempre igual, chamo a atenção e explico as coisas. Proíbo que chamem nomes.

1.4. Faz-se a separação do lixo, e explico que o lixo é no lugar próprio.
É sempre muito importante, também faz parte da educação.

5. Algumas sim, outras não, tem a ver com a educação, com o que vem de casa, muitos não respeitam os próprios pais. É sempre à base de corrigir o que está errado, explicar que a formas de falar mais respeitadas, não é fácil porque muitos não nos respeitam mesmo...

1.6. Sim, há.
Não vejo o que possa ser alterado...acho que todas nós trabalhamos com amor.

1.7. Hum...penso que não há.
Nós não deixamos que deitem comida fora nem estraguem água, estamos 'sempre em cima deles'...

1.8. Sim, claro.

1.9.O respeito pelos mais velhos, serem justos com os outros é muito importante.

2. Tudo deve vir de casa.

Os valores devem ser ensinados em casa, mas a escola está cá para isso também. Há coisas que a escola não deve intervir, como valores religiosos.

2.1. Isso esta na moda e tem a ver com os direitos das mulheres.

Acho que é uma questão sensível que devem ser os pais a decidir como querem ensinar e o quê.

2.2. Sim, claro. Há certas palavras que não se dizem ao pé das crianças.

Sim corrijo, não permito palavrões.

2.3. Sim, acho que tudo o que é positivo é cidadania.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. Tem a ver com o respeito pelos outros e solidariedade.

2.2. Em casa é que se deve transmitir bons princípios e depois na escola. Essa obrigação é dos pais, mas a escola pode reforçar.

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Sim, a educação também acontece fora da sala.

Acho que a vida real é fora da sala, lá eles portam-se bem obrigatoriamente, é outra situação e contexto, estão sentados e sem barulho, sem se relacionarem, fora da sala é o mundo real.

3.2. Eu ensino a partilhar as coisas, isso é ensinar a serem bons cidadãos, são coisas que se lava pela vida fora.

4. FORMAÇÃO

4.1. Gostava de saber mais, mas acho que até já consigo responder a muitas perguntas difíceis que eles fazem, sou mãe e isso ajuda muito.

4.2Ser mais respeitadas, não só pelas crianças, mas também pelos pais. Lidar com os filhos dos outros é complicado...

4.3. Sim, já. Há coisas que conto aos professores, eles têm mais respeito pelos professores.

4.4. Acho que não, só quando andava na escola.

ENTREVISTA 7

IDADE – 45 anos

ESTADO CIVIL - casada

SEXO - F

HABILITAÇÕES – 9º ano de escolaridade

Trabalho numa escola.

Há 21 anos, em escolas primarias e mais 4/5 como ama e num ATL. Portanto já trabalhei com recém-nascidos até crianças com 10 anos ou 11.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Não pode haver lugar para a violência, temos que os escutar e chamar à razão. Nunca abrir espaço para que possa haver repetições de situações violentas, físicas ou verbais. Havendo violência, claro que é um problema.

1.2. Sim, ao longo destes anos com crianças, assisti a diferentes situações, muitas delas são culpa dos adultos, da educação. Se ouvem os pais a ter determinadas avaliações preconceituosas, serão preconceitos. Eu faço o que acho correto. Que fiz também sempre com os meus filhos, corrigir, explicar.

1.3. Claro que há preconceito, se ouvirmos atentamente as suas conversas, as crianças refletem os pensamentos dos adultos, a educação, e nós andamos a educar muito para o racismo e preconceito. A escola não pode permitir isso, tem que corrigir, educar.

1.4.A escola faz o seu papel, nós ensinamos que o lixo é no caixote e não deve haver lixo no pátio da escola, da mesma forma que ensinamos a fazer a separação.

Mas isso de nada vale se veem os pais a abrir o vidro do carro e deitar o lixo para a rua.

1.5. Atualmente tudo aponta para alguma falta de respeito em relação aos mais velhos. Mais uma vez tem tudo a ver com a educação, se não respeitam ou não sabem respeitar os pais ou avós... muitas vezes até nos respeitam mais a nós!

1.6. Sim, no geral sim, mas por exemplo podemos todos aprender a respeitar as crianças falando mais baixo, muitas vezes a falta de paciência faz-nos gritar, é um desafio. Mas em casa é igual, no geral os adultos gritam muito com as crianças e proibimos muito sem explicar.

1.7. Não, geral penso que não há, há muitos avanços neste âmbito estamos todos mais sensibilizados ara comportamentos amigos do ambiente.

1.8. Não é da responsabilidade da escola, também é da responsabilidade da escola, uma continuidade. Eu não gostaria de deixar esse papel exclusivamente para a escola, relativamente aos meus filhos.

1.9. Oh, muitos...respeito, igualdade, solidariedade, respeito pelos animais.

2.Continuo a dizer que não é da minha responsabilidade, é da responsabilidade dos pais, eu simplesmente reforço algumas ideias, quando elas surgem.

2.1. Tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres, por exemplo, exigir que as mulheres ganhem o mesmo que os homens.

Sim, temos eu caminhar neste sentido desde que são pequenos.

2.2. Sim, com certeza. Chamo a atenção sempre que vejo que não se respeitam ou usam linguagem impropria.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. Cidadania tem a ver com respeito, solidariedade, ensinar a viver em sociedade.

2.2. sim é, mas não o principal, o principal é em casa. A escola deve reforçar, dar mais ferramentas, porque em muitas situações isto falha tudo em casa e a escola tem que estar sempre preparada para ensinar.

3.CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. penso que sim... tenho a certeza...muitas coisas aprendem-se fora da sala, onde os miúdos percebem que é a vida, sem livros, interiorizando que há coisas que são essenciais no dia a dia.

3.2. Isso é difícil, não sei precisar, mas ensinar um simples obrigado e ver que depois as crianças repetem...ensinar é explicar, transmitir valores explicando o porque, o porquê de não ser preconceituoso, racista... explicar

4.FORMAÇÃO

4.1. Acho que estes anos de experiência me prepararam, ter filhos também ajuda, mas a formação é sempre uma mais valia.

4.2 Talvez falta de tempo para dedicarmos às crianças porque há outras atividades a fazer.

4.3 Ah, peço sim, já pedi muitas vezes, não só para o professor ter conhecimento desse comportamento, mas também porque a criança tem mais respeito ao professor

4.4. Neste tema não.

ENTREVISTA 8

IDADE: 29

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

SEXO: F

HABILITAÇÕES :12 ANO

Sou assistente operacional numa escola primaria

Este é o primeiro ano e são crianças entre os 5/6 e os 10 anos, 11 talvez.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Quando vejo esse tipo de situações tento compreendê-los e explico que não se resolve nada com violência, seja física ou verbal.

Não considero um problema porque acho que não tenha essa dimensão.

1.2. Eu tento corrigir, explico que não há fundamento para a discriminação, somos tondos iguais.

1.3. Sim, pontualmente.

Faço sempre da mesma forma, perante estas situações, corrigir e explicar.

1.4. Há atividades de sensibilização promovidas pelos professores, para separação do lixo, e para respeitarem o ambiente, eu incentivo sempre a fazerem a separação do lixo e isso verifica-se durante o lanche.

Sim, é importante, claro que sim, então tudo o que é positivo é importante educar as crianças para respeitar o ambiente é importante.

1.5. Hum...o respeito não é muito... têm alguma dificuldade em respeitar-nos.

Ensinamos como se ensina qualquer criança a dirigirem-se aos adultos com respeito. Eu corrijo sempre que considero que não estão a falar comigo com o devido respeito e educação.

1.6. Há, sim...

Podemos sempre trabalhar melhor, às vezes a dificuldade é saber como.

1.7. Penso que não. Ensinamos sempre a poupar água e a não desperdiçar comida, por exemplo, se não querem mais pão, não se deita fora, volta-se a guardar.

1.8. Ah, sim, tem tudo, tudo é cidadania, é respeito.

1.9. Talvez a solidariedade e a justiça.

2. Penso que não é minha responsabilidade, essa é a responsabilidade dos pais.

Porque esse tipo de educação tem que vir de casa os pais é que têm que selecionar o tipo de valores a transmitir.

2.1. É igualdade entre homens e mulheres nos seus direitos. Sim é muito importante começar logo nesta idade.

2.2. Sim, tenho cuidados, claro não se pode falar da mesma forma que se fala com adultos.

Sim, corrijo algumas vezes, eles dizem muitos palavrões por exemplo e por vezes nem usam palavrões, mas não se respeitam, em simples brincadeiras, chamam-se burros uns aos outros e perdem a paciência com facilidade.

2.3. Ah, sim, tudo é cidadania.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. Cidadania tem a ver com viver em sociedade, respeitando os outros e sendo melhores pessoas cada dia.

2.2. Sim, pode ser considerado pois é na escola que eles aprendem estas questões, mas também deve vir de casa, crescer a respeitar o outro, é um ensinamento que faz parte dos valores transmitidos pelos pais.

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Sim, claro, nem tudo se aprende numa sala de aula, muitas vezes as coisas mais importantes não vem nos livros e o que se transmite fora da sala, seja pelos pais ou por outros adultos faz parte do desenvolvimento da criança que um dia será um adulto.

3.2. Não sei se é essencial, quero acreditar que faço a diferença, que fazemos todos... penso que quando intervimos, porque são um pouco cruéis uns com os outros, ou quando excluem algumas crianças das brincadeiras, fazemos a diferença.

4. FORMAÇÃO

4.1. Até gostava de ter mais...

4.2. Acho que devíamos ser mais bem remunerados e mais respeitados por todos.

4.3. Não é propriamente ajuda, mas comunico algumas situações mais importantes ao professor para que ele possa chamar a atenção da criança.

4.4. Só quando andava na escola...

ENTREVISTA 9

IDADE: 62

ESTADO CIVIL: CASADA

SEXO: F

HABILITAÇÕES: 4º ANO

Assistente operacional, numa escola.

Já trabalho... há uns 25 anos, em escolas primárias, ATL e no início trabalhei com o pré-escolar.

1. CIDADANIA- VALORES

1.1. Oh... às vezes há aquelas coisas, brigas entre eles, fáceis de resolver! Isso resolvesse bem é só chamar a atenção, às vezes basta olhar, eles entendem logo.

1.2. Acho que não podemos considerar discriminação, são apenas crianças...

1.3. Posso dar exatamente a mesma resposta. Temos que entender que são apenas crianças, e brincam juntas, não há racismo nem preconceitos, nem discriminação.

1.4 Atualmente já há muitas formações para as crianças, antigamente, quando comecei nisto lá se falava em separação de lixo? Agora há caixotes próprios para separar o lixo e muita informação, as crianças até nos ensinam a nós...

1.5. Nesse aspeto há muito a fazer, ensina-se tudo às crianças, mas depois falta o respeitinho pelos mais velhos, e é muito difícil esta questão. Muitas vezes sinto que não vale a pena, falam para nós como se estivessem a falar com os coleguinhas, não respeitam as nossas regras, muitas vezes fingem que não ouvem. É difícil e esse deve ser o grande problema das escolas...

1.6. Sim, acho que há, fazemos tudo para os compreender e ter muita paciência. Melhorar? Sim, é sempre possível...

1.7. Sim, há algum, eles deixam as torneiras abertas, demoram muito tempo a lavar as mãos e também estragam muito papel... nós estamos sempre a avisar que devem poupar água.

1.8. Eu não estou muito por dentro desse assunto da cidadania, mas como sei que é algo positivo, acho que tem a ver com cidadania se for para ensinar a não ser racista e isso...

1.9. Como disse não estou por dentro desse assunto, penso que tem a ver com amor, paz, respeito, tudo o que é bom.

2.Minha e de toda a gente que lida com as crianças, mas essencialmente é da responsabilidade dos pais.

2.1. Deve ter a ver com igualdade, sermos todos iguais nos direitos e deveres...não sei muito bem...talvez, respeitar as diferenças...

Sim, se for isto que penso, faz sentido.

2.2. Sim, claro não podemos falar da mesma forma...é preciso ter cuidado.

Corrijo os palavrões, digo que não se diz que é feio e eles também escondem, dizem, mas normalmente não é à nossa frente, depois apanhamos uma ou outra nos intervalos, principalmente no futebol.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. Ai, essa pergunta outra vez...pronto eu acho que isso tem a ver com respeitar os outros... e paz e harmonia...

2.2. Ah, sim na escola é que se deve aprender isso, eu próprio gostava de aprender...

3. CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Fora da sala, só se for com os professores pois nós não sabemos desses assuntos, quer dizer, eu não sei, tenho poucos estudos, mas soube educar os meus filhos, nas escolas não é diferente.

3.2. Então a ser educado, eu ensino a dizer “bom dia”, “obrigado” ...

4. FORMAÇÃO

4.1. Ah, confesso que não...

4.2. ... acho que a falta de respeito, ou não sermos um pouco mais valorizadas...toda a gente vê o trabalho dos professores, mas do funcionário... que arruma, limpa, cuida das crianças, insiste para comerem quando não querem comer...

4.3. Já, algumas vezes, pois eles respeitam mais os professores.

4.4. Não, mas gostava, agora fiquem mais interessada.

ENTREVISTA 10

IDADE: 35

ESTADO CIVIL: CASADA

SEXO: F

HABILITAÇÕES: LICENCIATURA

Atualmente trabalho numa fábrica, há 3 meses.

Desde os 22 anos que sempre trabalhei com crianças, sou animadora social, acabei o curso e trabalhei sempre com crianças do 1º ciclo, o ano letivo passado estive numa escola como assistente operacional e só agora deixei a área por falta de oportunidades.

1.CIDADANIA- VALORES

1.1. Sim, sempre verifiquei algum tipo de violência, porque também há a violência verbal e nesse aspeto eles são muitos mauzinhos uns com os outros. E claro que é um problema, existindo nas escolas é um problema que tem que ser resolvido.

1.2. Sim...também há. Eu dizia sempre que somos iguais nas nossas diferenças.

1.3. Sim, também há, claro... ou é gordo, ou magro, ou alto ou baixo, ou tem óculos ou um sinal no rosto ou assim ou assado...enfim há sempre. Volto a repetir o que respondi, digo sempre, explicando que somos iguais nas nossas diferenças.

1.4. Já se evolui muito nesse âmbito, mas acho que ainda há muito a fazer, não basta separar os lixos ou colocar caixotes próprios nas escolas...há que educar e formar.

1.5. Acho que podíamos trabalhar mais esse aspeto, mas deveria ser um trabalho de casa, dos pais.

1.6. Sim, no geral eu acho que sim, cada vez mais, mas podemos sempre melhorar, principalmente o tom de voz, não gritar seria uma boa forma de respeito.

1.7. Hum, difícil essa questão, já trabalhei em diferentes escolas, numas há mais desperdício que outras, eu só posso falar relativamente aos lanches e isso tem tudo a ver com as indicações de casa. Em casa deve se explicar que mesmo que o lanche não seja comido não pode ir para o lixo.

1.8. Claro que sim, é tudo educar para a cidadania.

1.9. Educar para o respeito e igualdade, a paz, as questões ambientais e de alimentação saudável...enfim a cidadania é um conceito vasto.

2. Acho que é sempre da responsabilidade de todos em particular dos pais, da família. Claro que os professores e todos os educadores tem essa responsabilidade.

2.1. É a igualdade entre homens e mulheres. Claro, faz todo o sentido.

2.2. Sim, tenho...apesar de a minha linguagem ser absolutamente normal. Sim corrijo claro, não só os palavrões, mas a forma como muitas vezes se dirigem aos amigos e a nós.

2.CIDADANIA- CONCEITO

2.1. O que entende por cidadania?

É um conceito vasto como disse anteriormente, engloba o ensino de diferentes valores. Tem a ver com a democracia e ser-se cidadão participativo.

2.2. Considera a escola um local privilegiado para o ensino da cidadania?

Sem dúvida. A escola é um espaço de socialização e além disso deve colmatar as falhas que muitas vezes existem nas famílias.

CIDADANIA- INTERVENÇÃO

3.1. Considera que a sensibilização para a cidadania, fora da sala, de aula terá algum impacto positivo na educação e desenvolvimento das crianças?

Sim, claro, reforça toda a aprendizagem da sala.

3.2. Pode dar exemplos concretos em que considere que o seu trabalho e intervenção junto das crianças tenha sido essencial na transmissão de valores?

Quero acreditar que o meu trabalho foi e voltará a ser essencial. Sempre passei valores de amizade e respeito, é essencial ensinar as crianças que não estão sozinhas no mundo e por isso temos que saber viver com os outros, respeitando e ouvindo.

4. FORMAÇÃO

4.1. Considero que sim.

4.2. Sem dúvida a falta de oportunidades, quero muito fazer o que gosto e o que sei fazer, mas não há oportunidades, e isto também tem a ver com cidadania, aquela que não é exercida pelos nossos governantes. Ao deixarem-me fora da área estão também a colocar o futuro das crianças e jovens em causa. As escolas precisam de se modernizar, o ensino precisa de “sangue novo”.

4.3. Penso que não.

4.4. Sim, várias, nunca promovidas pelas escolas onde trabalhei, sempre participei por iniciativa própria ou no contexto da minha licenciatura.